



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026**

PROCESSO N°: 3729/2025

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, por intermédio do(a) Pregoeiro/Agente de Contratação **HAROLDO WELINGTON DE LIMA GUEDES**, designado(a) pela **PORTARIA DGER N° 138, DE 27 DE MARÇO DE 2026**, torna público, que, na forma da **Lei n.º 14.133/2021, IN SEGES/ME N° 73/2022, Decreto n° 11.246/2022**, da **Lei Complementar n° 123/2006**, e da **Lei n° 8.078/1990** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DE ENTREGA DO EDITAL: Dia **29/05/2026**, no endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br.

DATA DE ENTREGA DE PROPOSTA: A partir da entrega do Edital, no endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MAIOR DESCONTO.**

MODO DE DISPUTA: Aberto.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: Dia **16/06/2026, às 09h00 (nove horas)** - Horário de Brasília/DF.

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 080003

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 900XX/2025

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos, conforme condições e exigências estabelecidas no **Anexo I - Termo de Referência**.

1.1.1. Em caso de discordância entre as especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência** deste Edital e as previstas no site www.comprasgovernamentais.gov.br, prevalecerão as primeiras.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com **Credenciamento** regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018 e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.1.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **SICAF**, **que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.**

2.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.2. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizadas nas Unidades da Federação.

2.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

para sua correta utilização.

2.3.1. O uso de senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRT 8ª Região responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. Como requisito para participar neste Pregão, a licitante deverá efetivar, em campos próprios do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

2.5.1. Declaração quanto à ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos/apensos, bem como quanto ao pleno cumprimento dos requisitos de habilitação definidos no edital;

2.5.2. Declaração quanto à inexistência de fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.5.3. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, no sentido de que a Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

2.5.4. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

2.5.5. Declaração Independente de Proposta, conforme modelo disponível no sistema Compras Governamentais.

2.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

2.7. A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos.

2.8. Poderão participar Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, nos termos do item 18 do Apenso II- Termo de Justificativas Técnicas, do **Anexo I - Termo de Referência.**

2.9. Não poderão participar deste Pregão:

2.9.1. Sociedade empresária ou Empresário individual impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

2.9.2. Sociedade empresária ou Empresário individual suspenso (a) de participar de licitação e impedido de contratar com o TRT 8ª Região, durante o prazo da sanção aplicada;

2.9.3. Sociedade empresária ou Empresário individual declarado (a) inidôneo

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 900XX/2025

(a) para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.9.4. Sociedade empresária ou Empresário individual cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto do presente Pregão;

2.9.5. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.9.6. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.7. Pessoas jurídicas constituídas sob a forma de **cooperativas de trabalho/cooperativas de mão de obra.**

2.9.8. Sociedade empresária ou Empresário individual que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

2.9.8.1. Não se enquadram no impedimento definido neste subitem, as empresas em recuperação judicial que apresentarem **certidão** emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, onde comprove estar apta economicamente a participar de procedimento licitatório.

2.9.9. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.9.10. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s)/apenso(s);

2.9.11. Que se enquadrem nas **vedações** previstas no **artigo 14º da Lei nº 14.133, de 2021**, no que for aplicável ao objeto desta licitação, onde se normatiza que **não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**

2.9.11.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.11.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.11.3. **Pessoa física ou jurídica** que se encontre, ao tempo da licitação, **impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta**, inclusive em face do licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, como intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (§ 1º, Art. 14, Lei nº 14.133/2021).

2.9.11.4. Aquele que mantenha **vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil** com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.11.5. **Empresas controladoras, controladas ou coligadas**, nos termos da Lei



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.11.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n° 746/2014-TCU-Plenário);

2.9.13. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei n° 9.605/98;

2.9.14. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n° 8.429/92;

2.10. Como condição para participação no Pregão, a licitante **assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico,** relativo às seguintes declarações:

2.10.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

2.10.1.1. Como o objeto desta licitação não é **exclusivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, a assinalação do campo "não" em nada impedirá o prosseguimento no certame;

2.10.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seu(s) anexo(s)/apenso(s);

2.10.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

2.10.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.10.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.10.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n° 2, de 16 de setembro de 2009.

2.11. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.12. Considerando o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República, que consagra poder/dever à Administração de garantir a razoável duração do processo administrativo e meios que garantam a celeridade de sua tramitação; considerando o respeito ao devido processo administrativo, ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, na forma do artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição da República; considerando a adequação entre meios e fins estritamente necessários ao atendimento do interesse público (artigo 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei n. 9.784/1999); considerando, finalmente, o princípio do julgamento objetivo (artigo 5º, "caput", da Lei n. 14.133/2021) e a possibilidade de a Administração estipular, previamente, condições editalícias, o LICITANTE que participar do certame toma ciência de que, caso seja contratado, deverá dispor de um endereço de **e-mail válido**, o qual será fornecido, no ato da contratação, e que será utilizado para o recebimento de todo e qualquer tipo direto de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 900XX/2025

3. DA VISTORIA.

3.1. Na presente licitação, a realização de vistoria será FACULTATIVA, e o licitante PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

3.1.1. Pelo objeto da presente licitação se tratar de tarefas de manutenção predial corretiva e preventiva com características comuns ao mercado, não se verifica a necessidade de vistoria obrigatória.

3.1.2. A **não realização** da vistoria **não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações**, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.1.3. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência.

3.1.4. Caso deseje realizar a visita, o prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

3.1.5. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.1.6. O agendamento para vistoria poderá ser realizado **através do e-mail: comap@trt8.jus.br**. Deverá ser indicado os locais que serão vistoriados e os horários desejados para a visita.

4. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento;

4.2. A licitante deverá **encaminhar proposta**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, **até a data e horário marcados para abertura da sessão pública**, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos/apensos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

específicas.

4.4.1. A falsidade da declaração de que trata este subitem sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

4.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

4.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

4.7. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação quando solicitados caso constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação quando solicitada, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.9. Até à abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema.

4.10. As propostas terão **validade de no mínimo 60 (sessenta) dias**, contados da data abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem a convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas do compromisso assumido.

4.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

4.13. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.14. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.15. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.16. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea acima.

4.18. O valor final mínimo ou o **percentual de desconto final máximo** parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 900XX/2025

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o **critério de julgamento por maior desconto**.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, a ser conduzida pelo Pregoeiro(a), dar-se-á automaticamente, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital., no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

6.1. O(A) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará, nos termos do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021, motivadamente, aquelas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem/apresentarem os requisitos e especificações técnicas pormenorizadas estabelecidas neste Edital em seu **ANEXO I - Termo de Referência**;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.1.1. O(A) pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRT 8ª ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

6.1.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.1.3. A desclassificação será sempre **fundamentada e registrada** no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.1.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.1.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.1.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, conforme consta do Art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação no prazo de 5 minutos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei quanto à execução de objeto(s) igual(is) ou similar(es) ao(s) ora licitado(s) neste certame prestado(s) à iniciativa pública ou privada, podendo, neste último caso, serem realizadas diligências pelo pregoeiro(a)/agente de contratação, para verificar a sua regularidade e veracidade;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento previsto no § 1º, Art. 5º do Decreto nº 11.430/2023, a serem comprovadas pelas empresas licitantes, respeitada a seguinte ordem:

- a) medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;
- b) ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;
- c) igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;
- d) práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;
- e) programas destinados à equidade de gênero e de raça; e
- f) ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.2.1. Será concedido o prazo de 2:00h às empresas licitantes comprovarem o efetivo cumprimento de cada um dos itens II a IV do subitem acima.

6.2.2. Caso ainda permaneçam empatadas às propostas, em igualdade de condições, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; **(Esta compra é de órgão ou entidade da esfera federal, motivo pelo qual não se aplica o critério de desempate previsto no § 1º, inciso I do Art.60 da lei 14.133/2021)**

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, sendo essas práticas referentes às mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros

6.2.3. As regras previstas neste subitem não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.2.4. durante o julgamento, também poderá ocorrer empate entre duas ou mais propostas, pelo que o agente de contratação/pregoeiro, após observar informação automática do Sistema do Governo Federal - Compras.gov.br, notifica e oferece a opção de retornar o item para a disputa final.

6.2.5. Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 900XX/2025

os licitantes empatados, conforme previsto no § 2º do Art. 28 da Instrução Normativa nº 73/2022, criado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024.

6.2.5.1. Na hipótese de a sessão pública de sorteio ser efetuada de forma presencial, deverá ser transmitida em canal oficial deste Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, e será observada a seguinte sequência de procedimentos:

I - os nomes das licitantes que se encontram em situação de empate serão consignados em papelotes individuais, devidamente registrados em tipografia legível e de fácil visualização;

II - antes do sorteio, deverão ser demonstrados a todos os participantes da sessão o conteúdo impresso dos papelotes individuais, de maneira a assegurar a transparência e a equidade do procedimento;

III - os papelotes individuais serão dobrados de modo a evitar a prévia e indevida identificação dos licitantes;

IV - os papelotes serão introduzidos em um recipiente adequado para realização do sorteio, e em conformidade com as circunstâncias e as necessidades da sessão, poderá ser utilizada a mão humana ou outros recipientes que viabilizem a mistura dos papelotes individuais;

V - após a devida mistura dos papelotes individuais, um servidor de apoio técnico procederá ao sorteio, e, imediatamente após a seleção, o resultado do vencedor será divulgado a todos os participantes da sessão;

VI - serão realizados tantos outros sorteios que se fizerem necessários para definir as demais ordens de classificação, em caso de empate entre três ou mais empresas, a fim de assegurar a lisura do sorteio;

VII - a sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial deste Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

6.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro de cada lance.

7.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas, com **critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, sendo o valor base do certame **o estimado** por esta administração no **subitem 6.3 do ANEXO I - TERMO DE RERERÊNCIA**.

7.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será **prorrogada automaticamente** pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.2.2. A **prorrogação automática** da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.2.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.2.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.2.5. O intervalo mínimo de diferença percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,90% (noventa centésimo por cento) do valor estimado.

7.2.6. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor/percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.4. A licitante somente poderá oferecer lance de preço inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.5. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro. **(Observar Art. 60/Lei nº 14.133/2021)**

7.6. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do **MENOR lance** registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.7. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.7.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.8. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor/percentual for considerado inexecutável.

7.9. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

7.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.

7.11. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações (§ 4º, Art. 56, Lei nº 14.133/2021).

7.11.1. Após o reinício previsto neste subitem, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8. DA DESCONEXÃO DO(A) PREGOEIRO(A).

8.1. Se ocorrer a desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances e se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.2. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.3. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 900XX/2025

tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte **até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:**

9.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

9.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita neste item do edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta Condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

9.2. Na hipótese da não adjudicação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor máximo aceitável para a contratação e a licitante for considerada habilitada.

10. DA NEGOCIAÇÃO.

10.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

10.1.1. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, quando for o caso, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.1.3. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

anexado aos autos do processo licitatório.

10.4. Conforme consta do **Art. 29 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME N° 73/2022**, encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação/pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos **arts. 33 e 34** dessa mesma Instrução, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

11.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da convocação no sistema do anexo pelo pregoeiro(a), envie a **proposta adequada ao último lance ofertado**, conforme o **Anexo II – Modelo de Proposta Escrita**, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos **documentos complementares**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.1.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.1.2. A proposta comercial a ser encaminhada deverá também ser apresentada na forma e requisitos indicados nas alíneas seguintes:

a) De preferência impressa em papel timbrado, redigida com clareza, sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas;

b) Fazer menção ao número deste Pregão Eletrônico e conter a razão social da licitante, o CNPJ, podendo indicar o endereço com o CEP, o número de telefone e/ou fax e e-mail, se houver, o banco, a agência e os respectivos códigos e o número da conta corrente para efeito de emissão de nota de empenho, formalização do contrato e posterior pagamento;

c) Declarar nome, estado civil, profissão, n° do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail e cargo na empresa da pessoa que ficará responsável pela assinatura do contrato;

d) Declarar concordância com o prazo de entrega, como também, com as demais condições previstas no **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

e) Declarar o prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

e.1) Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, ele será considerado como aceito para efeito de validade da mesma;

f) Conter descrição detalhada do(s) item(ns) proposto(s), atendendo aos quantitativos e às especificações mínimas descritas no **Anexo I – Termo de Referência** e em seu(s) anexo(s)/apenso(s), indicando os números de identificação dos objetos ofertados.

11.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 900XX/2025

11.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ofertado com o **valor máximo aceitável** para a contratação neste Edital e em seu(s) anexo(s)/apenso(s), observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n° 73, de 30 de setembro de 2022, e em relação à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.3.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRIBUNAL ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.5. Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos **valores máximo aceitável** ou com preços manifestamente **inexequíveis**.

11.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão, pelo que se poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (§ 2º, Art. 59, Lei n° 14.133/2021).

11.5.2. A análise acerca da inexequibilidade da proposta se deterá tanto em face de cada item quanto em relação ao seu valor global (**Acórdão 2190/2024 Plenário-TCU**).

11.5.3. É indício de inexequibilidade das propostas **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**, que só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.6. Erros e omissões existentes nas propostas comerciais inicialmente enviadas poderão ser retificados pelo licitante, após solicitação ou consentimento do(a) Pregoeiro(a), desde que nenhum dos preços finais ofertados para cada um do(s) item(ns) sofra(m) acréscimo(s).

11.6.1. Será **desclassificada** a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro e/ou que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no **ANEXO I - Termo de Referência**;
- c) apresentar preços inexequíveis, conforme consta do **subitem 11.5** acima, ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração nos termos das **alíneas do subitem 11.5.1** acima;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seu(s) anexo(s)/apenso(s), desde que insanável.

11.7. Para efeito de aceitação da melhor proposta comercial, somente serão consideradas no preço proposto duas casas decimais, para os valores unitários e totais.

11.8. Se a proposta não for aceitável, se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

11.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo de 2(duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

11.10.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.11. Quanto à possibilidade de indicação de marcas ou modelos, **não se aplica a este objeto.**

11.12. **Não se aplica a este objeto a exigência de carta de solidariedade.**

11.13. Cabe à empresa licitante melhor classificada no certame apresentar as **seguintes declarações/comprovações**, juntamente com a sua proposta de preços, conforme previsto no **subitem 6.3 e 6.4 do Anexo I - Termo de Referência**:

11.13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do **critério de julgamento pelo maior desconto**, aplicado sobre o valor dos serviços, incluindo o valor do BDI do serviço.

11.13.2. O valor do desconto ofertado sobre os serviços será aplicado na aquisição de peças, incluindo o BDI diferenciado.

11.13.3. A licitante vencedora deverá apresentar as planilhas de BDI para cada Item de BDI descrito no APENSO VI do Anexo I - Termo de Referência, que serão considerados para fins de avaliação da proposta.

11.13.4. O BDI apresentado pela licitante será somente para fins de verificação da exequibilidade da proposta - prevalece, para fins de contratação, o BDI indicado pelo Tribunal, aplicado o desconto ofertado pela licitante.

11.13.5. Caberá ao licitante vencedor apresentar proposta comercial adequada aos requisitos delimitados no item 6.4 do ANEXO I - Termo de Referência.

11.14. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar, ainda, como requisitos da proposta comercial:

11.14.1. Planilha de preços unitários e totais de serviços e peças, aplicado o desconto linear ofertado em relação aos serviços, referentes aos subitens da planilha orçamentária delimitada no APENSO IV do Termo de Referência -ANEXO I.

11.14.2. Planilhas de composições do BDI consideradas na proposta, para cada BDI de referência descrito no APENSO VI do Anexo I - Termo de Referência.

11.14.2.1. As planilhas de composições de BDI apresentadas pela licitante serão consideradas somente para fins de avaliação da proposta.

11.14.2.2. As composições de BDI da licitante não serão utilizadas, de forma alguma, para fins de composição de custos da contratação.

11.14.3. Na formação dos preços dos serviços, para fins de contratação, serão consideradas as composições de BDI de referência, conforme APENSO VI do Termo de Referência -ANEXO I.

11.14.4. Os quantitativos delimitados na planilha orçamentária (APENSO IV do TR) para os subitens de manutenção corretiva e de fornecimento de peças são estimativos, podendo ser majorados de acordo com as necessidades

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 900XX/2025

identificadas, condicionada a aquisição dos quantitativos adicionais à prévia verificação de disponibilidade orçamentária.

11.14.5. A licitante deverá declarar, na proposta comercial:

- a) ciência de que o desconto ofertado será aplicado de forma linear e constante em todos os preços unitários da planilha de preços;
- b) que os responsáveis técnicos que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto deverão ser os mesmos indicados para efeito de comprovação de qualificação técnico-profissional, conforme certidões de acervos técnicos apresentadas;
- c) que os profissionais indicados com responsáveis técnicos nas certidões de acervo técnico deverão obrigatoriamente atuar presencialmente nos serviços de manutenções preventivas e corretivas previstas no objeto;
- d) indicar sede, filial ou escritório de representação no estado onde os serviços serão executados – ou em localidade estratégica que possibilite o deslocamento imediato e recorrente da equipe técnica nos prazos delimitados para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

11.15. O Tribunal se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do atestado/declaração de capacidade técnica, visando a obter informações sobre os produtos fornecidos e/ou serviços prestados, cópias dos respectivos contratos/aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

11.16. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante deixar de reenviar a proposta ou não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

12. DA HABILITAÇÃO.

12.1. A habilitação parcial das licitantes será verificada por meio do **SICAF**, nos **níveis de validade I, II, III, IV e VI**, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

12.1.1. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no **SICAF** deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.1.2. É dever e responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)), para que estejam consistentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada/ajustada/retificada.

12.1.3. O descumprimento do subitem acima poderá implicar na inabilitação/desclassificação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

12.1.4. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante melhor classificado.

12.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar referente aos **requisitos de demonstração de capacidade operacional e profissional**, visando a declaração da qualificação/habilitação técnica da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

licitante:

12.2.1.CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL - Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

12.2.1.1. Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em Subestações de Energia Elétrica de Média Tensão com, no mínimo, potência instalada de 1.000 kVA;

12.2.1.2. O atestado apresentado deverá demonstrar que o licitante tenha executado os referidos serviços em períodos sucessivos de no mínimo 12 meses.

12.2.1.3. Justificativa: A somatória das potências de todas as subestações constantes do objeto totaliza 5.200 kVA. Dessa forma, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional foi definido o quantitativo mínimo de potência de 1.000 kVA, equivalente à potência intermediária dentre as subestações do objeto. A potência de 1.000 kVA corresponde a percentual inferior a 50 % (cinquenta por cento) da totalidade das potências instaladas nas subestações do objeto.

12.2.1.4. Os atestados apresentados para comprovação das exigências de Capacidade Técnico-Operacional deverão ser fornecidos pela pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço objeto do atestado não sendo admitido atestado fornecido por terceiro.

12.2.1.5. Não serão aceitos atestados que contemplem exclusivamente operação, fiscalização de serviços, execução de obras ou projetos de engenharia.

12.2.1.6. Não são aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos pelo próprio licitante.

12.2.2.CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL - Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

a) Comprovar que a licitante possui em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, Engenheiro(a) Eletricista(s) ou outro(s) profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente pela regulação da atividade da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT ou documentação equivalente, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços em características semelhantes ao objeto desta licitação:

a.1). Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em Subestações de Energia Elétrica de Média Tensão com, no mínimo, potência instalada de 1.000 kVA.

a.1.1) O atestado apresentado deverá demonstrar que o licitante tenha executado os referidos serviços em períodos sucessivos de no mínimo 12 meses.

a.1.2) Justificativa: A somatória das potências de todas as subestações constantes do objeto totaliza 5200 kVA. Dessa forma, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional foi definido o quantitativo mínimo de potência de 1.000 kVA, equivalente à potência intermediária dentre as subestações do objeto. A potência de 1.000 kVA corresponde a percentual inferior a 50 % (cinquenta por cento) da totalidade das potências instaladas nas subestações do objeto.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 900XX/2025

12.2.2.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica indicados nos atestados acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins do **Anexo I – Termo de Referência:**

a) o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

b) o administrador ou o diretor;

c) o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;

d) Através da Certidão de Registro e Quitação da empresa emitida pelo CREA, onde conste o nome deste profissional como integrante do quadro técnico.

e) e o prestador de serviços:

e.1) com contrato escrito firmado com o licitante;

e.2) ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

12.2.2.2. A licitante deverá apresentar declaração indicando o(s) nome(s), CPF(s), número(s) do(s) registro(s) na entidade profissional competente, do(s) responsável(is) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto.

12.2.2.3. A relação dos profissionais indicados no **subitem 12.2.2.4**, não desobriga a contratada de manter os demais profissionais necessários à execução dos serviços.

12.2.2.4. Quaisquer dos técnicos descritos neste item somente poderão ser substituídos por outros com as mesmas qualificações aqui exigidas, e deverão ter seus nomes submetidos à prévia aprovação da Fiscalização.

12.2.2.4.1. O(s) nome(s) indicado(s) nos atestados de capacidade técnica deverá(ão) necessariamente constar(em) entre o(s) responsável(is) técnico(s).

12.3. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados, ou inscritos no conselho profissional competente pela regulação da atividade no Pará e Amapá, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

12.3.1. No caso de necessidade de substituição de algum responsável técnico ao longo do contrato, deverá ser efetuada a baixa ou substituição da respectiva ART, ou instrumento/documento equivalente, conforme indicação do Conselho. O novo profissional deverá atender às exigências mínimas indicadas para habilitação conforme o Edital de Licitação, devendo ser submetidos à Fiscalização seus atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico do conselho profissional competente pela regulação da atividade no Pará.

12.3. Deverá apresentar ainda:

a) A licitante deve demonstrar, por meio da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que já executou serviço igual ou equivalente à qual será licitada neste certame conforme abaixo:

b) Ficam vedadas as exigências de quantidades mínimas de atestados ou declarações de capacidade técnica e/ou prazos máximos com relação às datas em que foram expedidos;

c) O licitante tem a liberdade de apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar sua aptidão;

d) Cabe ao Pregoeiro(a) em conjunto com a Área Técnica Demandante, durante o exame da documentação de habilitação, analisar o conteúdo dos atestados e pronunciar-se quanto à suficiência deles, podendo concluir, motivadamente, com base em critérios objetivos já prefixados neste edital, que o somatório



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

dos atestados apresentados por um único licitante não é suficiente para habilitá-lo, ou, da mesma forma, habilitar licitante que apresente um único atestado.

e) Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo aceitável da contratação, a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados pelo SICAF;

e.1) Conforme consta do inc. I, Art. 69, Lei n° 14.133/2021, o Balanço Patrimonial deverá ser apresentado quanto ao 2 (dois) últimos exercícios sociais devidamente registrados na forma das normas aplicáveis ao caso;

e.1.1) O Balanço Patrimonial limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º, Art. 69, Lei n° 14.133/2021).

e.1.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**, conforme reza o § 1º, Art. 65, Lei n° 14.133/2021.

e.2) O licitante enquadrado como microempreendedor individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado, apenas, da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

e.2.1) Quanto à apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais (Inc. I, Art. 69 da Lei n° 14.133/2021), salvo exceção prevista no § 6º desse mesmo dispositivo (b.1.1 acima), não estará dispensado, uma vez que, em decorrência do Princípio de Especificidade, sendo a Lei n° 14.133/21 mais específica na seara das licitações e contratos, deverá esta ser aplicada ao caso concreto dessa natureza, não havendo nenhuma previsão de benefício dessa natureza em seu Art. 69 que possui rol taxativo.

f) A certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em Consulta - Cadastro - Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira, devendo ser verificado o registro dos dados referentes à Certificação de Falência / Recuperação, (Código de Controle da Certidão, Data da Emissão e Data de Validade).

f.1) Na ausência de total documento no SICAF, a licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão ou, na omissão desta, expedida a menos de **180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua apresentação**.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011.

12.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 900XX/2025

pregoeiro, cujo prazo poderá coincidir com aquele previsto no **subitem 11.1** deste Edital.

12.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

12.4.1. O(A) pregoeiro(a), verificará durante a fase de habilitação da empresa, nos termos do **acórdão 1793/2011 do TCU**:

a) A existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP/CGU (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

b) A existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do **Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

d) A **composição societária das empresas** a serem contratadas no sistema Sicaf a fim de certificarem se entre os sócios há servidores do próprio órgão/entidade contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

12.4.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.4.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor/Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.4.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.4.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.4.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro/licitante reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.5. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, inclusive os relativos à regularidade da documentação vencida, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços readequada de que cuida o subitem **11.1** ou **nos moldes do 12.13** deste edital.

12.6. Em caráter de diligência, os documentos poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, à Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na **Tv. Dom Pedro I, Bairro do Umarizal, nº 746, 2º andar, ANEXO/BLOCO IV, CEP 66.050-100, Belém/PA**.

12.7. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

12.8. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

cartório de títulos e documentos.

12.9. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

12.10. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à **regularidade fiscal e trabalhista**, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.11.1. A **não-regularização fiscal e trabalhista** no prazo previsto no subitem anterior **implicará decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital (Art. 156 da Lei n° 14.133, de 2021), sendo **facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação**, para a **assinatura do contrato** ou **revogar a licitação**.

12.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, contado de sua solicitação, sob pena de inabilitação.

12.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN n° 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

12.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.16. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **Anexo I – Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado que não seja ME/EPP.

12.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 900XX/2025

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.20. As **habilitações fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos (Art. 68 da Lei 14.133/2021):

I - a **inscrição** no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a **inscrição** no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a **regularidade** perante a **Fazenda federal, estadual e/ou municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a **regularidade** relativa à **Seguridade Social e ao FGTS**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a **regularidade** perante a **Justiça do Trabalho**;

VI - o cumprimento do disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**.

12.20.1. A comprovação das habitações previstas nos **itens III a V** deste subitem deverá ser feita na forma da legislação específica ou mediante a perfeita regularidade da **certidão SICAF** prevista no **subitem 12.1** deste item;

12.20.2. Todos os documentos previstos nos incisos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico (§ 1º, Art. 68 - Lei 14.133/2021).

12.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.22. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.23. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

13.DO ENCAMINHAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES.
--

13.1. Todos os documentos exigidos para fins de PROPOSTA e HABILITAÇÃO deverão ser disponibilizados, conforme consta do **(SUB)ITEM 4**; salvo as exceções previstas nos subitens **11.1, 11.10 e 12.13** deste edital.

14. DA DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS.
--

14.1. Não se aplica a este Pregão.

15. DO RECURSO.

15.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, para que **qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer**, de forma



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. O(A) Pregoeiro(a) fará **juízo de admissibilidade da intenção de recurso** manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

15.2.1. Nesse momento o(a) pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.3. Uma vez admitida a intenção de recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias úteis para apresentar as razões**, pelo sistema eletrônico, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, ficando os **demais licitantes**, desde logo, **intimados** para, querendo, **apresentarem contrarrazões** também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias úteis**, que começarão a contar do término desse prazo do recorrente ou da intimação pessoal, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.4. O recurso dar-se-á em **fase única** e será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.4.1. A apreciação dar-se-á em fase única.

15.5. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

15.10. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a AUTORIDADE SUPERIOR autorizada a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

15.11. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

16.1. Observando o **Art. 44/IN SEGES/ME n.º 73/2022**, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **AUTORIDADE SUPERIOR**, observando o que consta da **PORTARIA PRESI N.º 134, DE 30 DE JANEIRO DE 2025 (Delega competências para o biênio 2024–2026)**, para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, que ainda, conforme o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 900XX/2025

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

16.2. O objeto deste Pregão será adjudicado ao(s) vencedor(es) do(s) respectivo(s) **ITEM(NS)**.

17. DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PREGOEIRO(A)/AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

17.1. Caberá(ão) ao(à) Pregoeiro(a) as atribuições dispostas no art. 14 do Decreto nº 11.246/2022 que regulamenta o disposto no art. 8º, §3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.2. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

17.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o saneamento da proposta por conta de erros formais ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18. DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) DIRETOR(A) DO TRIBUNAL.

18.1. Ao(À) **DIRETOR(A) DO TRIBUNAL** caberá:

18.1.1. Determinar o **retorno dos autos** para **saneamento de irregularidades**;

18.1.2. **Adjudicar** o objeto deste Pregão à licitante vencedora, se houver interposição de recurso;

18.1.3. **Homologar** o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;

18.1.4. **Anular** este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sempre que presente ilegalidade insanável;

18.1.5. **Revogar** este Pregão, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

18.2. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados na forma do **CAPÍTULO XV da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME N° 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**;

18.3. Nos casos de **anulação** e **revogação**, deverá ser **assegurada a prévia manifestação dos interessados**;

18.3.1. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

19. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO.

19.1. Realizados os procedimentos de que trata o item anterior, o Tribunal **convocará** a(s) licitante(s) vencedora(s), durante a validade da sua proposta, para assinatura do **Termo de Contrato - Anexo III, deste Edital, dentro do**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

prazo de 5 (cinco) dias úteis.

19.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante **correspondência postal com aviso de recebimento (AR)** ou **meio eletrônico**, para que seja assinado e devolvido no mesmo prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

19.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser **prorrogado uma única vez, por igual período**, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

19.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

19.4. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), quando a convocada não assinar o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo e nas condições estabelecidos, **convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação**, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de **habilitação**, feita a **negociação** e aceita a **proposta**.

19.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, **caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida** e o **sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas** e à **imediata perda da garantia de proposta** em favor do Tribunal.

19.5.1. A regra do subitem anterior **não se aplica** ao se convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que **acima do preço do adjudicatário**.

19.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19.7. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a **contratação de remanescente** do objeto deste contrato **em consequência de rescisão contratual**, observados os mesmos critérios estabelecidos nos termos dos §§ 2º e 4º, Art. 90, Lei 14.133/2021.

20. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AS LICITANTES.

20.1. Com fundamento no **Artigo 155 da Lei nº 14.133/2002** ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do TRT 8ª, pelo **prazo máximo de até 3 (três) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que:

20.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.2. dar causa à inexecução total do contrato;

20.1.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.4. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 900XX/2025

- contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 20.1.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 20.2.** Será declarada a inidoneidade da Licitante para licitar ou contratar com toda Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo **prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**, quando incidir nas hipóteses previstas no subitem 20.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e ainda, nas seguintes hipóteses:
- 20.2.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 20.2.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 20.2.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 20.2.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.2.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 20.3.** A licitante vencedora e as demais licitantes classificadas, encontram-se sujeitas, de igual forma, às sanções previstas no Contrato, decorrentes do descumprimento dos compromissos assumidos.
- 20.4.** Sem prejuízo da **penalidade disposta no subitem 20.1**, será aplicada à licitante que cometer quaisquer das infrações dispostas no citado subitem, a penalidade de multa de 10% sobre o valor anual estimado do contrato.
- 20.5.** As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

21. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

- 21.1.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para **impugnar** ato convocatório/edital de licitação deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@trt8.jus.br, por irregularidade na aplicação da **Lei nº 14.133/2021** ou para **solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo fazê-lo **até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame**.
- 21.1.1.** A(s) resposta(s) à(s) impugnação(ões) ou ao(s) pedido(s) de esclarecimento será(ão) divulgada(s) em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame** e disponibilizadas nesse mesmo prazo no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio do link Acesso Livre > Pregões > Agendados para conhecimento dos fornecedores e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.
- 21.2.** As **impugnações** não possuem efeito suspensivo dos prazos previstos neste Edital.
- 21.2.1.** A concessão de efeito suspensivo à **impugnação** é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.3.** Acolhida a **impugnação** contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 21.4.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

22.1. As despesas da presente licitação estão classificadas como:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA(ORÇAMENTO, FINANÇAS E PAGAMENTOS) - SEADM
ADEQUAÇÃO DE DESPESA 0800032026AD000192
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A.REGIAO

Exercício Orçamentário	2026	
Processo Administrativo	3729/2025	
Programa	259865	Reforma e Conservação de Ativos da União - Pequeno Porte
Fonte	1000000000	
Elemento de Despesa	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Descrição	FAVORECIDO: A DEFINIR CNPJ: A DEFINIR OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS 8 (OITO) SUBESTAÇÕES EM USO PELO TRT8 EMPENHO: ESTIMATIVO	
Valor	R\$ 138.128,10	
Saldo		

Itens da Adequação					
Núm.	Descrição	Subitem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	AQUISIÇÃO DE PEÇAS NAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS - EMPENHO: ESTIMATIVO	25	11,00	R\$ 12.557,10	R\$ 138.128,10

BELÉM, 26/01/2026

23. DO REAJUSTAMENTO.

23.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da **data do orçamento estimado**.

23.2. Após o intervalo de um ano, e a pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do **Índice de Custo da Construção Civil**, ou outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal, estando a sua aplicação regida pela legislação em vigor por ele editada, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme estabelece a **Lei n.º 14.133/2021 em seu artigo 25, §7º**, que fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

23.3. Nos **reajustes subsequentes ao primeiro**, o interregno mínimo de um ano será contado **a partir dos efeitos financeiros do último reajuste**.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 900XX/2025

23.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

23.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

23.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

23.7. Na **ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial**, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

23.9. Recebido o requerimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deste contrato, a autoridade competente deste Tribunal decidirá, motivadamente em 30 (trinta) dias.

24. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.

24.1. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração do TRT da 8ª Região.

24.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) pregoeiro(a).

24.1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.1.3. O horário de expediente desta Justiça Especializada é de 08:00h às 15:00h.

24.2. A participação nesta licitação e a apresentação da proposta implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seu(s) anexo(s)/apenso(s), bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

24.3. Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

24.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.5. A cotação levada em consideração para efeito de julgamento é de exclusiva responsabilidade da licitante.

24.6. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Tribunal porventura julgar necessários.

24.7. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).

24.8. As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela autoridade competente do Tribunal Regional



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

do Trabalho da Oitava Região.

24.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.10. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

24.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seu(s) anexo(s)/apenso(s), excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.12. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.13. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.14. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexo(s)/Apenso(s) ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.16. O T.R.T. da Oitava Região poderá **anular** o certame, por vício de legalidade, ou **revogá-lo**, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, consoante prevê a **Lei nº 14.133/2021**.

24.17. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

24.18. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.19. O Edital e seu(s) Anexo(s)/Apenso(s) estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e deste Tribunal, e endereço eletrônico cpl@trt8.jus.br.

24.20. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da **Resolução nº. 07/2005 do CNJ**. A vedação contida na **Resolução nº. 07/2005 do CNJ** não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, nos termos da **Resolução nº. 229/2016 do CNJ**.

24.21. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 900XX/2025

incidam na vedação do Art. 1º e 2º da Resolução nº. 156/2012 do CNJ.

24.22. O Tribunal ADMITIRÁ a **subcontratação parcial** na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

24.22.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

24.22.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto licitatório, no que diz respeito às análises do líquido isolante (físico-químico e cromatográfico) dos transformadores à óleo.

25. DOS ANEXOS.

25.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- a.1) APENSO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
- a.2) APENSO II - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS;
- a.3) APENSO III - MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;
- a.4) APENSO IV - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS;
- a.5) APENSO V - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS;
- a.6) APENSO VI - COMPOSIÇÃO DO BDI;
- a.7) APENSO VII - ENCARGOS SOCIAIS;
- a.8) APENSO VIII- INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS;
- a.9) APENSO IX - PROJETO BÁSICO;
- a.10) APENSO X - MODELO DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS ITENS DO EDITAL E VINCULAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;
- b) ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA ESCRITA;
- c) ANEXO III - MODELO DE CONTRATO.

26. DO FORO.

26.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belém, 28 de maio de 2026.

HAROLDO WELINGTON DE LIMA GUEDES
Pregoeiro(a)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS




HERLON
CARLOS
RIBEIRO
PEREIRA
05/12/2025 17:03


MATIAS
RIBEIRO
MAXIMO
DE LAVOURA
10/12/2025 08:36

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

COMAP- nº06/2025

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos.

1.2. São partes integrantes deste Termo de Referência:

1.2.1. APENSO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

1.2.2. APENSO II - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS;

1.2.3. APENSO III - MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;

1.2.4. APENSO IV - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS;

1.2.5. APENSO V - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS;

1.2.6. APENSO VI - COMPOSIÇÃO DO BDI;

1.2.7. APENSO VII - ENCARGOS SOCIAIS;

1.2.8. APENSO VIII - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS;

1.2.9. APENSO IX - PROJETO BÁSICO;

1.2.10. APENSO X - MODELO DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS ITENS DO EDITAL E VINCULAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3. Condições Gerais da Contratação

1.3.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3.1.1. Justificativa: por se tratarem de serviços que envolvem métodos e técnicas padronizados, dominados pelos atores médios do mercado, sem a imposição de soluções individualizadas ou diferenciadas.

1.3.2. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que à natureza dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de subestações, objeto do presente estudo, que tem quer feito de forma periódica para manter adequado o funcionamento das edificações, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.3.4. A presente contratação, adotará como regime de execução de empreitada por preço unitário. Justifica-se a adoção do regime pela possibilidade de pagamentos apenas pelos serviços efetivamente executados, conforme medições de serviços efetivamente realizados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação e justificativa da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em tópicos específico (Item 3) dos Estudos Técnicos Preliminares, **APENSO I**, Termo de Justificativas Técnicas, APENSO II, deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta no item 4.2 do Apenso I - Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. Trata-se da contratação sob demanda de serviços de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo aéreas e abrigadas, com fornecimento de serviços, mão de obra, materiais e demais insumos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da norma NBR 5674/2012 da ABNT e da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 10 do Estudo Técnico Preliminar, **APENSO I** deste Termo.
- 3.3. O memorial descritivo e especificações técnicas de execução dos serviços das subestações existentes é apresentado no **APENSO III**.
- 3.4. Os locais de execução dos serviços, quantidades e escopo da contratação encontram-se descritos no item 10 do Estudo Técnico Preliminar, APENSO I deste Termo.

4. ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

- 4.1. A justificativa para a escolha do tipo de solução é apresentada no item 9 do Estudo Técnico Preliminar, **APENSO I** deste documento.
- 4.2. A justificativa do não parcelamento da solução está descrito no item 11 do Estudo Técnico Preliminar, **APENSO I** deste documento.
- 4.3. Os resultados pretendidos estão descritos no item 12 do Estudo Técnico Preliminar, **APENSO I** deste documento.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos Gerais

- 5.1.1. A licitante deverá atender aos critérios de seleção do fornecedor, dentre esses, relacionados à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômica e qualificação técnica.
- 5.1.2. A empresa deverá prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo aéreas e abrigadas, com fornecimento de serviços, mão de obra, materiais e demais insumos, sem dedicação exclusiva de mão de obra.
- 5.1.3. O rol de serviços foi especificado visando abranger todas as subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV. Para tanto, foram utilizados como parâmetros os serviços e insumos constantes do Portal Nacional de Contratações Públicas, Sistema Oficial de Preços SINAPI - Sistema Nacional de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, bem como, quando necessário, de outros sistemas ou bases oficiais de orçamentação de serviços de engenharia.

- 5.1.4. Em observação ao princípio da padronização, certifica-se, que na presente data, os itens deste Termo não constam no Catálogo Eletrônico de Padronização do Portal Nacional de Contratações Públicas.

5.2. Natureza dos Serviços

- 5.2.1. Devido à natureza dos serviços de manutenção de subestações, objeto do presente estudo, que tem que ser feito de forma periódica para manter adequado o funcionamento das instalações elétricas, a contratação deverá ser de forma continuada.
- 5.2.2. Por se tratar de serviço continuado, o contrato terá validade de até 5 (cinco) anos, conforme art. 106 da lei 14.133/2021.
- 5.2.3. O contrato poderá ser prorrogado em até 10 anos, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, conforme art. 107 da lei 14.133/2021.

5.3. Critérios de Sustentabilidade

- 5.3.1. Conforme delineado no Item 22 do Termo de Justificativas Técnicas, APENSO II deste Termo de Referência.

5.4. Subcontratação

- 5.4.1. Conforme delineado no Item 17 do Termo de Justificativas Técnicas, APENSO II deste Termo de Referência.

5.5. Garantia da Contratação

- 5.5.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas no item 22 do Termo de Justificativas Técnicas, APENSO II deste Termo.

5.6. Vistoria

- 5.6.1. Conforme delineado no Item 15 do Termo de Justificativas Técnicas, APENSO II deste Termo de Referência.

5.7. Requisitos Legais

- 5.7.1. A contratação deverá ser formalizada observando os seguintes requisitos legais, regulamentos e orientações jurisprudenciais:
- 5.7.1.1. Conforme a Lei 14.133/2021.
- 5.7.1.2. Instrução Normativa nº. 05/2017 que regulamenta a contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal.
- 5.7.1.3. A adoção como referência de preços do SINAPI está alinhada às regras constantes do Decreto nº 7.983/2013 que estabelece que os preços globais das obras ou serviços de engenharia sejam obtidos a partir da composição de preços unitários obtido no SINAPI e que sejam menores ou iguais aos valores constantes no respectivo sistema, acrescido do percentual do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas. Demais requisitos legais e normativos previstos no item 5 e 6 do APENSO II, Termo de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

Justificativas Técnicas.

5.7.1.4. Acórdão 2.622/2013 - Plenário, do Tribunal de Contas da União.

5.7.1.5. Acórdão 1.238/2016 - Plenário, do Tribunal de Contas da União.

5.7.1.6. Demais requisitos legais e normativos previstos no item 5.2 do APENSO I, Estudo Técnico Preliminar

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Classificação dos Serviços

6.1.1. O serviço é classificado como serviço comum de engenharia, conforme item 2 do Termo de Justificativas Técnicas, APENSO II deste Termo.

6.1.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

6.2. Forma de Seleção do Fornecedor

6.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo **maior desconto**, aplicado sobre o valor dos serviços, incluindo o valor do BDI do serviço.

6.3.1. O valor do desconto ofertado sobre os serviços será aplicado na aquisição de peças, incluindo o BDI diferenciado.

6.3.2. A licitante vencedora deverá apresentar as planilhas de BDI para cada Item de BDI descrito no APENSO VI deste TR, que serão considerados para fins de avaliação da proposta.

6.3.2.1. O BDI apresentado pela licitante será somente para fins de verificação da exequibilidade da proposta - prevalece, para fins de contratação, o BDI indicado pelo Tribunal, aplicado o desconto ofertado pela licitante.

6.3.3. Caberá ao licitante vencedor apresentar proposta comercial adequada aos requisitos delimitados no item 6.4 deste Termo.

6.4. Da Proposta

6.4.1. A proposta deverá conter os dados identificadores da proponente exigidos no edital.

6.4.2. A licitante classificada primeiro lugar deverá apresentar proposta, conforme o quadro a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

PROPOSTA DE PREÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SUBESTAÇÕES COM FORNECIMENTO DE PEÇAS COM BDI (conforme APENSO V DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA)	VALOR DO DESCONTO LINEAR SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR GLOBAL ANUAL APÓS A APLICAÇÃO DO DESCONTO LINEAR - COM BDI (conforme APENSO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA)
1	Serviços de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos.	R\$ 291.399,14	XX,XX%	
Intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances: 0,5% (cinco décimos por cento)				

6.4.3. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar, ainda, como requisitos da proposta comercial:

6.4.3.1. Planilha de preços unitários e totais de serviços e peças, aplicado o desconto linear ofertado em relação aos serviços, referentes aos subitens da planilha orçamentária delimitada no APENSO IV do Termo de Referência.

6.4.3.2. Planilhas de composições do BDI consideradas na proposta, para cada BDI de referência descrito no APENSO VI deste TR.

6.4.3.2.1. As planilhas de composições de BDI apresentadas pela licitante serão consideradas somente para fins de avaliação da proposta.

6.4.3.2.2. As composições de BDI da licitante não serão utilizadas, de forma alguma, para fins de composição de custos da contratação.

6.4.4. Na formação dos preços dos serviços, para fins de contratação, serão consideradas as composições de BDI de referência, conforme APENSO VI deste Termo.

6.4.5. Os quantitativos delimitados na planilha orçamentária (APENSO IV do TR) para os subitens de manutenção corretiva e de fornecimento de peças são estimativos, podendo ser majorados de acordo com as necessidades identificadas, condicionada a aquisição dos quantitativos adicionais à prévia verificação de disponibilidade orçamentária.

6.4.6. A licitante deverá declarar, na proposta comercial:

a) ciência de que o desconto ofertado será aplicado de forma linear e constante em todos os preços unitários da planilha de preços;

b) que os responsáveis técnicos que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto deverão ser os mesmos indicados para efeito de comprovação de qualificação técnico-profissional, conforme certidões de acervos técnicos apresentadas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

c) que os profissionais indicados com responsáveis técnicos nas certidões de acervo técnico deverão obrigatoriamente atuar presencialmente nos serviços de manutenções preventivas e corretivas previstas no objeto;

d) indicar sede, filial ou escritório de representação no estado onde os serviços serão executados — ou em localidade estratégica que possibilite o deslocamento imediato e recorrente da equipe técnica nos prazos delimitados para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

6.5. Regime de Execução

6.5.1. Conforme delineado no Item 3 do Termo de Justificativas Técnicas, APENSO II deste Termo de Referência, será adotado a **Empreitada por Preço Unitário**.

6.6. Qualificação Técnica

6.6.1. Conforme delineado no Item 14 do Termo de Justificativas Técnicas, APENSO II deste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Descrição da Contratação

- 7.1.1. A contratação visa a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas subestações de média tensão do TRT8;
- 7.1.2. Os serviços compreendem a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças defeituosas ou danificadas, ajustes, configuração, programação, calibração, ensaios, ativação de equipamentos.
- 7.1.3. A CONTRATADA deverá cumprir, durante todas as etapas dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva, às exigências e procedimentos de segurança e saúde no trabalho da NR 10.
- 7.1.4. Para fins de elaboração da estimativa de preços, foram considerados os custos com deslocamentos a partir do Prédio Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizado em Belém/PA, até as localidades que concentram as subestações objeto do contrato, a saber: Ananindeua, Parauapebas, Macapá, Marabá e Santarém. Tal critério reflete a natureza eminentemente presencial dos serviços, que exigem a atuação física e recorrente da equipe técnica contratada, sendo, portanto, incompatível com qualquer modelo de prestação exclusivamente remota ou digital.
- 7.1.5. Os valores de deslocamento, alimentação, pernoite, dentre outros deverão estar incluídos na proposta para realização dos serviços tanto de manutenção preventiva como nos chamados de manutenção corretiva.
- 7.1.6. Todos os serviços contratados deverão ser executados com a presença obrigatória do Profissional Responsável Técnico legalmente habilitado e com qualificação técnica comprovada a partir dos critérios de Capacidade técnico-operacional definidos do APENSO II deste Termo de Referência, cuja atuação in loco é condição indispensável para a realização de medições, testes, diagnósticos, análises técnicas e procedimentos operacionais em instalações de média tensão. A exigência decorre das normas regulamentadoras aplicáveis, em especial a NR-10 e os protocolos do Sistema Elétrico de Potência – SEP, que demandam acompanhamento técnico especializado para garantir a segurança nas operações de desligamento, religamento e intervenções em componentes energizados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 7.1.7. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às normas ABNT NBR 14039, ABNT NBR 5410, ABNT NBR 5419 e NR-10, bem como orientações de desligamento e religamento das Concessionárias Equatorial Pará e Equatorial Amapá.
- 7.1.8. As rotinas de manutenção preventiva devem ser realizadas anualmente para cada subestação, considerando os prazos estabelecidos no subitem 7.5.
- 7.1.9. Para cada subestação, será realizada uma intervenção preventiva anual e serão realizadas quantas intervenções de manutenção corretiva forem necessárias durante o prazo de vigência do contrato.
- 7.1.10. Como as cargas atendidas pelas subestações não podem sofrer interrupções para não atrapalhar as atividades jurisdicionais e administrativas, as manobras nas chaves somente poderão ser realizadas fora do horário do expediente forense e de forma programada, com exceção às manutenções corretivas em que haja necessidade de desligamento emergencial para resolução da contingência. Por este motivo, a marcação desses procedimentos será agendada com antecedência através da DIMIP de modo a não afetar o atendimento ao público.
- 7.1.11. Nas situações que for necessário o desligamento das subestações a partir da rede externa, a programação das atividades será feita com a antecedência exigida pela Concessionária. Nesse caso, a programação será feita com participação da DIMIP que, após solicitação da CONTRATADA (discriminando precisamente data, horário de desligamento/religamento e equipe técnica responsável pelos serviços) fará a solicitação de agendamento dos desligamentos perante a Concessionária.
- 7.1.12. Os desligamentos programados para manutenção preventiva deverão ocorrer preferencialmente em domingos ou feriados, de modo a não prejudicar as atividades judiciais.
- 7.1.13. Os serviços de manutenção preventiva têm por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos sistemas, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em pleno estado de funcionamento, com especificações técnicas dos serviços definidos do APENSO III deste Termo de Referência.
- 7.1.14. A manutenção corretiva ocorrerá sempre que identificadas não conformidades nas instalações, nos casos de reparos, conserto, seja por acidente, por desgaste normal de uso ou por qualquer outra razão não prevista dentro das atividades.
- 7.1.15. Nas manutenções corretivas em geral, o atendimento ocorrerá nos prazos estabelecidos no item 7.5.3.
- 7.1.16. Nas manutenções corretivas em que haja substituição de peças, equipamentos ou acessórios de difícil aquisição no mercado, o prazo para normalização das instalações será de 5 (cinco) dias, com a devida justificativa à Fiscalização.
- 7.1.17. Os prazos indicados acima poderão ser prorrogados, desde que a contratada comunique à fiscalização acerca dos impedimentos ou motivos para a concessão de prorrogação do período, cabendo ser devidamente justificados com documentos e comprovações dos fatos alegados.
- 7.1.18. Em caso de não acatamento do pedido de prorrogação por parte da fiscalização, a contratada estará sujeita à aplicação de sanções e penalidades previstas no instrumento de medição de resultados e no contrato.
- 7.1.19. O fato de os profissionais não terem conhecimento suficiente ou ferramentas para a resolução de um problema específico do objeto não será justificativa para o não cumprimento do prazo máximo para a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

normalização do funcionamento das instalações.

- 7.1.20. Os serviços de manutenção corretiva terão garantia de 90 (noventa) dias, a contar do efetivo término da execução do serviço. A garantia continuará válida mesmo após findar a vigência contratual e, caso a CONTRATADA seja acionada para refazer o serviço, automaticamente renovará o período do exercício do direito. Todos os custos relativos aos serviços devido à garantia serão encargo da CONTRATADA.
- 7.1.21. As peças deverão ser substituídas por outras novas, com garantia, ofertada pela CONTRATADA, de 6 (seis) meses, no mínimo, ou em conformidade com as recomendações dos fabricantes e tecnologicamente atualizadas, cujo valor será posteriormente pago pelo TRT8, devendo a cobrança ser efetivada por meio de nota fiscal apartada para cada ocorrência.
- 7.1.22. A verificação da necessidade de substituição, nas subestações, desses equipamentos e/ou materiais, que não se encontrem relacionados na planilha orçamentária, dar-se-á através da abertura de Ordem de Serviço de manutenção corretiva, na qual o Profissional Responsável Técnico da CONTRATADA apresentará as justificativas da necessidade do serviço ao fiscal do contrato.
- 7.1.23. O processo de substituição dos equipamentos e/ou materiais danificados, que for autorizado pelo Fiscal do contrato, ficará sob supervisão do Profissional Responsável Técnico da CONTRATADA, que encaminhará ao fiscal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, um relatório acompanhado de fotografias demonstrando a execução dos serviços.
- 7.1.24. Sempre que solicitada, a CONTRATADA deverá apresentar relatório complementar de atividades, independente dos relatórios de manutenção preventiva anual ou corretiva, bem como elaborar pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnica econômico sobre quaisquer instalações incluindo necessidades de novas instalações.
- 7.1.25. O emprego de Mão-de-obra deverá respeitar as especificações técnicas constantes do item 7 do APENSO III deste Termo de Referência.
- 7.1.26. Haverá o fornecimento de serviços, materiais e insumos, atendendo aos requisitos de desempenho, qualidade e acessibilidade requeridos pelas normas técnicas vigentes e regulamentações outras.
- 7.1.27. Os serviços no equipamento, que por motivos técnicos não puderem ser executados nos locais de uso, serão retirados pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação do fiscal do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 7.1.28. A contratada deverá comprovar, no momento da contratação ou no ato de entrega da ART/RRT do Profissional Responsável Técnico durante a execução contratual, que possui sede, filial, escritório ou estrutura mínima de representação localizada no município de Belém/PA ou em outra localidade estrategicamente posicionada, que viabilize o atendimento eficiente aos prazos e às demandas operacionais previstas no escopo contratual. Tal exigência tem por fundamento a necessidade de mobilização da equipe técnica e mitigação de riscos de inexecução, conforme precedentes administrativos, notadamente o Acórdão nº 1176/2021 – Plenário do Tribunal de Contas da União, que reconhece a legalidade da exigência de estrutura local quando tecnicamente justificada.
- 7.1.29. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização ART ou RRT referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva das subestações do TRT8, dentro do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

prazo de 15 (quinze) dias;

- 7.1.30. Após a apresentação da ART ou RRT dos serviços, A CONTRATADA deverá apresentar cronograma de manutenção preventiva anual à fiscalização com as datas previstas para realização dos serviços de manutenção preventiva anual;
- 7.1.31. O cronograma de execução de manutenção preventiva anual deverá conter no mínimo:
- 7.1.31.1. Os nomes dos empregados envolvidos na execução, acompanhados de documentos de identidade, cargos, telefone de contato, documentação comprobatória de ter recebido treinamento sobre segurança em instalações e serviços em eletricidade com certificado NR 10 básico e SEP válidos, pedido de permissão de trabalho, EPIs, EPCs, lista de instrumentos de medição e datas/horário de realização das atividades, para programação de desligamento das subestações.
- 7.1.32. A CONTRATADA gerenciará as Ordens de Serviço de modo a atendê-las no melhor tempo. A comunicação da ocorrência de falha será feita por ligação telefônica, e-mail ou software de gestão de manutenção disponibilizado pelo Tribunal.
- 7.1.33. Os demais serviços previstos em contrato deverão ser realizados conforme solicitado pela fiscalização/gestão;
- 7.1.34. A contratada deverá prestar os serviços de forma a manter, ininterruptamente, as condições de funcionalidade das edificações, após a abertura da OS, respeitando os critérios e prazos de atendimento nas situações emergenciais.
- 7.1.35. A CONTRATADA deverá orientar seus profissionais a registrarem em Livro de Ocorrências todo e qualquer fato relevante ou anormalidade referente ao contrato.
- 7.1.36. Os serviços decorrentes das intervenções preventivas/corretivas poderão ser executados concomitantemente.

7.2. Dos Locais da Execução dos Serviços

- 7.2.1. Os serviços serão executados nas edificações do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, nos estados do Pará e Amapá, conforme item 6 do Estudo Técnico Preliminar APENSO I deste documento.
- 7.2.2. Qualquer nova edificação, própria ou de terceiros, que vier a ser inserida no rol das edificações utilizadas por este Regional durante a vigência do contrato, será acrescida via termo de ajustamento de contrato (aditivo contratual), desde que não ultrapasse o percentual de 25% permitido por lei.

7.3. Das peças, materiais e insumos para substituição

- 7.3.1. DAS PEÇAS E MATERIAIS EVENTUALMENTE NECESSÁRIOS NAS ROTINAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA
- 7.3.1.1. Os valores referentes aos custos estimados anuais previstos para os gastos com peças e/ou componentes para reposição/substituição, serão utilizados de acordo com a necessidade durante a vigência do contrato.
- 7.3.1.2. A solicitação de peças e/ou componentes de reposição deverá ser formalizada à Fiscalização através de pedido de autorização de compra enviada por e-mail ou outro meio previamente determinado para este fim.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 7.3.1.3. Esta solicitação deverá estar acompanhada de Relatório Técnico, elaborado com a justificativa e a necessidade da referida aquisição.
- 7.3.1.4. A critério da Fiscalização, a apresentação do Relatório citado no Subitem anterior poderá ser dispensada nos casos em que a vistoria presencial seja suficiente para identificar os problemas que motivaram a troca das peças e/ou componentes e que estes não sejam de valores elevados.
- 7.3.1.5. Para casos emergenciais, que exigirem rapidez na substituição da peça e/ou componente, a critério da Fiscalização, o Relatório poderá ser apresentado após a conclusão dos serviços.
- 7.3.1.6. As peças e insumos eventualmente utilizados nas rotinas de manutenção corretiva e preventiva, previamente aprovadas pela fiscalização contratual, serão pagos à contratada de acordo com os valores constantes do APENSO IV - Planilha de peças para reposição/substituição e respectivos preços.
- 7.3.1.7. A delimitação dos valores delimitados para as peças, conforme APENSO IV, fundamentou-se nos seguintes requisitos:
- 7.3.1.7.1. pesquisa de preços, com adoção das metodologias definidas na IN/SEGES ME nº 65/2021;
- 7.3.1.7.2. nos resultados da pesquisa, para cada item, houve a aplicação do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) para fornecimento de materiais, no percentual constante do APENSO VI, de acordo com o Acórdão TCU nº 2622/2013 - Plenário.
- 7.3.1.8. Sobre o valor das peças definidas no APENSO II, será aplicado o desconto ofertado pela contratada na proposta de preços dos serviços, considerados o valor total estimado pelo Tribunal e o valor total da proposta da empresa apresentado no certame licitatório.
- 7.3.1.9. A CONTRATADA não poderá utilizar peças e/ou componentes recondicionados sem prévia autorização expressa da CONTRATANTE.
- 7.3.1.10. Serviços específicos para a recuperação de determinada peça, quando autorizada pela Fiscalização, da qual se mostre viável o seu recondicionamento, serão pagos conforme delimitado a seguir.
- 7.3.1.11. A CONTRATADA é responsável por fornecer a mão de obra necessária para substituir toda e qualquer peça e/ou componente que houver necessidade de reposição/substituição por defeito ou mal funcionamento.
- 7.3.1.12. Para comprovar, ao término de um serviço, o fornecimento de peça/componente ou insumo/material de acordo com este Item, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização um recibo com a descrição, preço e quantidade do material ou peças aplicadas que deverá ser assinado pelo Profissional Responsável Técnico.
- 7.3.1.13. Caso o CONTRATANTE comprove a ocorrência de substituições sem a real necessidade, a CONTRATADA fica obrigada a devolver os valores destes materiais corrigidos pelo IPCA, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
- 7.3.1.14. Como critério para instalação e pagamento das peças e/ou componentes e de insumos/materiais, inclusive os não previstos no APENSO IV, a CONTRATADA deverá apresentar obrigatoriamente a nota fiscal eletrônica da compra destes itens à Fiscalização para fins de conferência quanto à originalidade e característica de primeiro uso (peça/material nova);
- 7.3.1.15. As peças/materiais substituídos deverão ser entregues à fiscalização contratual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

7.3.2. PEÇAS DE REPOSIÇÃO/SUBSTITUIÇÃO E FORNECIMENTO DE INSUMOS NÃO PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

7.3.2.1. Para o fornecimento de peças e/ou componentes para reposição/substituição não previstos no APENSO II do Termo, a CONTRATADA deverá observar a seguinte rotina de procedimentos:

- 7.3.2.1.1. A CONTRATADA realizará pesquisa de mercado e obterá, no mínimo, 3 (três) orçamentos formais de fabricantes ou fornecedores (lojas de venda de peças) distintos e apresentará à Fiscalização em até 3 (três) dias contados da solicitação, para fins de aprovação da compra.
- 7.3.2.1.2. Os orçamentos devem conter a quantidade e a descrição completa do material.
- 7.3.2.1.3. Caso não seja possível apresentar a quantidade mínima de orçamentos, a CONTRATADA deverá apresentar o(s) orçamento(s) obtido(s) e uma declaração por escrito à Fiscalização com a devida justificativa.
- 7.3.2.1.4. No caso de fornecedor exclusivo de peça e/ou componente, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização, a carta de exclusividade deste fornecedor.
- 7.3.2.1.5. Havendo necessidade de prazo maior, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação ao CONTRATANTE, justificando e propondo novo prazo, o qual será avaliado pela Fiscalização.
- 7.3.2.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de proceder a pesquisa de mercado complementar para verificação do preço cotado pela CONTRATADA, podendo se balizar pelos preços de pesquisa em conformidade com a IN/SEGES ME nº 65/2021.
- 7.3.2.3. Caso o valor encontrado pelo CONTRATANTE seja inferior ao apresentado pela CONTRATADA à Fiscalização, esta dará conhecimento por escrito à CONTRATADA que deverá adequar seu(s) preço(s).
- 7.3.2.4. A CONTRATADA deve fornecer as peças pelo menor valor dentre os orçamentos apresentados, podendo acrescentar o Benefícios e Despesas Indiretas – BDI no preço final, mediante a utilização de faixas de referência constantes no Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário.
- 7.3.2.5. Sobre o valor final das peças, será aplicado o desconto ofertado pela contratada na proposta de preços dos serviços, considerados o valor total estimado pelo Tribunal e o valor total da proposta da empresa apresentado no certame licitatório.
- 7.3.2.6. Se a Fiscalização aceitar a cotação apresentada pela CONTRATADA, esta estará autorizada a realizar a substituição de peças e/ou componentes, considerando a urgência do reparo.
- 7.3.2.7. Os valores gastos com a aquisição de peças e/ou componentes, inclusive de material/insumo não previsto no APENSO IV, constituem dispêndios cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação e serão pagos conforme estabelecido a seguir:
 - 7.3.2.7.1. A CONTRATADA é responsável por informar o CONTRATANTE quando for necessária a substituição de qualquer peça.
 - 7.3.2.7.2. A CONTRATADA deverá utilizar peça e/ou componente ou material/insumo não previsto no APENSO IV, novas e originais admitindo-se a substituição por similar de boa qualidade, quando justificada, fundamentada e aceita pela Fiscalização, mantendo os serviços e os equipamentos dentro dos padrões recomendados pelos fabricantes e as garantias previstas no Edital e seus anexos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 7.3.2.7.3. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todas as peças necessárias para o bom funcionamento dos equipamentos.
- 7.3.2.7.4. As peças deverão ser substituídas por outras novas, com garantia de no mínimo 6 (seis) meses e em conformidade com as recomendações dos fabricantes, ou tecnologicamente atualizada, cujo valor será posteriormente pago pelo TRT8 em nota fiscal apartada para cada ocorrência.
- 7.3.2.7.5. Todas as peças deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO antes da sua troca para conferência. Efetuada a troca, a(s) peça(s) trocada(s) também deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO, após o que serão entregues para a CONTRATADA que lhes dará destinação de acordo com a legislação ambiental vigente.
- 7.3.2.7.6. A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO, relatório mensal com o histórico das ocorrências e peças substituídas.
- 7.3.2.7.7. Serviços específicos para a recuperação de determinada peça, quando autorizada pela Fiscalização, da qual se mostre viável o seu recondicionamento, a CONTRATADA fará jus ao recebimento do serviço mais as Bonificações e Despesas Indiretas – BDI desde que não ultrapasse em 50% (cinquenta por cento) do valor de uma peça nova.
- 7.3.2.7.8. Percentuais superiores a 50% (cinquenta por cento) poderá ser autorizada pela Fiscalização, quando a falta desta peça puder acarretar prejuízos ao andamento das atividades das Unidades onde o serviço de manutenção será prestado ou danos ao patrimônio público.
- 7.3.2.7.9. Nos casos de fornecimento de peças indicadas nos dois subitens anteriores será aplicado o desconto ofertado pela contratada na proposta de preços dos serviços, considerados o valor total estimado pelo Tribunal e o valor total da proposta da empresa apresentado no certame licitatório.

7.3.3. DO PAGAMENTO DE PEÇAS/MATERIAIS NÃO RELACIONADOS NO APENSO IV

- 7.3.3.1. Sobre o valor da nota fiscal eletrônica de aquisição, será aplicado o percentual referente ao BDI de 14,01% PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, baseado nos estudos do Tribunal de Contas da União – TCU, em consonância com o Acórdão TCU nº 2.622/2016 – Plenário, no percentual de 14,01%;
- 7.3.3.2. Sobre o valor das peças definidas não relacionadas no APENSO IV, será aplicado o desconto ofertado pela contratada na proposta de preços dos serviços, considerados o valor total estimado pelo Tribunal e o valor total da proposta da empresa apresentado no certame licitatório.

7.4. Da Prestação dos Serviços Contratados

- 7.4.1. Os profissionais responsáveis técnicos da empresa deverão emitir, em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato, a Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) pela responsabilidade técnica do contrato de manutenção das subestações durante o prazo de vigência da contratação.
- 7.4.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar a ART ou RRT dos serviços e cronograma de manutenção preventiva anual à fiscalização com as datas previstas para realização dos serviços de manutenção preventiva anual, obedecendo os prazos máximos estabelecidos no item 7.5.
- 7.4.2. Os serviços serão executados com aplicação dos materiais relacionados nas composições de custo unitário dos respectivos itens, admitida a substituição de materiais face às peculiaridades de cada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

local ou situação de campo, desde que orientado ou autorizado previamente pela fiscalização.

- 7.4.3. Os insumos utilizados pela contratada na execução dos serviços deverão ser de primeira linha e manter o padrão existente nas edificações, devendo as amostras serem submetidas à aprovação da fiscalização antes de seu emprego.
- 7.4.4. Os serviços, a critério da Administração e em caso de necessidade, poderão ser realizados em dias e horários diferentes do expediente normal do TRT, sem que isso acarrete acréscimos nos preços contratados.
- 7.4.5. Em caso de serviços excepcionais que não constam na tabela licitada pelo Tribunal, usar-se-á subsidiariamente as tabelas SINAPI ou de outras tabelas mencionadas neste Termo e Apensos, incluindo o BDI de serviços conforme APENSO VI, aplicado o desconto a ser ofertado na licitação.
- 7.4.5.1. No caso de serviços excepcionais, caberá à Fiscalização técnica delimitar, conjuntamente com a composição dos preços, as especificações técnicas dos serviços.

7.5. Dos Prazos e Programação para Início dos Serviços - Ordens de Serviços

- 7.5.1. Após a emissão da Ordem de Serviço, a empresa contratada terá prazos máximos para entrega das documentações iniciais e realização das atividades, conforme determinado nas tabelas abaixo:

7.5.2. DOCUMENTAÇÃO INICIAL:

ITEM	DETALHAMENTO	PRAZO (a partir da assinatura do contrato)
1	Indicação de profissional habilitado como Profissional Responsável Técnico, com CAT compatível com os critérios de capacidade técnico-profissional do Edital.	Até 15 (quinze) dias corridos
2	Apresentação de ART/RRT assinado pelo Profissional Responsável Técnico .	Até 15 (quinze) dias corridos
3	Apresentação e aprovação de cronograma de preventiva anual com os descritivos dos serviços.	Até 30 (trinta) dias corridos
4	Aprovação do modelo de OS de manutenção corretiva com planilha de controle da manutenção.	Até 30 (trinta) dias corridos.
5	Apresentação de Termo de que atende a NR 35 e de que elaborará, caso solicitado, o PPRA e PCMSO.	Até 15 (quinze) dias corridos
6	Apresentação da documentação dos empregados autorizados a intervir nas instalações, dentre elas NR 10 básica e SEP.	Até 15 (quinze) dias corridos
7	Comprovar a existência de sede, filial ou escritório em Belém ou região metropolitana.	Até 15 (quinze) dias corridos.
8	Ofertar garantia de 5% no valor do contrato	Até 10 (dez) dias corridos.

7.5.3. ATIVIDADES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

ITEM	DETALHAMENTO	PRAZO
1	Manutenções preventivas - 1º ciclo/rotina de manutenção (todas as subestações)	Início dos serviços até 45 dias corridos (a partir da assinatura do contrato)
2	Conclusão das manutenções preventivas - 1º ciclo/rotina de manutenção (todas as subestações)	Até 120 dias corridos (a partir da assinatura do contrato)
3	Manutenções corretivas corriqueiras – sem interrupção de funcionamento.	Início do atendimento em até 1 dia útil em Belém e 3 dias úteis da solicitação nas demais localidades, a partir da solicitação.
4	Reestabelecimento de funcionamento de subestação desligada por falha.	Em até 1 dia corrido em Belém e 2 dias corridos da solicitação no interior.
5	Em complemento ao item anterior, caso haja substituição de peças, equipamentos ou acessórios de difícil aquisição no mercado.	Acréscimo de 3 dias úteis em relação ao item anterior.
6	Caso haja falha em algum componente da subestação que a leve a ficar inoperante por mais de 5 (cinco) dias úteis a CONTRATADA deverá providenciar a instalação de outro equipamento equivalente e restabelecer o funcionamento provisório da subestação, enquanto não seja possível a reinstalação do original devidamente reparado.	Em até 5 dias úteis a partir da solicitação original.
7	Entrega do relatório de manutenção preventiva ou corretiva concluído.	Em até 15 dias corridos após a execução da manutenção preventiva ou corretiva.
8	Atualização do prontuário de instalações elétricas e demais atividades relacionadas à implementação da NR-10.	Em até 30 dias corridos após a execução da 1ª manutenção preventiva em cada subestação.
9	Prazo da FISCALIZAÇÃO para aprovação ou rejeição do cronograma de manutenção preventiva anual e implantação da NR 10.	Em até 5 dias úteis após o recebimento.

7.5.4. MEDIÇÕES, RECEBIMENTO, PAGAMENTO E DEMAIS ITENS

ITEM	DETALHAMENTO	PRAZO
1	Garantia dos serviços executados.	90 dias corridos após o recebimento definitivo.
2	Garantia das peças empregadas	12 meses após o recebimento definitivo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

3	Recebimento provisório dos serviços e aprovação do relatório de manutenção concluído	Em até 10 dias úteis após a finalização dos serviços
4	Configuração de inexecução parcial: atraso injustificado de cada serviço em planilha contratual	Atraso de 20 dias corridos no prazo de execução, início ou término.
5	Atraso injustificado na execução que poderá ensejar rescisão do contrato.	Superior a 30 dias corridos a partir da solicitação.

7.6. Do sistema informatizado de controle dos serviços e atividades contratuais

- 7.6.1. A organização, o controle e o monitoramento das atividades de manutenção de subestações ocorrerão por meio do emprego de ferramenta de tecnologia da informação, quando disponível.
- 7.6.2. A ferramenta referida no item 7.6.1 deve registrar as informações sobre os imóveis, os sistemas e componentes, as atividades de manutenção realizadas, os recursos utilizados, entre outros, bem como aperfeiçoar os processos e permitir uma gestão mais eficiente.
- 7.6.3. A avaliação das atividades de manutenção será realizada por meio de indicadores de medição, com base nos registros efetuados.

7.7. Especificação da Garantia do serviço

- 7.7.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.8. Procedimentos de transição e finalização dos contratos

- 7.8.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7.9. Deveres da Contratada

- 7.9.1. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado, sendo de sua responsabilidade a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 7.9.2. Apresentar sempre que for solicitado certificado dos treinamentos conforme as Normas Técnicas.
- 7.9.3. Designar preposto, por meio de carta de preposição, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto do contrato.
- 7.9.3.1. O Profissional Responsável Técnico da Contratada poderá acumular a função de preposto da CONTRATADA.
- 7.9.3.2. Os Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva deverão ser executados conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e serão executados sempre na presença do Profissional Responsável Técnico da Contratada.
- 7.9.4. Submeter ao TRT8, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pelo TRT8.

- 7.9.5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários.
- 7.9.6. Dispor de encarregado geral para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das reclamações e solicitações da fiscalização.
- 7.9.7. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA.
- 7.9.8. Substituir, sempre que exigido pelo TRT8 e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, bem como sem uniformes adequados ou sem crachá de identificação e/ou desprovidos de equipamentos de proteção individual, adequados aos serviços em execução.
- 7.9.9. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados ao TRT8 ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências do TRT8, desde que fique comprovada a sua responsabilidade.
- 7.9.10. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para o TRT8, devendo, para tanto, programar a sua execução em conjunto com a fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados, desde que previamente aprovado pela Administração do TRT8.
- 7.9.11. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços.
- 7.9.12. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.
- 7.9.13. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.
- 7.9.14. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.
- 7.9.15. Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CONTRATANTE, clientes, visitantes e demais contratados, podendo a Administração exigir a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente.
- 7.9.16. Assumir total responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NRs), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao contrato.
- 7.9.17. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal, os adicionais previstos em Lei, convenção coletiva ou dissídios coletivos da categoria profissional, bem como quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com este contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarado pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

CONTRATANTE.

- 7.9.18. Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por empregados seus que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviço aqui contratado, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CONTRATANTE.
- 7.9.19. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a CONTRATANTE.
- 7.9.20. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA.
- 7.9.21. Fornecer uniformes, equipamentos de proteção individual – EPI e equipamentos de proteção coletiva - EPC a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor.
- 7.9.22. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga prontamente a atender.
- 7.9.23. Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais e distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.
- 7.9.24. Cumprir, além das normas de segurança constantes destas especificações, todas as outras disposições legais, federais e distritais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.
- 7.9.25. Arcar com o transporte, deslocamento e hospedagem de todo o pessoal e de todo o material necessário à execução dos serviços.
- 7.9.26. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas mensais efetuado pela CONTRATANTE.
- 7.9.27. Manter sistema de pronto atendimento de Emergência 24 horas, incluindo finais de semana e feriados, acessível por meio de telefone celular, fixo, ou outros meios eletrônicos de comunicação, disponibilizando equipe técnica especializada e operacional, a fim de sanar urgências da Manutenção Predial civil e elétrica e que ponham em risco a integridade dos ocupantes e/ou das instalações físicas da CONTRATADA ou qualquer de seus equipamentos e instalações.
- 7.9.28. Fornecer em até dez dias corridos a partir da assinatura do contrato, o número telefônico e o endereço de e-mail que serão utilizados no pronto atendimento de Emergência 24 horas tratado no item 7.9.27.
- 7.9.29. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATANTE.
- 7.9.30. Manter arquivo com toda a documentação relativa à execução dos serviços contratados, inclusive ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

cumprimento de suas obrigações salariais, as Carteiras de Trabalho e Previdência Social, quando solicitadas, deverão ser encaminhadas à CONTRATANTE.

- 7.9.31. Assegurar que os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, mais especificamente às seguintes normas:
- 7.9.31.1. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
 - 7.9.31.2. Às normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações.
 - 7.9.31.3. Aos regulamentos das empresas concessionárias.
 - 7.9.31.4. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.
 - 7.9.31.5. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.
 - 7.9.31.6. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de Julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Regulamentações.
 - 7.9.31.7. NBR 5.410 - Instalações elétricas de baixa tensão.
 - 7.9.31.8. NBR 5.419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.
 - 7.9.31.9. NR 6 - Equipamento de Proteção Individual.
 - 7.9.31.10. NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
 - 7.9.31.11. NR 17 - Ergonomia.
 - 7.9.31.12. NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
 - 7.9.31.13. NR 35 - Trabalho em Altura.
 - 7.9.31.14. NBR 5674 - Manutenção de edificações - Procedimento.
 - 7.9.31.15. Demais normas constantes das especificações técnicas APENSO III deste Termo de Referência.
- 7.9.32. Informar no prazo de quinze dias corridos a partir da assinatura do contrato os profissionais habilitados nos termos das normativas NR10 e NR35, apresentando documento de identidade, comprovante de vínculo empregatício com a contratada e certificados das respectivas habilitações técnicas.
- 7.9.33. Disponibilizar equipes de trabalho em número adequado para atuação em Ordens de Serviços simultâneas no interesse da Administração, não podendo alegar excesso de demanda como justificada para atrasos.
- 7.9.34. DA FORMA ELETRÔNICA (e-mail) DE NOTIFICAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM O CONTRATADO DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
- 7.9.34.1. A contratada deverá informar o nome, RG, CPF e endereço eletrônico (e—mail) de representante da empresa, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato, pelos quais o TRIBUNAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

deverá contatar e notificar a empresa acerca das demandas e notificações surgidas durante a execução contratual;

- 7.9.34.1.1. O endereço eletrônico de representação da empresa informado será a ferramenta eletrônica utilizada para encaminhamento das demandas relacionadas a execução do contrato, a serem formalizadas pelo Tribunal, por envio de correspondência eletrônica (e—mail), inclusive as referentes às Ordens de Serviços, bem como, demais notificações com informações sobre providências e medidas decorrentes da execução contratual;
- 7.9.34.1.2. No que se refere aos prazos previstos nas demandas relacionadas a execução do contrato, serão contados a partir do envio de correspondência eletrônica (e—mail) por parte do Tribunal;
- 7.9.34.2. A contratada deverá informar, imediatamente, ao Tribunal, qualquer alteração relacionada ao representante da empresa e do endereço eletrônico da empresa.
- 7.9.35. DA POSSIBILIDADE DO TRIBUNAL REALIZAR EVENTOS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL NO APLICATIVO GOOGLE MEET (REUNIÕES TELEPRESENCIAIS)
- 7.9.36. A contratada deve ter ciência e dispor de ferramentas de TIC para a possibilidade do Tribunal, mediante prévio agendamento, realizar reuniões telepresenciais no aplicativo Google Meet (ou equivalentes), referentes a eventos de fiscalização contratual de forma remota, considerados os seguintes requisitos:
- 7.9.36.1. registros de reuniões no aplicativo Google Meet, a serem gravados pelo Tribunal (com inclusão de link da gravação no processo da contratação) de eventos do tipo:
- 7.9.36.1.1. esclarecimentos sobre anotações constantes dos relatórios de serviços;
- 7.9.36.1.2. fiscalizações;
- 7.9.36.1.3. medições;
- 7.9.36.1.4. outros eventos, no interesse da contratação;
- 7.9.37. A contratada deverá dispor de equipamentos de TIC (notebooks, smartphones) adequados à participação nas reuniões, na sede da empresa e no local de realização dos serviços, que possibilitem o registro de imagens e sons.
- 7.9.38. DA APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA DE SUPRIMENTOS DOS SERVIÇOS
- 7.9.38.1. A contratada, sempre que notificada pela fiscalização, deverá apresentar curva ABC de insumos baseada no cronograma físico financeiro da execução dos serviços;
- 7.9.38.2. O contratado deverá, com base na curva ABC e no cronograma físico financeiro, apresentar o cronograma de suprimento e fornecimento de insumos e materiais dos serviços.
- 7.9.38.3. A contratada deverá ter especial atenção àqueles insumos/materiais que não podem ser adquiridos no mercado local e que demandam tempo para aquisição, fabricação e entrega. Nesses casos específicos o contratado deverá informar e comprovar a aquisição dos mesmos em tempo hábil para a aplicação na obra de modo a evitar o comprometimento dos marcos contratuais.
- 7.9.39. Se necessário, a Fiscalização do Contrato fará diligências junto ao fabricante ou fornecedor ou no local de armazenamento dos materiais, se localizados fora das dependências do TRT, para garantir



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

que sua aplicação será realizada nos prazos definidos para cada demanda.

- 7.9.40. As medidas indicadas visam possibilitar o efetivo planejamento e gestão dos serviços a serem executados, com delimitação da programação prévia baseada no cronograma físico-financeiro, sendo atribuição da contratada a definição e comprovação da adoção de estratégias de suprimentos e mobilização de mão de obra, inclusive com apresentação de documentação comprobatória, de forma antecedente à execução das etapas previstas em cronograma.

7.10. Deveres da Contratante

- 7.10.1. Disponibilizar o local e os meios para a execução dos serviços.
- 7.10.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- 7.10.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de representantes especialmente designados.
- 7.10.4. Programar, periodicamente, os serviços que deverão ser cumpridos pela CONTRATADA, de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos funcionários e das pessoas.
- 7.10.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 7.10.6. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas.
- 7.10.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 7.10.8. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 7.10.9. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 7.10.9.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
- 7.10.9.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 7.10.9.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.
- 7.10.9.4. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 7.10.9.5. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 7.10.9.6. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O modelo de gestão de contratos do TRT8 está definido no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do TRT 8ª Região, aprovado pela Portaria PRESI nº 636/2018, disponível em https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/governanca/manual_com_portaria.pdf.
- 8.2. A contratada deverá disponibilizar endereço eletrônico para comunicação e número de telefone para contato para casos de emergência.
- 8.3. A Ordem de Serviço poderá ser encaminhada por meio eletrônico, e nesse caso o início da contagem do prazo para conclusão da Ordem de Serviço será a data de envio do documento eletrônico.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Obrigações gerais

- 9.1.1. O Contratado fica obrigado a efetuar o cadastro no SIGEO (Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho) como fato condicionante ao pagamento.
- 9.1.2. Registra-se que o presente serviço observa as condições e procedimentos semelhantes às do setor privado.
- 9.1.3. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no APENSO VIII.
- 9.1.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 9.1.4.1. Não produzir os resultados acordados;
 - 9.1.4.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas;
 - 9.1.4.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.1.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 9.1.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
 - 9.1.6.1. A fiscalização deverá avaliar os serviços constantes do orçamento que foram efetivamente prestados com um bom nível de qualidade.
 - 9.1.6.2. Após a avaliação, deverá ser elaborada planilha de medição dos serviços e Termo de Medição dos serviços prestados.
 - 9.1.6.3. A planilha de medição será encaminhada a contratada para apresentação de contestação, ou, em caso de aprovação, encaminhar a nota fiscal via SIGEO e os demais documentos necessários para o pagamento dos serviços.

9.2. Do recebimento

- 9.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

- 9.2.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 9.2.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 9.2.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 9.2.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 9.2.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 9.2.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 9.2.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 9.2.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.2.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 9.2.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 9.2.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;
 - 9.2.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 9.2.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 9.2.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- 9.2.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 9.2.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.2.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 9.2.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.3. Liquidação

- 9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 9.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 9.3.2.1. O prazo de validade;
 - 9.3.2.2. A data da emissão;
 - 9.3.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 9.3.2.4. O período respectivo de execução do contrato;
 - 9.3.2.5. O valor a pagar; e
 - 9.3.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 9.3.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 9.3.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 9.3.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 9.3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.3.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 9.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.4. Forma e Prazo de Pagamento

- 9.4.1. Os pagamentos deverão ser realizados após medição de serviços de manutenção preventiva por subestação, conforme cronograma aprovado, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução dos serviços, ao invés de reproduzir percentuais fixos.
- 9.4.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 9.4.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, conforme previsto em contrato.
- 9.4.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 9.4.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.4.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.4.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

9.5. Antecipação de Pagamento

9.5.1. Não haverá antecipação de pagamento em nenhuma hipótese.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Não mantiver a proposta.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias com relação ao cronograma firmado autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato.

10.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;

10.7. As sanções previstas anteriormente poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.8. Para efeito de aplicação de multa, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor relativo ao valor da manutenção preventiva ou corretiva programada/solicitada
2	0,4% ao dia sobre o valor relativo ao valor da manutenção preventiva ou corretiva programada/solicitada
3	0,8% ao dia sobre o valor relativo ao valor da manutenção preventiva ou corretiva

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

	programada/solicitada
4	1,6% ao dia sobre o valor relativo ao valor da manutenção preventiva ou corretiva programada/solicitada

TABELA 2		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado, por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço, por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do contratante, por empregado e por dia;	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, seus Apensos e Termo de Contrato não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Fiscalização, por item e por ocorrência;	3
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	1
9	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos ou Profissional Responsável Técnico previstos no edital/contrato;	1
10	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da contratada.	1

- 10.8.1. Em caso de atraso nos itens das Tabela 1 e 2, é limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 10.8.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor relativo aos itens das Tabela 1 e 2, quando se aplicar, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.
- 10.8.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor relativo aos itens das Tabela 1 e 2, quando se aplicar, em caso de inexecução total da obrigação assumida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 10.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.10.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidas dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 10.11.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 10.12.** Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.13.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS

- 11.1.** A estimativa dos preços é de R\$ 291.399,14 (duzentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e nove reais e quatorze centavos) da contratação está delimitada no APENSO IV deste Termo de Referência, sendo:

Item da Planilha Estimativa de Custos (Doc. nº 21)	Descrição	Valor Total (R\$)
1.1.	Serviços de Manutenção Preventiva	83.482,09
1.2	Serviços de Manutenção corretiva (sob demanda)	57.231,84
2	Aquisição de Peças nas Manutenções Corretivas (sob demanda)	150.685,21
Total		291.399,14

- 11.2.** Para obtenção dos custos estimados de realização de serviços para cada subestação foram estimados custos de transporte, hospedagem e alimentação dos colaboradores, particularmente para cada caso, considerando as distâncias entre Belém e as respectivas demais localidades.
- 11.3.** No APENSO IV - Planilha Estimativa de Custos, são apresentados os custos estimados para Manutenção Preventiva, Corretiva cada subestação, bem como planilha de custo estimado com peças.
- 11.4.** Os valores definidos para cada localidade poderão ser alterados com majoração ou diminuição das importâncias estimadas, considerando a extensão dos níveis de reparos e respectivos quantitativos de serviços e materiais indicados para o caso de manutenções corretivas necessárias para o restabelecimento das condições ideais das subestações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Situação 1 – Contratação de um item que consta no Plano de Aquisições.

ORIGEM DO RECURSO	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR DA CONTRATAÇÃO
APLICA	91 - MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÕES	R\$ 291.399,14

12.1. DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO E MOTIVO DO MOMENTO ESCOLHIDO

Em observância ao Princípio Constitucional da Publicidade da Licitação, não há necessidade de sigilo do orçamento, devendo ser divulgado por ocasião da divulgação do Edital de Licitação.

13. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

- 13.1.** O presente documento foi desenvolvido pelo servidor Matias Ribeiro Máximo de Lavôr, Analista Judiciário, Engº Eletricista.

14. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 14.1.** Considerando que as informações constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP, bem como deste Termo de Referência, que possibilitam que a Coordenadoria de Manutenção e Projetos recomende a declaração da viabilidade da contratação, registra-se, então, a APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

(assinado PROAD)

MATIAS RIBEIRO MAXIMO DE LAVOR

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Analista Judiciário - Engº Eletricista

(assinado PROAD)

HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA

Titular da Unidade Demandante

Coordenador de Manutenção e Projetos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

APENSO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA**
30/05/2025 08:15

**MATIAS RIBEIRO MAXIMO DE LAVOR**
30/05/2025 09:18

**BRUNO GONÇALVES RODRIGUES**
30/05/2025 09:50

nº COMAP 02/2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE

Unidade demandante:	COMAP
Titular da unidade:	HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA
Responsável pela elaboração do ETP:	MATIAS RIBEIRO MAXIMO DE LAVOR
Representante da Unidade Técnica:	BRUNO GONÇALVES RODRIGUES

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região dispõe atualmente de 6 (seis) subestações abaixadoras do tipo abrigada e 2 (duas) subestações abaixadoras aéreas, totalizando 8 (oito) subestações em uso pelo instaladas em unidades jurisdicionais dos Estados do Pará e do Amapá. Estas complexas instalações elétricas são responsáveis pela entrada, proteção dos alimentadores de média tensão, transformação da tensão da primária fornecida pela concessionária a níveis adequados de consumo.
- 3.2. O uso de energia elétrica é imprescindível à prestação jurisdicional, sendo necessário para iluminação, segurança, refrigeração e uso de diversos equipamentos indispensáveis como computadores, data center, elevadores, bombas d'água, dentre outros.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



- 3.3. As subestações de média tensão que compõem o escopo desta contratação são responsáveis pela proteção dos alimentadores de média tensão, bem como realizar a distribuição da alimentação para o prédio através dos quadros gerais de baixa tensão.
- 3.4. A contratação proposta envolve os serviços necessários à conservação e preservação do patrimônio público e ao bom andamento das atividades judiciais e administrativas das unidades alimentadas em média tensão através de subestações abaixadoras, sendo de suma importância à preservação da continuidade no fornecimento de energia elétrica, evitando dessa forma a ocorrência de solução de continuidade na prestação de serviços aos jurisdicionados e provendo a proteção de equipamentos de informática e outros sistemas importantes para o funcionamento das unidades administrativas e jurisdicionais.
- 3.5. A presente contratação visa ainda promover a manutenção preventiva das subestações, visando garantir a continuidade operacional, confiabilidade e pleno funcionamento das mesmas, preservando assim sua vida útil e garantindo a disponibilidade de alimentação elétrica para os sistemas que dela dependem; já a manutenção corretiva visa restaurar a condição normal de operação do equipamento por meio de ajustes, reparos, ou substituição de componentes e peças, após identificação de falhas em seu funcionamento.
- 3.6. A Coordenadoria de Manutenção e Projetos – COMAP é a responsável por zelar pela manutenção geral da infraestrutura dos imóveis sob a responsabilidade do TRT8. Para exercer adequadamente esta atribuição, a COMAP, através da Divisão de Manutenção e Instalações Prediais – DIMIP, se utiliza de contratos de terceirização, já que não tem em seu quadro de servidores profissionais habilitados para os diversos serviços necessários à manutenção predial. Esse tipo de terceirização, além de ter o condão de aumentar a eficiência e a racionalização dos processos de trabalho, é uma alternativa às dificuldades enfrentadas para a reposição de servidores em face do limite de gastos estabelecido pela EC 95/2016 e o aumento progressivo no número de aposentadorias.
- 3.7. É importante observar que as atividades de manutenção de subestações precisam ser desempenhadas por profissionais com treinamentos e conhecimentos específicos. Além disso, há serviços que não dependem apenas de pessoal habilitado, mas, também, de ferramental, equipamentos de proteção, aplicação de materiais, etc. Tudo isso será fornecido pela empresa terceirizada, liberando os servidores do TRT8 para outras atividades nas quais sejam mais necessários, devendo atuar, no caso dessa contratação, nas atividades de gestão e fiscalização dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 3.8. Vale ressaltar que a indisponibilidade de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e materiais, a pouca eficiência das ações de manutenção preventiva e corretiva, em função da descontinuidade provocada pelo acionamento da máquina administrativa na contratação de serviços ou aquisição de material, dificulta a prestação de serviços de manutenção nas instalações prediais do TRT8 localizadas num estado que tem dimensões Continentais.
- 3.9. A solução recomendada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o eventual fornecimento de materiais e a substituição de peças e equipamentos, para as subestações de média tensão do TRT8.
- 3.10. Por fim, entende-se que a contratação pretendida é imprescindível, uma vez que as subestações de média tensão que compõem o escopo desta contratação são responsáveis pela proteção dos alimentadores de média tensão, bem como para realizar a distribuição da alimentação para os prédios através dos quadros gerais de baixa tensão e será composta por manutenções preventivas e corretivas das subestações, inclusive fazendo o enquadramento das mesmas no que estabelece a NR-10, visando garantir a continuidade operacional, confiabilidade e pleno funcionamento das mesmas, preservando assim sua vida útil e garantindo a disponibilidade de alimentação elétrica para os sistemas que dela dependem.

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E DEMONSTRAÇÃO DE PREVISÃO NO PCA

4.1. Alinhamento estratégico

- 4.1.1. O Plano Estratégico do TRT8 para o período de 2021 a 2026 pretende comunicar, de forma simples e direta, aos públicos interno e externo, os principais objetivos da instituição e suas respectivas metas e iniciativas estratégicas. Ele assegura à Justiça do Trabalho da 8ª Região direção e continuidade administrativa conforme a Estratégia Nacional do Poder Judiciário e do segmento da Justiça do Trabalho, sem prejuízo da identificação das especificidades do Regional em prol de uma prestação jurisdicional cada vez mais ágil e efetiva.
- 4.1.2. De acordo com a Resolução TRT8 n° 49/2021, que aprovou o Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região para o sexênio 2021-2026, verifica-se que a demanda em avaliação neste Estudo encontra-se em conformidade com os seguintes parâmetros estabelecidos neste planejamento:
- 4.1.2.1. Missão do TRT8ª: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania;
- 4.1.2.2. Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira: assegurar a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento;

4.1.2.3. Meta 13: alcançar, anualmente, 99% de execução orçamentária, até dezembro de 2026;

4.1.3. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

4.1.3.1. Plano Anual de Contratações: Elaborar e gerenciar Plano Anual de Contratações integrado ao Sistema de Gestão Orçamentária da JT (SIGEO) e demais sistemas auxiliares, a partir dos objetivos estratégicos e iniciativas a eles vinculadas, contemplando os Planos de Obras, de Capacitação de Magistrados e de Servidores, de Logística Sustentável, de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como outros planos institucionais que tenham impacto orçamentário, incluindo o desenvolvimento de painéis de Business Intelligence (BI) para acompanhamento, em tempo real, da execução orçamentária e financeira na página de Transparência e Prestação de Contas do TRT8.

4.1.4. Além disso, deve ser considerada, como direcionamento estratégico a ser alcançado pelo atendimento dessa demanda, a alinhamento à Resolução CSJT nº 365/2023, que estabelece a Política de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, que, dentre seus objetivos, determina:

4.1.4.1. Garantir a conservação dos imóveis, instalações e equipamentos, visando prolongar a vida útil e o valor patrimonial;

4.1.4.2. Proporcionar um ambiente de trabalho seguro, confortável e funcional, contribuindo para o bem-estar e a produtividade dos ocupantes dos imóveis;

4.1.4.3. Proporcionar o aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira da Justiça do Trabalho, em alinhamento ao macrodesafio de “aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira”, estabelecido na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021- 2026, instituída pela Resolução CNJ n.º 325, de 29 de junho de 2020.

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE PREVISÃO NO PCA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

4.2.1. O valor da contratação em tela está estimado em R\$ 289.212,28 (duzentos e oitenta e nove mil duzentos e doze reais e vinte e oito centavos). A indicação do item do Plano de Contratações Anual 2025 TRT8 (PCA/2025), aprovado pela Portaria PRESI nº 1104/2024 é o item 91.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos internos

- 5.1.1. Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidos pela Contratada
 - 5.1.1.1. As rotinas de manutenção preventiva devem ser realizadas anualmente para cada subestação;
 - 5.1.1.2. As manutenções corretivas deverão ser realizadas sempre que identificados não conformidades nas instalações;
 - 5.1.1.3. Para cada subestação, será realizada uma intervenção preventiva anual e serão realizadas quantas intervenções de manutenção corretiva forem necessárias durante o prazo de vigência do contrato;
 - 5.1.1.4. A CONTRATADA deverá cumprir, durante todas as etapas dos serviços, às exigências e procedimentos de segurança e saúde no trabalho da NR 10;
 - 5.1.1.5. Deverão ser apresentados certificados de curso de NR10 básico e complementar (SEP), dentro da validade, para os empregados que realizarão os serviços de manutenção preventiva e corretiva;
 - 5.1.1.6. Todos os materiais e as peças utilizados deverão ser novos, não danificados e livres de falhas e vícios, fabricados e ensaiados conforme normas brasileiras ou, na falta destas, conforme normas internacionais, e, quando for o caso, certificados pelo INMETRO. Não serão aceitos materiais de consumo e peças reconcondicionadas e usadas;
 - 5.1.1.7. Todos os serviços só poderão ser executados por no mínimo 2 (dois) empregados autorizados, com pelo menos um deles legalmente habilitado, bem como formalmente apresentados com antecedência à FISCALIZAÇÃO, os que não obedecerem a esta condição ficam impedidos de frequentar as dependências do TRT8ª Região;
 - 5.1.1.8. Os serviços no equipamento, que por motivos técnicos não puderem ser executados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



nos locais de uso, serão retirados pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação do fiscal do Contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

- 5.1.1.9. Ao final dos serviços, a CONTRATADA deverá atualizar o prontuário da instalação com as tarefas executadas, ocorrências, providências, irregularidades detectadas, devidamente assinado pelos técnicos responsáveis pela manutenção;
- 5.1.1.10. Os serviços compreendem a manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças defeituosas ou danificadas, ajustes, configuração, programação, calibração, ensaios, ativação de equipamentos;
- 5.1.1.11. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização ART de execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das subestações do TRT8, dentro do prazo de 15 dias;
- 5.1.1.12. Juntamente com a ART de execução dos serviços, A CONTRATADA deverá apresentar plano de manutenção à fiscalização com as datas previstas para realização dos serviços de manutenção preventiva anual;
- 5.1.1.13. A CONTRATADA deverá informar, no cronograma de execução, os nomes, identidades, cargos e telefone de contato dos empregados envolvidos na execução, bem como juntar a documentação comprobatória de ter recebido treinamento sobre segurança em instalações e serviços em eletricidade (certificado NR 10 básico e SEP), pedido de permissão de trabalho, EPIs, EPCs e cronograma de atividades;
- 5.1.1.14. A CONTRATADA gerenciará as Ordens de Serviço de modo a atendê-las no melhor tempo. A comunicação da ocorrência de falha será feita prioritariamente por e-mail, e na sua indisponibilidade, por ligação telefônica, ou software de gestão de manutenção a ser disponibilizado pelo Tribunal;
- 5.1.1.15. Os demais serviços previstos em contrato deverão ser realizados conforme solicitado pela fiscalização;
- 5.1.1.16. Nas manutenções corretivas em geral, o atendimento ocorrerá conforme quadro abaixo:

TABELA DE PRAZOS DE ATENDIMENTO AOS CHAMADOS CORRETIVOS, PRIMEIRO ATENDIMENTO		
PRIORIDADE	PRAZO MÁXIMO DE ATENDIMENTO	TIPOS DE OCORRÊNCIAS
E		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

CRÍTICA	1 hora	Ocorrências que impedem totalmente o funcionamento da Unidade ou que acarretam o risco iminente ou impedimento total do serviço.
ALTA	6 horas	Ocorrências que impedem parcialmente o funcionamento da Unidade.
MÉDIA	48 horas	Ocorrências que poderão ser atendidas num prazo mais elástico, sem comprometer ou prejudicar o funcionamento ou a imagem do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região a curto prazo.

5.1.1.17. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

- 5.1.1.17.1. Os serviços de manutenção preventiva têm por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos sistemas, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em pleno estado de funcionamento;
- 5.1.1.17.2. A CONTRATADA deverá realizar Inspeção Prévia nos locais antes de iniciar a manutenção preventiva, de forma a identificar as tarefas e rotinas de reparo mais adequadas para os equipamentos, proporcionando assim uma maior eficiência na realização da manutenção;
- 5.1.1.17.3. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às normas ABNT NBR 14039, ABNT NBR 5410, ABNT NBR 5419 e NR-10, bem como orientações de desligamento e religamento das Concessionárias Equatorial Pará e Equatorial Amapá;
- 5.1.2. Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes:
- 5.1.2.1. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados pela CONTRATADA deverão obedecer rigorosamente:
- 5.1.2.1.1. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;
- 5.1.2.1.2. Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes do presente documento;
- 5.1.2.1.3. Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia); em especial a NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão; a ABNT NBR 5419:2015 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



- 5.1.2.1.4. Às disposições legais federais, regulamentos das empresas concessionárias;
- 5.1.2.1.5. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
- 5.1.2.1.6. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;
- 5.1.2.1.7. Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
 - 5.1.2.1.7.1. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
 - 5.1.2.1.7.2. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
 - 5.1.2.1.7.3. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
 - 5.1.2.1.7.4. NR-23: Proteção Contra Incêndios;
 - 5.1.2.1.7.5. NR-35: Trabalho em Altura;
 - 5.1.2.1.7.6. À Resolução CONFEA nº 425/98 (ART).
 - 5.1.2.1.8. Os serviços que não constem na lista de serviços de manutenção preventiva, constante do Termo de Referência, e estejam previstos nos manuais dos fabricantes dos equipamentos, também deverão ser realizados e registrados.
- 5.1.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:
 - 5.1.2.2.1. Nas manutenções corretivas em que haja substituição de peças, equipamentos ou acessórios de difícil aquisição no mercado, o prazo para normalização das instalações será de 5 (cinco) dias, com a devida justificativa à Fiscalização;
 - 5.1.2.2.2. O fato de os profissionais não terem conhecimento suficiente ou ferramentas para a resolução de um problema específico do objeto não será justificativa para o não cumprimento do prazo máximo para a normalização do funcionamento das instalações;
 - 5.1.2.2.3. Como as cargas atendidas pelas subestações não podem sofrer interrupções para não atrapalhar as atividades jurisdicionais e administrativas, as manobras nas chaves somente poderão ser realizadas fora do horário do expediente forense e de forma programada, com exceção às manutenções corretivas em que haja necessidade de desligamento emergencial para resolução da contingência. Por este motivo, a marcação desses procedimentos será agendada com antecedência através da DIMIP de modo a não afetar o atendimento ao público;
 - 5.1.2.2.4. Nas situações que for necessário o desligamento das subestações a partir da rede externa, a programação das atividades será feita com a antecedência exigida pela



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

Concessionária. Nesse caso, a programação será feita com participação da DIMIP que, após solicitação da CONTRATADA (discriminando precisamente data, horário e equipe técnica responsável pelos serviços) fará a solicitação de agendamento dos desligamentos perante a Concessionária;

- 5.1.2.2.5. Os desligamentos programados para manutenção preventiva deverão ocorrer preferencialmente em sábados, domingos ou feriados, de modo a não prejudicar as atividades judiciais;
- 5.1.2.2.6. Todos os materiais e equipamentos especificados com marcas, modelo e tipos nas especificações deste documento, seus apensos e proposta vencedora poderão ser substituídos por outros similares ou superiores propostos pela CONTRATADA, desde que sejam previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE;
- 5.1.2.2.7. Os valores de deslocamento, pernoite, dentre outros deverá estar incluso na proposta para realização dos serviços tanto de manutenção preventiva como nos chamados de manutenção corretiva;
- 5.1.2.2.8. Os serviços de manutenção corretiva terão garantia de 90 (noventa) dias, a contar do efetivo término da execução do serviço. A garantia continuará válida mesmo após findar a vigência contratual e, caso a CONTRATADA seja acionada para refazer o serviço, automaticamente renovará o período do exercício do direito. Todos os custos relativos aos serviços devido à garantia será encargo da CONTRATADA;
- 5.1.2.2.9. A CONTRATADA deverá orientar seus profissionais a registrarem em Livro de Ocorrências todo e qualquer fato relevante ou anormalidade referente ao contrato;

5.1.2.3. RELATÓRIO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO:

- 5.1.2.3.1. O Relatório Técnico de Manutenção Mensal da CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, as seguintes estruturas:
 - 5.1.2.3.1.1. Apresentado em papel timbrado da CONTRATADA e assinado pelo Responsável Técnico da mesma, podendo ser adotada versão eletrônica, desde que conste assinatura digital emitida por Autoridade Certificadora (AC) credenciada pela ICP-Brasil;
 - 5.1.2.3.1.2. Indicar o local/setor do equipamento, data de execução do serviço e demais características intrínsecas do local.
 - 5.1.2.3.1.3. Conter as Ordens de Serviço de Manutenção Corretivas e Preventivas do período, bem como conter resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, incluindo faltas de energia e ocorrências dignas de nota, etc.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



- 5.1.2.3.1.4. Conter as verificações executadas conforme Especificação do Serviço e Plano de Manutenção, inclusive com as fotografias e imagens termográficas realizadas nos equipamentos;
- 5.1.2.3.1.5. Necessidade de substituição de peças, materiais, reparos e serviços preventivos e corretivos a serem executados no período posterior, e listagem de peças e materiais substituídos por defeitos ou desgaste no período (mês) anterior;
- 5.1.2.3.1.6. O relatório deverá ser apresentado a até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês de execução dos serviços, com exceção do último mês de vigência do Contrato, sem o qual não será efetuado o pagamento do mês correspondente;
- 5.1.2.3.1.7. O relatório mensal referente ao último mês, término ou rescisão contratual, deverá ser apresentado à Fiscalização até o último dia útil do mês subsequente;
- 5.1.2.3.1.8. Sempre que solicitada, a CONTRATADA deverá apresentar relatório complementar de atividades, independente do relatório mensal, bem como elaborar pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnica econômico sobre quaisquer instalações incluindo necessidades de novas instalações;
- 5.1.2.3.1.9. O modelo de Relatório a ser utilizado pela CONTRATADA deverá ser apresentado à Fiscalização de contrato para aprovação, assim como o Modelo de Ordem de Serviço;
- 5.1.2.3.1.10. Os Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva deverão ser executados conforme as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e serão executados sempre na presença do responsável técnico da CONTRATADA;
- 5.1.2.3.1.11. Os serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva devem ser realizados em estrita concordância com a NR-10, principalmente no tocante à desenergização, seccionamento, impedimento de reenergização, constatação de ausência de tensão e aterramento temporário. Por tal razão, cabe à CONTRATADA disponibilizar os equipamentos e materiais necessários tais como cadeados, vara de manobra, detector de alta tensão, luva isolantes para média tensão, capacete para eletricitista com proteção facial, vestimenta com proteção contra arco elétrico, escadas, conjunto de aterramento temporário, câmera termográfica, megômetro (Megger), terrômetro, dentre outros;
- 5.1.3. Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
 - 5.1.3.1.1. Ao chegar ao local de atendimento e após a conclusão dos serviços, o técnico da CONTRATADA deverá se apresentar ao fiscal do contrato, administrador da unidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

ou substituído por ele indicado para acompanhamento dos serviços, que lhe entregará a respectiva Ordem de Serviço para ser devidamente preenchida, em especial apontando data e hora de chegada e de conclusão do serviço. A ordem de serviço deverá ser assinada por ambos (técnico e fiscal/responsável unidade judiciária). Finalizado o atendimento será necessário a finalização do chamado na Central de Serviços.

- 5.1.4. Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços, que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços, em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.
- 5.1.5. Subcontratação: será admitida subcontratação dos serviços, desde que não excedam em 30% do valor contratual, mediante aprovação prévia por parte da Fiscalização.
- 5.1.6. O serviço é continuado, uma vez que deverão ser realizados conforme cronograma de execução.
- 5.1.7. As obrigações da contratada e do contratante estão previstas no Termo de Referência.

5.2. Requisitos externos (legais)

- 5.2.1. Lei nº 14.133/2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- 5.2.2. Resolução CSJT nº 310/2021 - Aprova o Guia de Contratações Sustentáveis para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho
- 5.2.3. Resolução n. 70/2010 – CSJT - Dispõe e, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus, sobre: I - O processo de planejamento, execução e fiscalização de obras e de aquisição e locação de imóveis; II – Parâmetros e orientações para contratação de obras e aquisição e locação de imóveis; III – Referenciais de áreas e de custos e diretrizes para elaboração de projetos;
- 5.2.4. Resolução CSJT n.º 365/2023 - Estabelece a Política de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau e dá outras providências.
- 5.2.5. Portaria TRT8 PRESI nº 977/2024 - Implementa, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, o Plano de Manutenção Predial dos imóveis.
- 5.2.6. Atendimento ao Item 9 do Acórdão N. 853/2013-TCU-Plenário;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



5.2.7. Lei 6.514/1977, relativo à segurança e medicina do trabalho.

5.3. Requisitos sociais

5.3.1. O licitante deve encontrar-se regular perante à Justiça do Trabalho;

5.4. Critérios de sustentabilidade

5.4.1. A contratada deverá adotar práticas construtivas que contribuam para redução do impacto ambiental ocasionado pela geração de resíduos provenientes da construção civil. A contratada deve ainda:

- a) Utilizar material de boa qualidade e de acordo com as especificações técnicas/projeto/orçamento, em consonância com a legislação vigente.
- b) Efetuar o descarte dos materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental do órgão.
- c) Os materiais utilizados na execução dos serviços contratados devem observar os critérios de sustentabilidade constantes do item 5.1 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.
- d) Os resíduos com logística reversa obrigatória, gerados na execução dos serviços devem atender o disposto no item 5.4. - Resíduos com Logística Reversa, do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.
- e) A definição das rotinas de execução das atividades para contratação dos serviços terceirizados deve prever e estimar período adequado para a orientação e ambientação dos trabalhadores à política de responsabilidade socioambiental do órgão, durante toda a vigência do contrato.
- f) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com a legislação vigente.
- g) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6.
- h) Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras NR-9.
- i) Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras NR-7.
- j) Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012.

k) Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão.

l) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

5.4.2. A contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previsto nas legislações vigentes, além de possuir responsável técnico para a prestação do serviço conforme legislação em vigor.

5.4.3. A presente contratação deverá obedecer ao disposto na Resolução CNJ nº 400, de 16/06/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, bem como a Resolução CSJT nº 310, de 24/12/2021, que aprova o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3ª edição.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

6.1. A estimativa da quantidade está descrita na Planilha Orçamentária, APENSO 4 do Termo de Referência.

6.2. As manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas nas subestações, conforme descritas no quadro abaixo:

Nº	LOCAL	ENDEREÇO	POTÊNCIA (kVA)	TIPO
1	Edifício Sede	Tv. Dom Pedro I, nº 746, Umarizal, Belém-PA	1750	Abrigada - Cabina Blindada
2	Anexo IV	Tv. Dom Pedro I, nº 746, Umarizal, Belém-PA	500	Abrigada - Cabina Blindada
3	Anexo V	Tv. Dom Pedro I, nº 698, 2º andar, Umarizal, Belém-PA	750	Abrigada - Convencional
4	Fórum Trabalhista de	Av. Cláudio Sanders, 677 - Estrada do	300	Abrigada - Convencional



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



	Ananindeua	Maguari - Centro, Ananindeua-PA		
5	Fórum Trabalhista de Parauapebas	Rua C, nº Lote 27, Quadra 32, Cidade Nova, Parauapebas-PA	600	Abrigada - Convencional
6	Fórum Trabalhista de Macapá	Rua Tocantins, s/n, Rod. Norte-Sul, Infraero, Macapá-AP	1000	Abrigada - Convencional
7	Fórum Trabalhista de Marabá	Folha - 31, Quadra 7, Lote 4 a 6 - Bairro Nova Marabá, Marabá-PA	150	Aérea
8	Fórum Trabalhista de Santarém	Av. Mendonça Furtado, nº 3341, Aldeia, Santarém	150	Aérea
POTÊNCIA TOTAL (kVA)			5200	-

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 7.1. Devido à especificidade do serviço, o qual envolve mão de obra e fornecimento de insumos com atuação em diferentes localidades, não foram encontradas referências no Painel de Preços. Assim, a coleta de preços será realizada junto a empresas especializadas no fornecimento do serviço em tela;
- 7.2. A contratação dos serviços de manutenção, bem como a aquisição proposta se enquadram na categoria serviços comuns, tratada pela Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.024/2019. As suas características possuem padrões de desempenho e qualidade normalmente encontradas no mercado, e que podem ser objetivamente definidas. Opta-se por realizar-se a presente licitação na modalidade Pregão, buscando atender a demanda, resguardando o interesse da administração, a transparência dos parâmetros de contratação, a obtenção do melhor preço e a redução dos índices de indisponibilidade dos equipamentos de trabalho.
- 7.3. Pelo serviço se tratar de serviço comum de engenharia, recomenda-se a adoção da modalidade Pregão.
- 7.4. Ratifica-se a indicação pela contratação na modalidade de Pregão, a realização do Pregão Eletrônico nº 21/2022, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que tem objeto análogo ao pretendido neste estudo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

8. ESTIMATIVAS PRELIMINARES DOS PREÇOS

- 8.1. Na pesquisa de preços será utilizado o critério estabelecido no item IV, no art. 5º, da IN nº 65/2021, do MPOG: “Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com orçamentos compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência à data da divulgação do instrumento convocatório”, haja vista a especificidade dos equipamentos a manter, uma vez que se trata de prestação de serviço com características específicas;
- 8.2. Em razão das especificidades dos equipamentos, não foi possível observar a priorização indicada no § 1º do art. 5º da IN nº 65/2021, uma vez que não se identificou amostragens de preços em contratações com base nos parâmetros dos incisos I e II do art. 5º da IN.
- 8.3. A metodologia a ser aplicada para obtenção dos valores desta contratação, será o valor médio das propostas recebidas cujos preços não apresentem discrepância na análise que será realizada tendo por base as propostas recebidas, e que serão tabulados em planilha e será parte integrante do termo de referência a ser elaborado tendo como base este estudo técnico preliminar.
- 8.4. Os valores constantes da planilha devem ser considerados como preços máximos aceitáveis para o certame.
- 8.5. Serão consideradas apenas propostas fornecidas por empresas especializadas na prestação do serviço objeto da contratação e habilitadas para participar em certames licitatórios.
- 8.6. Preliminarmente, baseados em orçamento prévio estimativo, o valor estimado é de em **R\$ 314.000,00 (trezentos e quatorze mil reais)** o valor de referência da contratação ora pretendida.

9. JUSTIFICATIVAS DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

- 9.1. Para o serviço a contratar existe apenas uma solução: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento eventual de peças /equipamentos e acessórios nas subestações em uso nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, nos estados do Pará e Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo aérea e abrigadas;
- 9.2. Para a execução da atividade, é necessário empresa que execute os serviços de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



manutenção, bem como o fornecimento de materiais necessários à execução dos serviços demandados;

- 9.3. São serviços compostos de manutenção preventiva e corretiva, importantes para manter a segurança e continuidade das atividades exercidas no TRT8.
- 9.4. A solução indicada neste Estudo Técnico Preliminar apresenta-se como opção consolidada em outros órgãos públicos, com forma e condições de execução dos serviços solidificada em empresas privadas atuantes no ramo empresarial de serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das subestações, indicando, portanto, a adequação das condições estipuladas aos requisitos padrões de mercado.
- 9.5. A análise comparativa com as condições indicadas por órgãos públicos (a exemplo do PE 21/2022 - Contratação de empresa especializada para prestar serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das subestações em uso pelo TRT 3ª Região atendidas em 13,8kV) que demandam a execução de serviços similares aos ponderados neste Estudo Técnico Preliminar permite inferir que as condições especificadas pelo Tribunal possuem adequação mercadológica, inclusive, adaptadas às peculiaridades das contratações públicas, notadamente, com a observação dos princípios e requisitos definidos nos normativos licitatórios, demonstrando-se, portanto, adequados ao atendimento das demandas e alicerçado em parâmetros orientados pela economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 10.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento eventual de peças/equipamentos e acessórios nas subestações em uso nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, nos estados do Pará e Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo aérea e abrigadas, com resumo das características e locais de execução conforme quadro do item 6 deste estudo técnico preliminar;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 10.2. A contratação compreenderá o fornecimento de mão de obra especializada, materiais, peças, componentes e equipamentos necessários e adequados ao fornecimento e à perfeita execução dos serviços que serão descritos no Termo de Referência e seus apensos;
- 10.3. Manutenção Preventiva: Tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos nos equipamentos por quebra e deterioração, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive dos fabricantes;
- 10.4. A Manutenção Preventiva das subestações, deverá ocorrer na periodicidade anual, com datas pré determinadas à partir cronograma de serviços, entregue pela contratada juntamente com documentação de início dos serviços (15 dias após assinatura da Ordem de Serviço), sendo as datas acordadas com a Fiscalização do CONTRATANTE;
- 10.5. Manutenção Corretiva: São os procedimentos destinados a colocar as subestações em plena condição de funcionamento e desempenho, após a ocorrência de defeitos imprevisíveis e repentinos, compreendendo a substituição de peças, conforme relação não exaustiva que será definida no termo de referência, e ajustes necessários;
- 10.6. Na manutenção corretiva as peças deverão ser substituídas por outras novas, com garantia, ofertada pela CONTRATADA, e em conformidade com as recomendações dos fabricantes, ou tecnologicamente atualizada, cujo valor será posteriormente pago pelo TRT8 em nota fiscal apartada para cada ocorrência;
- 10.7. O período de execução dos serviços de Manutenção Corretiva será ininterrupto, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, inclusive nos sábados, domingos e feriados;
- 10.8. A contratada deverá dispor de peças para manutenções, em quantitativo suficiente ao atendimento das demandas, para uso imediato, quando necessário.

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



11.1. Avaliação da divisibilidade do objeto considerando o mercado fornecedor:

- 11.1.1. A presente solução não admite o parcelamento do objeto de cada lote único por localidade;
- 11.1.2. Esta solução é a mais satisfatória do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade na prestação do serviço, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, ressaltando que oferece um maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos;
- 11.1.3. De outra forma, nas manutenções em que haja necessidade de troca de peças, tal ação deve ser executada de imediato para que não venha a causar problema de continuidade no funcionamento do equipamento. Portanto, a manutenção requer a disponibilidade imediata de tais materiais. Fazendo de outro modo com orçamentos em separado de mão de obra, peças e outros insumos fica-se a depender de outro contrato para fornecimento o que poderia vir a comprometer a prestação do serviço, trazendo com isso prejuízos à prestação jurisdicional e tornando mais onerosa a contratação;
- 11.1.4. Por se tratar de serviços de manutenção, com responsabilidade direta pela sua execução, e que exigem especialização para tal, tornar-se-ia inviável a divisão do objeto, sem prejuízo futuro em eventual responsabilização por defeitos, à luz do Código Civil;
- 11.1.5. Pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser licitado;
- 11.1.6. Em outra análise deve se levar em conta que a concepção da contratação teve por fundamento indicar empresa especializada para atendimento de todas as unidades do Tribunal, nos Estados do Pará e Amapá, com subestações passíveis de manutenção preventiva e corretiva;
- 11.1.7. Nesse sentido, ponderou-se que a contratação agrupada de todos os itens do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

objeto, possibilita a indicação de contratada com capacidade técnico-operacional para atendimento dos equipamentos objeto do contrato a partir de planejamento contextualizado na unicidade dos sistemas de subestações do Tribunal, uma vez que, mesmo instalados em municípios distintos, são sistemas com características técnicas e funcionalidades equivalentes;

- 11.1.8. Observa-se, ainda, que os eventos de manutenção preventiva possuem periodicidade com intervalos ajustados, de tal forma que a execução dos serviços por única empresa não se demonstra dificultosa, podendo ser plenamente atendida;
- 11.1.9. A unicidade da contratação possibilita ainda planejamento da contratada sobre a relação de peças que serão eventualmente utilizadas nas manutenções corretivas, fator que determina atendimento com mais efetividade das condições e prazos de atendimento dos eventos.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 12.1. Assegurar a prestação dos serviços manutenção preventiva e/ou corretiva, com fornecimento e reposição de quaisquer componentes/peças novos e originais, relativamente aos equipamentos que compõem as subestações em uso nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, nos estados do Pará e Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo aérea e abrigadas, com a finalidade de manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e conservação;
- 12.2. Manter a tensão e corrente elétrica de acordo com as normas técnicas vigentes;
- 12.3. Suprir, nos pontos e equipamentos ligados aos grupo geradores, de corrente elétrica, nos casos de falta desta pela companhia energética local;
- 12.4. Conservar o bem público, evitando-se ônus desnecessários em manutenções corretivas, além dos transtornos administrativos em caso de pane.

13. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

- 13.1. Não há necessidade de adequação de ambiente, uma vez que os equipamentos já



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



estão instalados e suas manutenções deverão ser realizadas “in loco”.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

- 14.1. Para a presente contratação não foram identificadas contratações correlatas, uma vez que a solução abrange as necessidades de atendimento ao referido objeto.

15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 15.1. Geração de Resíduos: A subestação de Marabá possui transformador a óleo. A presente contratação visa mitigar esses riscos, considerando que a Contratada deverá arcar com os encargos de destinação adequada dos resíduos em casos de necessidade de substituição do equipamento, bem como coleta de amostras para análises em laboratórios.
- 15.2. Emissões de Carbono: As subestações possuem transformadores que devem funcionar adequadamente para que não haja perdas excessivas na forma de calor. A presente contratação visa manter os equipamentos funcionando nas melhores condições possíveis, visando evitar perdas excessivas, resultando em gasto desnecessário de energia elétrica, bem como seu desperdício equivalente em emissões de carbono.
- 15.3. Consumo de Recursos Naturais: A fabricação de novos materiais e equipamentos para serem utilizados em casos de necessidade de manutenções corretivas pode requerer o uso de recursos naturais, como água e energia, contribuindo para a pressão sobre os ecossistemas e recursos naturais finitos.
- 15.4. Impacto da Produção de Materiais: A produção de alguns materiais a serem utilizados em casos de necessidade de manutenções corretivas, como o PVC utilizado isolamento de cabos, pode gerar poluentes durante seu processo de fabricação, além de representar um problema de descarte no final de sua vida útil devido à sua baixa biodegradabilidade.
- 15.5. Riscos de Contaminação: A subestação de Marabá possui transformador a óleo e seu manuseio, quando realizado de maneira errada, bem como sua falta de



IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS PRINCIPAIS RISCOS ASSOCIADOS À AQUISIÇÃO							
Se (causa)	Riscos Identifica dos	Então (consequ ência)	Probabili dade	Impacto	Medida do Risco	Controle de Risco (ação preventiva)	Respo nsável
RISCO 1							



RISCO 2							
A não aprovação do Termo de Referência em tempo hábil para a ocorrência da licitação no corrente ano	Ausência de empresa licitante especializada em manutenção de subestações	Impossibilidade de contratação dos serviços em tempo hábil	Baixa (1)	Alto (3)	Médio (4)	Analisar e retornar o estudo técnico preliminar em tempo hábil para elaboração do Termo de Referência	COMAP
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA							



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

Solicitar prorrogação da contratação vigente ou contratação emergencial	COMA P/DIMI P
---	---------------------

RISCO 3							
Fracasso da licitação e consequente comprometimento na execução das atividades do Tribunal	Ausência de empresa fornecedora dos serviços	Impossibilidade de contratação dos serviços em tempo hábil	Baixa (1)	Alto (3)	Médio (4)	Submeter à autoridade superior a análise de eventual contratação com base no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21	COMA P/DIMI P
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA							
Solicitar prorrogação emergencial da contratação vigente ou contratação emergencial							COMA P/DIMI P

RISCO 4							
A empresa vencedora do certame não possui base instalada no Estado	Demora no atendimento da prestação do serviço contratado, dentro dos prazos	Prestação do serviço com baixa qualidade, inexecução parcial ou total	Média (2)	Alto (3)	Alto Risco (6)	Incluir no Termo de Referência a obrigatoriedade de base instalada em Belém-PA, bem como um prazo para instalação	DIMIP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

do Pará comprom etendo o prazo dos atendime ntos.	estipulad os no contrato.					de base, ou escritório de representaç ão, determinand o penalidades em caso de descumprim ento	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA							
Por ocasião da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá comprovar que possui sede, filial, escritório ou estrutura mínima de representação localizada no município de Belém/PA ou em localidade estrategicamente posicionada, de modo a assegurar o atendimento eficiente aos prazos e às demandas operacionais previstas no escopo da contratação							COLIC

RISCO 5							
Não fornecim ento de insumos no tempo aprazado trazendo como consequê ncia comprom etimento das atividade s dos diversos setores do Tribunal.	A empresa não possui no seu estoque a quantida de de mão de obra e insumos necessár ios para a execuçã o do contrato.	Prestação do serviço com baixa qualidade ou inexecuçã o parcial	Média (2)	Alto (3)	Médio (5)	Exigir no termo de Referência quantidade de mão de obra e insumos suficientes para atendimento do serviço contratado, determinand o penalidades em caso de descumprim ento	DIMIP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	
Na assinatura do contrato a contratada deverá comprovar que atende as exigências contratuais	COLIC

LEGENDA	
ITEM	DESCRIÇÃO
Probabilidade	Probabilidade do evento de risco ocorrer. Preencher com: 1 (Baixa); 2 (Média); 3 (Alta); (4) Muito Alta
Impacto	Impacto causado no resultado pretendido, caso o evento de risco ocorra (se materialize). Preencher com: 1 (Baixo); 2 (Médio); 3 (Alto); (4) Muito Alto.
Medida do risco	Resultado da multiplicação entre o impacto e a probabilidade de ocorrência do risco. Preencher com: resultado de 1 a 3 – baixo risco; resultado de 4 a 5 – médio risco; resultado de 6 a 9 – alto risco; resultado de 10 a 16 – muito alto risco
Controle do risco	Descrever o tratamento (a ação) usado (a) para mitigar/eliminar/evitar o risco identificado.

18. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. Considerando a natureza eminentemente presencial e especializada dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de subestações, o escopo contratual foi elaborado de modo a demandar, de forma contínua, a atuação in loco de equipe técnica qualificada, com destaque para o Profissional Responsável Técnico, cuja presença é imprescindível para a realização das medições, testes, análises técnicas e garantias de segurança conforme previsto nas normas regulamentadoras, especialmente a NR-10 e os procedimentos do Sistema Elétrico de Potência – SEP.
- 18.2. A exigência de presença física do Responsável Técnico visa assegurar o cumprimento de protocolos de segurança e operação em instalações de média tensão, como o desligamento e religamento de circuitos e o acompanhamento de intervenções críticas que não podem ser



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



delegadas a profissionais sem a devida qualificação.

- 18.3. Com relação ao Risco 4 da análise de riscos, deve ser considerado que a estimativa de preços deve considerar deslocamentos reais a partir do Prédio Sede do TRT8, em Belém/PA, para as demais localidades que possuem subestações (Ananindeua, Parauapebas, Macapá, Marabá e Santarém), o que evidencia que a execução do contrato exige presença física recorrente e planejada, sendo incompatível com uma prestação exclusivamente remota ou digital.
- 18.4. Importa ainda registrar que, na contratação anterior (Contrato TRT nº 043/2024 – PROAD nº 483/2024), verificou-se a inexecução total dos serviços em razão da ausência de presença local do Profissional Responsável Técnico, apesar de cláusula contratual expressa nesse sentido. A contratada alegou inviabilidade logística de execução por estar sediada em outro estado, sem condições de mobilizar o profissional para os locais de atendimento. Tal fato reforça a necessidade de salvaguardar, já na fase de planejamento, critérios mínimos de estrutura local que garantam a viabilidade técnico-operacional da contratação.
- 18.5. Assim, em consonância com o entendimento firmado pelo TCU no Acórdão 1176/2021 – Plenário, a exigência de sede, filial ou escritório de representação no estado onde os serviços serão executados — ou em localidade estratégica que possibilite o deslocamento imediato e recorrente da equipe técnica — encontra respaldo na demonstração da sua imprescindibilidade técnica e operacional. A medida visa assegurar a adequada execução do objeto, prevenir riscos à segurança elétrica, evitar novos casos de inexecução contratual e garantir a seleção de propostas viáveis do ponto de vista logístico e técnico.
- 18.6. Com base nas informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar a contratação pretendida é viável, uma vez que a mesma é indispensável para assegurar o fornecimento e reposição de quaisquer componentes/peças novos e originais, relativamente aos equipamentos que compõem as subestações em uso nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, nos estados do Pará e Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo aérea e abrigadas, com a finalidade de manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e conservação, a saber:
- a) manter à tensão e corrente elétrica de acordo com as normas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

técnicas vigentes;

b) suprir, nos pontos e equipamentos ligados aos grupo geradores, de corrente elétrica, nos casos de falta desta pela companhia energética local;

c) conservar o bem público, evitando-se ônus desnecessários em manutenções corretivas, além dos transtornos administrativos em caso de pane.

19. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

19.1. O documento foi desenvolvido na DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS do TRT8, pelos servidores: BRUNO GONÇALVES RODRIGUES – Técnico Judiciário - Chefe da DIMIP (em substituição) e MATIAS RIBEIRO MAXIMO DE LAVOR , Analista Judiciário - Eng.º Eletricista.

20. DO RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO DOCUMENTO

20.1. O documento foi submetido ao Coordenador da COMAP, e após análise foi aprovado em todos os seus termos.

21. GRAU E PRAZO DE SIGILO

21.1. Não se aplica.

Belém, 26 de maio de 2025

MATIAS RIBEIRO MAXIMO DE LAVOR

Analista Judiciário - Eng. Eletricista - DIOPE

(assinado pelo PROAD)

BRUNO GONÇALVES RODRIGUES

Chefe da DIMIP - em substituição

(assinado pelo PROAD)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA

Coordenador da COMAP

(assinado pelo PROAD)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

 **MATIAS RIBEIRO**
MAXIMO DE LAVOR
05/05/2026 13:17

APENSO II -TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos.

2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

2.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

O objeto em questão trata-se de atividades privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que não se enquadram no conceito de obra, definido no inciso XII, do artigo 6º da Lei 14.133 de 2021.

2.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é COMUM sob a seguinte justificativa:

O objeto em questão se trata de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

3.1.1. Empreitada por preço unitário.

- 3.1.2. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com alto nível de precisão, os quantitativos totais do serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de minuciosas medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados. Havendo diferença entre os quantitativos inicialmente previstos nas planilhas orçamentárias e os quantitativos efetivamente necessários, a remuneração



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

devida à contratada deverá ser ajustada (reduzida ou majorada) a fim de refletir os quantitativos reais.

4. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 4.1. No presente feito, o Termo de Referência / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, com a emissão da ART.

5. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

- 5.1. Na presente licitação:

(X) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil, sendo que, no caso concreto, acrescido do BDI referencial.

- 5.2. No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI,

(X) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida;

(X) Para os materiais ou serviços com estimativas de preços não disponíveis nas metodologias indicadas acima, FORAM, subsidiariamente, adotados custos obtidos das fontes admitidas no art. 23, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida, acrescido do BDI referencial de serviços e do BDI diferenciado para materiais;

() utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pela Administração Pública e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso, sendo que, no caso concreto, acrescido do BDI referencial.

6. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

- 6.1. No orçamento da presente obra ou serviço NÃO foi/foram juntadas a(s) planilha(s) sintética(s) e a(s) planilha(s) analítica(s).
- 6.2. Considerando que os serviços a serem contratados devem ser levantados a partir da vistoria *in loco* das instalações prediais do Tribunal, não se demonstra razoável a delimitação prévia de planilhas sintéticas ou analíticas, especificamente relacionadas aos serviços a serem executados. Prevalece, no caso, para efeito de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

delimitação dos itens e preços a serem contratados, as tabelas/planilhas do SINAPI, como também, na ausência destas, outros índices oficiais de cotação de preços de serviços de engenharia, sendo que, no caso concreto, acrescido do BDI referencial.

- 6.3. Certifica-se que na presente licitação foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizadas até o mês de MAIO/2025.

7. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

- 7.1. No orçamento de referência da presente licitação:

- a) foram adotadas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações;
- b) foram adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;
- c) foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.
- d) foram adotados os sistemas específicos instituídos, no caso, SBC - 05/2025 - Pará, ORSE - 02/2025 - Sergipe, SETOP - 01/2025 - Minas Gerais, SIURB - 01/2025 - São Paulo, CPOS/CDHU - 04/2025 - São Paulo, FDE - 01/2025 - São Paulo e AGETOP CIVIL - 02/2025 - Goiás, subsidiariamente, como fonte de preços de outros sistemas aprovados pela Administração Pública, na hipótese de não serem encontradas referências nas metodologias anteriores, ou em caso de incompatibilidade técnica das composições desses paradigmas definidos nas alíneas “a)” a “c)”, frente às peculiaridades do serviço, desde que demonstrada documentalmente mediante justificativa técnica;

8. CUSTOS DIRETOS - ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- 8.1. No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.
- 8.2. Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

adota o parâmetro médio ou 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio:**

8.2.1. O valor médio foi adotado nos casos dos serviços realizados nas capitais e regiões metropolitanas, enquanto que o 3º quartil foi adotado nos casos de serviços realizados nas demais localidades de maior dificuldade de acesso e menor demanda por profissionais.

8.3. Em relação ao cronograma físico-financeiro:

Os pagamentos deverão ser realizados após medição de serviços de manutenção preventiva por subestação, conforme cronograma aprovado, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução dos serviços, ao invés de reproduzir percentuais fixos, conforme consta na cláusula 9.4 do Termo de Referência.

9. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

9.1. Na presente licitação:

Não Foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos INSUMOS e aos SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

9.1.1. Por se tratar de contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, continuada.

10. ADOÇÃO DO REGIME DE ONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

10.1. Na presente licitação, serão adotados os custos de referência ONERADOS, considerando que, no geral, para contratação de serviços, a contratação sem desoneração traz mais vantagens para a Administração, uma vez que o valor dos materiais, no caso concreto, conforme demonstrado no APENSO IV - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS, do Termo de Referência, se demonstram mais relevantes que a mão de obra.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

11. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

- 11.1. Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.
- 11.2. Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio.
- 11.3. Composição do BDI:

TIPO: CONSTRUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

ELÉTRICA

ITENS	% ADOTADO	INTERVALO DE ADMISSIBILIDADE		
		1º QUARTI L	2º QUARTI L	3º QUARTI L
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5,29%	5,29%	5,92%	7,93%
SEGURO E GARANTIA	0,56%	0,25%	0,51%	0,56%
RISCO	1,00%	1,00%	1,48%	1,97%
DESPESAS FINANCEIRAS	1,01%	1,01%	1,07%	1,11%
LUCRO	8,31%	8,00%	8,31%	9,51%
TRIBUTOS (IMPOSTOS COFINS 3% E PIS 0,65%)	3,65%			
TRIBUTOS (ISS, VARIÁVEL DE ACORDO COM O MUNICÍPIO)	5,00%			
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOB A RECEITA BRUTA	0,00%			

- 11.4. Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

Não aplicável a esta contratação.

12. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

12.1. Na presente licitação, (x) SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

12.1.1. O BDI reduzido será aplicado em situações que visam apenas o mero fornecimento de materiais, sem nenhum serviço associado.

12.2. Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

12.2.1. (x) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

12.2.2. foi adotado o parâmetro do (x) médio, será adotado o valor de 14,01% para o BDI para mero fornecimento.

12.2.3. Para o caso de mero fornecimento de materiais será aplicado o desconto ofertado pela licitante.

13. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

13.1. O cronograma físico-financeiro:

(X) NÃO foi juntado aos autos.

13.1.1. Visto se tratar de serviço sob demanda, será feito o cronograma físico-financeiro consta como um encargo para a contratada.

14. PROJETO EXECUTIVO

(X) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, visto se tratar de serviços de manutenção de subestações. Caso necessário, os projetos executivos serão elaborados pelo Tribunal.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. **Registro da empresa no conselho profissional**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 15.1.1. Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (☒) CREA e/ou ao (☒) CAU e/ou ao (☒) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Por se tratar de serviços de engenharia, relacionados à manutenção de subestações.

15.2. Capacidade técnico-operacional

(☒) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

- 15.2.1. Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em Subestações de Energia Elétrica de Média Tensão com, no mínimo, potência instalada de 1.000 kVA;
- 15.2.1.1. O atestado apresentado deverá demonstrar que o licitante tenha executado os referidos serviços em períodos sucessivos de no mínimo 12 meses.
- 15.2.1.2. Justificativa: A somatória das potências de todas as subestações constantes do objeto totaliza 5.200 kVA. Dessa forma, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional foi definido o quantitativo mínimo de potência de 1.000 kVA, equivalente à potência intermediária dentre as subestações do objeto. A potência de 1.000 kVA corresponde a percentual inferior a 50 % (cinquenta por cento) da totalidade das potências instaladas nas subestações do objeto.
- 15.2.1.3. Os atestados apresentados para comprovação das exigências de Capacidade Técnico-Operacional deverão ser fornecidos pela pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço objeto do atestado não sendo admitido atestado fornecido por terceiro.
- 15.2.1.4. Não serão aceitos atestados que contemplem exclusivamente operação, fiscalização de serviços, execução de obras ou projetos de engenharia.
- 15.2.1.5. Não são aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos pelo próprio licitante.

15.3. Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (☒) ACEITO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, desde que executados simultaneamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

15.4. Capacidade técnico-profissional

15.4.1. Na presente licitação:

(X) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

a) Comprovar que a licitante possui em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, Engenheiro(a) Eletricista(s) ou outro(s) profissional(ais) detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente pela regulação da atividade da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT ou documentação equivalente, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços em características semelhantes ao objeto desta licitação:

a.1. Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em Subestações de Energia Elétrica de Média Tensão com, no mínimo, potência instalada de 1.000 kVA.

a.1.1 O atestado apresentado deverá demonstrar que o licitante tenha executado os referidos serviços em períodos sucessivos de no mínimo 12 meses.

a.1.2 Justificativa: A somatória das potências de todas as subestações constantes do objeto totaliza 5200 kVA. Dessa forma, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional foi definido o quantitativo mínimo de potência de 1.000 kVA, equivalente à potência intermediária dentre as subestações do objeto. A potência de 1.000 kVA corresponde a percentual inferior a 50 % (cinquenta por cento) da totalidade das potências instaladas nas subestações do objeto.

15.4.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica indicados nos atestados acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Termo de Referência:

a) o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

b) o administrador ou o diretor;

c) o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;

d) Através da Certidão de Registro e Quitação da empresa emitida pelo CREA, onde conste o nome deste profissional como integrante do quadro técnico.

e) e o prestador de serviços:

e.1) com contrato escrito firmado com o licitante;

e.2) ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

15.4.3. A licitante deverá apresentar declaração indicando o(s) nome(s), CPF(s), número(s) do(s) registro(s) na entidade profissional competente, do(s) responsável(is) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto.

15.4.3.1. A relação dos profissionais indicados no item 15.4.4, não desobriga a contratada de manter os demais profissionais necessários à execução dos serviços.

15.4.4. Quaisquer dos técnicos descritos neste item somente poderão ser substituídos por outros com as mesmas qualificações aqui exigidas, e deverão ter seus nomes submetidos à prévia aprovação da Fiscalização.

15.4.4.1. O(s) nome(s) indicado(s) nos atestados de capacidade técnica deverá(ão) necessariamente constar(em) entre o(s) responsável(is) técnico(s).

15.5. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados, ou inscritos no conselho profissional competente pela regulação da atividade no Pará e Amapá, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

15.5.1. No caso de necessidade de substituição de algum responsável técnico ao longo do contrato, deverá ser efetuada a baixa ou substituição da respectiva ART, ou instrumento/documento equivalente, conforme indicação do Conselho. O novo profissional deverá atender às exigências mínimas indicadas para habilitação conforme o Edital de Licitação, devendo ser submetidos à Fiscalização seus atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico do conselho profissional competente pela regulação da atividade no Pará.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

16. VISTORIA

- 16.1. Na presente licitação, a realização de vistoria será FACULTATIVA, e o licitante PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:
- 16.1.1. Pelo objeto da presente licitação se tratar de tarefas de manutenção predial corretiva e preventiva com características comuns ao mercado, não se verifica a necessidade de vistoria obrigatória.
- 16.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 16.3. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência.
- 16.4. Caso deseje realizar a visita, o prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 16.5. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 16.6. O agendamento para vistoria poderá ser realizado através do e-mail: comap@trt8.jus.br. Deverá ser indicado os locais que serão vistoriados e os horários desejados para a visita.

17. SUBCONTRATAÇÃO

- 17.1. O órgão ADMITIRÁ a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:
- 17.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 17.1.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto licitatório, no que diz respeito às análises do líquido isolante (físico-químico e cromatográfico) do transformadores à óleo;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

18.1. Na presente licitação, será

(x) PERMITIDA a participação de consórcios.

18.2. Não se observa no presente certame a vedação para a participação de consórcios.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

19.1. Na presente licitação, será VEDADA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

19.1.1. Não se observa no presente certame a existência de condições para a participação de cooperativas, consideradas as características do mercado pesquisado, como também, as especificidades técnicas dos serviços, com requisitos de manutenção continuados, em que se recomenda o acompanhamento e monitoramento dos serviços por parte de responsável técnico operacional e profissional concentrados em única organização ou empresa.

19.1.2. Além disso, conforme Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), delimitou-se o entendimento :

“II – Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.”

20. EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

20.1. Considerando que o valor se encontra acima de R\$80.000,00, deve-se ser efetuada licitação de forma NÃO EXCLUSIVA a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, na forma do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015.

20.2. Além disso, não se observou a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do art. 8º do referido Decreto, considerando que, conforme Estudo Técnico Preliminar, não se indica possibilidade de parcelamento do objeto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1. Na presente licitação, será EXIGIDA a apresentação de garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com base na seguinte justificativa:

21.1.1. Justifica-se a exigência da garantia tendo em vista os prejuízos que podem ser ocasionados devido a não prestação dos serviços contratados.

22. DA SUSTENTABILIDADE

22.1. A contratada deverá adotar práticas construtivas que contribuam para redução do impacto ambiental ocasionado pela geração de resíduos provenientes da construção civil. A contratada deve ainda:

a) Utilizar material de boa qualidade e de acordo com as especificações técnicas/projeto/orçamento, em consonância com a legislação vigente.

b) Efetuar o descarte dos materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental do órgão.

c) Os materiais utilizados na execução dos serviços contratados devem observar os critérios de sustentabilidade constantes do item 5.1 do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.

d) Os resíduos com logística reversa obrigatória, gerados na execução dos serviços devem atender o disposto no item 5.4. - Resíduos com Logística Reversa, do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.

e) A definição das rotinas de execução das atividades para contratação dos serviços terceirizados deve prever e estimar período adequado para a orientação e ambientação dos trabalhadores à política de responsabilidade socioambiental do órgão, durante toda a vigência do contrato.

f) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com a legislação vigente.

g) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6.

h) Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras NR-9.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- i) Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras NR-7.
 - j) Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012.
 - k) Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão.
 - l) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.
- 22.2. A contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previsto nas legislações vigentes, além de possuir responsável técnico para a prestação do serviço conforme legislação em vigor.
- 22.3. A presente contratação deverá obedecer ao disposto na Resolução CNJ nº 400, de 16/06/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, bem como a Resolução CSJT nº 310, de 24/12/2021, que aprova o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, 3ª edição.

MATIAS RIBEIRO MAXIMO DE LAVOR

Analista Judiciário - Eng. Eletricista - DIOPE

(assinado pelo PROAD)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



**HERLON**
CARLOS
RIBEIRO
PEREIRA
30/05/2025 08:15

**MATIAS**
RIBEIRO
MAXIMO
DE LAVOR
30/05/2025 09:18

APENSO III - MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa especializada para prestar serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos.

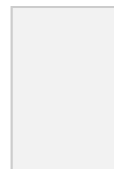
2. NORMAS TÉCNICAS

- a. NBR 5410/08: Instalações elétricas de baixa tensão;
- b. NBR 14039/2021: Instalações Elétricas de Média Tensão de 1,0 a 36,2kV;
- c. NBR 6856/2021: Transformador de corrente com isolamento sólida para tensão máxima igual ou inferior a 52 kV - Especificação e ensaios;
- d. ABNT NBR 6855/2021: Transformador de potencial indutivo com isolamento sólida para tensão máxima igual ou inferior a 52 kV - Especificação e ensaios;
- e. ABNT NBR 5440/2025: Transformadores para redes aéreas de distribuição — Requisitos;
- f. ABNT NBR 5356/2007: Transformadores de Potência;
- g. ABNT NBR 16295/2014: Luvas de material isolante;
- h. NBR 15749/2001: Malha de aterramento;
- i. NBR 5419/2018: Proteção contra descargas atmosféricas;
- j. NBR 10576/2017: Óleo mineral isolante de equipamentos elétricos - Diretrizes para supervisão e manutenção;
- k. NBR 15349: Análise cromatográfica do óleo isolante;
- l. NBR 7070/2006: Amostragem de gases e óleo mineral isolantes de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- equipamentos elétricos e análise dos gases livres e dissolvidos;
- m. NBR 7274/2012: Interpretação da análise dos gases de transformadores em serviço;
- n. NBR 13231: Proteção contra Incêndio em Subestações Elétricas;
- o. NBR IEC 60255: Relés de Proteção.
- p. NBR 15749/2009: Medição de resistência de aterramento e de potenciais na superfície do solo em sistemas de aterramento;
- q. NBR 61643-1/2007: Dispositivos de Proteção contra Surto em Baixa Tensão;
- r. NBR 07118/1994: Disjuntores de Alta Tensão;
- s. NBR 7287/2009: Testes Cabos 1,0 até 35 kV;
- t. ABNT NBR 7282/2023: Dispositivos fusíveis de alta-tensão — Dispositivos tipo expulsão — Requisitos e métodos de ensaio;
- u. NBR IEC 62271-102/2022: Seccionadoras e seccionadoras de aterramento em corrente alternada;
- v. ABNT NBR 16050/2012: Para-raios de resistor não linear de óxido metálico sem centelhadores, para circuitos de potência de corrente alternada
- w. NBR 15572/2013: Ensaios não destrutivos — Termografia — Guia para inspeção de equipamentos elétricos e mecânicos;
- x. NBR 15866/2010: Ensaio não destrutivo — Termografia — Metodologia de avaliação de temperatura de trabalho de equipamentos em sistemas elétricos;
- y. NBR 15424/2006: Ensaios não destrutivos - Termografia – Terminologia;
- z. NBR 15718/2009: Ensaios não destrutivos — Termografia — Guia para verificação de termovisores;
- aa. NBR 15763/2009: Ensaios não destrutivos - Termografia - Critérios de definição de periodicidade de inspeção em sistemas elétricos de potência;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

bb. NR 10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

cc. NR 26: Sinalização de Segurança;

dd. NT.00002.EQTL: Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão (13,8 kV, 23,1 kV e 34,5 kV) - Equatorial Energia - Pará.

OBS: Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

3. RESUMO DOS SISTEMAS

3.1. SUBESTAÇÃO EDIFÍCIO SEDE:

O Prédio Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região possui uma subestação localizada no estacionamento do subsolo, com as seguintes características:

- Localização: Tv. D. Pedro I, 746 - Umarizal - Belém/PA;
- Tipo: Abrigada / blindada;
- Transformador: a seco;
- Potência:
 - 750 kVA / 380-220V;
 - 1000 kVA / 220-127V.
- Relé: Pextron 6104;
- Disjuntor MT: Sarel 24 kV 630 A.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



3.2. SUBESTAÇÃO ANEXO IV:

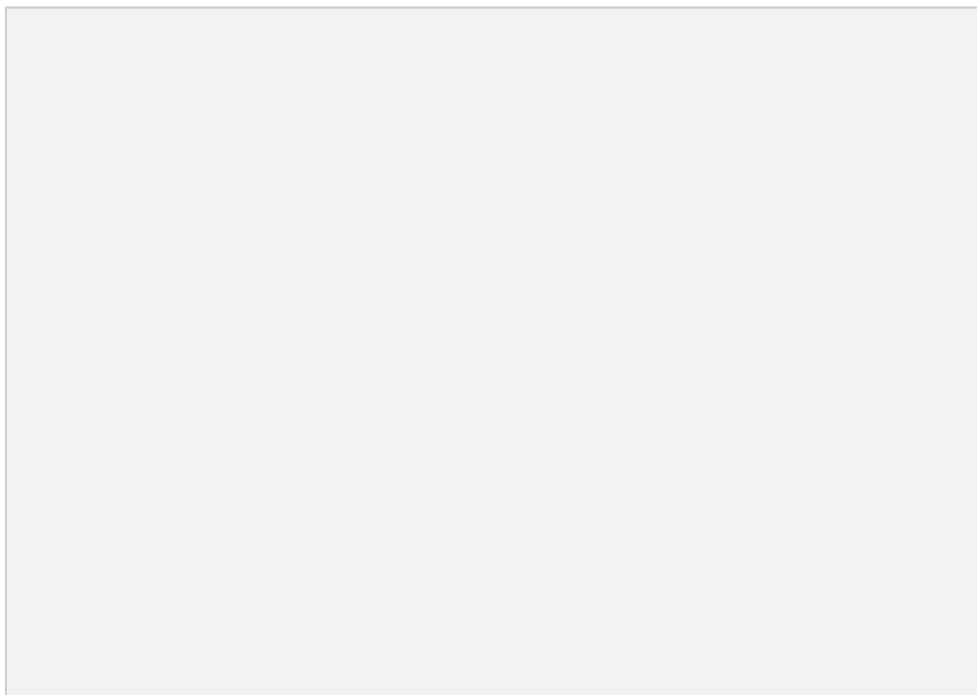
O Anexo IV do Prédio Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região possui



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

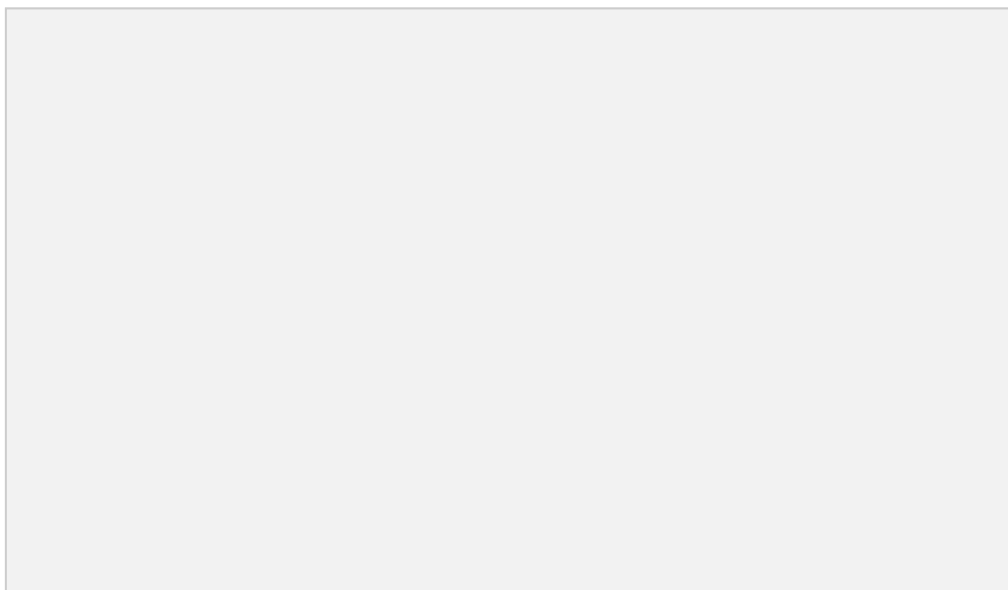
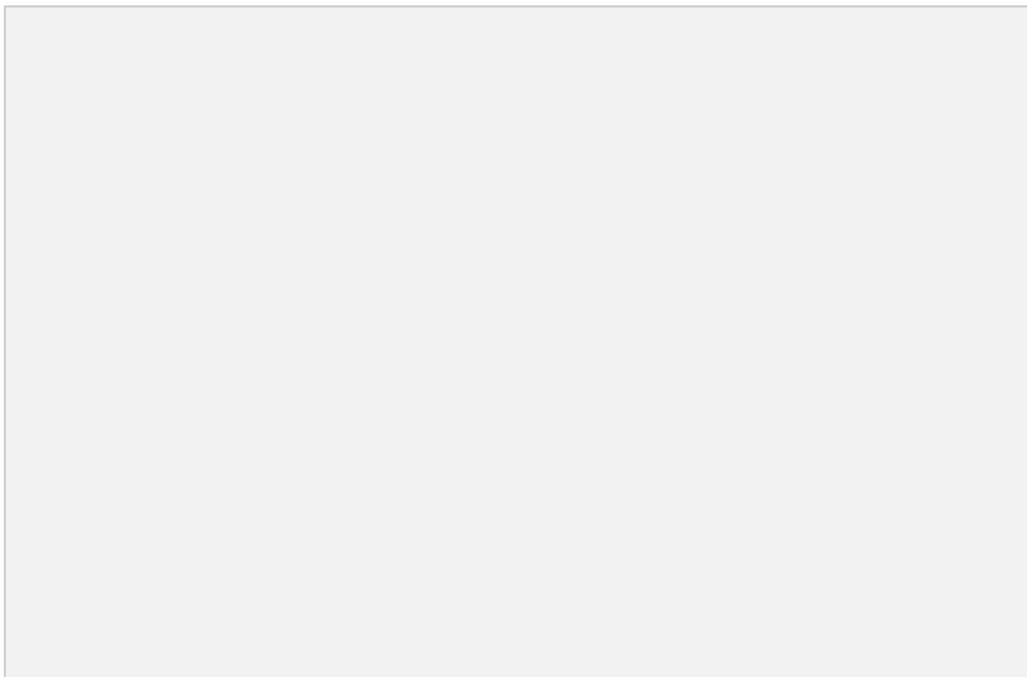
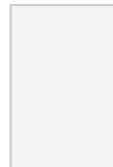
uma subestação localizada no térreo, com as seguintes características:

- Localização: Tv. D. Pedro I, 746 - Umarizal - Belém/PA;
- Tipo: Abrigada / blindada;
- Transformador: a seco;
- Potência: 500 kVA / 220-127V;
- Relé: Siemens 7RS10;
- Disjuntor MT: Siemens Sion 24 kV 630 A;
- Disjuntor BT: Caixa Aberta WEG 2000 A, ajustável – 1350 A;
- Cabos BT: 5#3F#240mm²;
- Banco de Capacitores: 60 kVAr, 6 estágios.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS





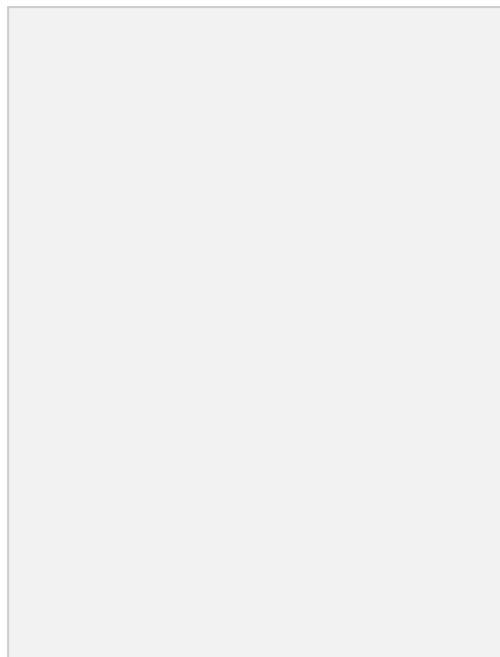
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



3.3. SUBESTAÇÃO ANEXO V:

O Anexo V do Prédio Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, onde encontra-se o Fórum Trabalhista de Belém, possui uma subestação localizada no pavimento térreo, com as seguintes características:

- Localização: Tv. D. Pedro I, 698- Umarizal - Belém/PA;
- Tipo: Abrigada / convencional;
- Transformador: a seco;
- Potência: 750 kVA / 220-127V;
- Relé: Schineider Vamp 11F;
- Disjuntor MT: Schineider 17.5 kV 630 A.
- Disjuntor BT: GE

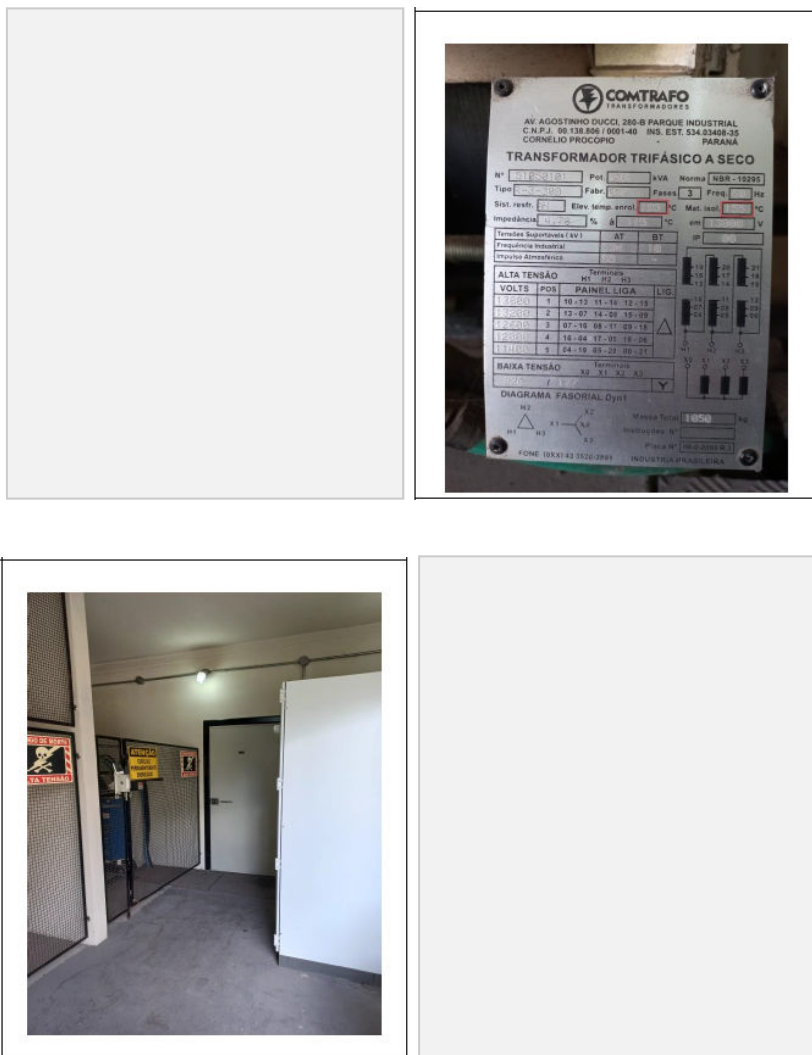


3.4. SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE ANANINDEUA:

- Localização: Av. Cláudio Sanders, 677 - Estrada do Maguari;
- Tipo: Abrigada / convencional;
- Transformador: a seco;
- Potência: 300 kVA / 220-127V;
- Disjuntor BT: GE 800A;
- Cabos BT: 3#3F#240mm².



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



3.5. SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE PARAUAPEBAS:

- Localização: Rua C, nº Lote 27, Quadra 32, Cidade Nova, Parauapebas - PA;
- Tipo: Abrigada / convencional;
- Transformador: a seco;
- Potência: (2#300kVA) / 220-127 V - Total 600 kVA;
- Relé proteção: Pextron 7104;
- Disjuntor MT: AEG VAA 6312 – 17.5 kV 630 A;
- Disjuntor BT: SIEMENS 800 A;
- Cabos BT: 3x3F#240mm² – 1N3#240mm².



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



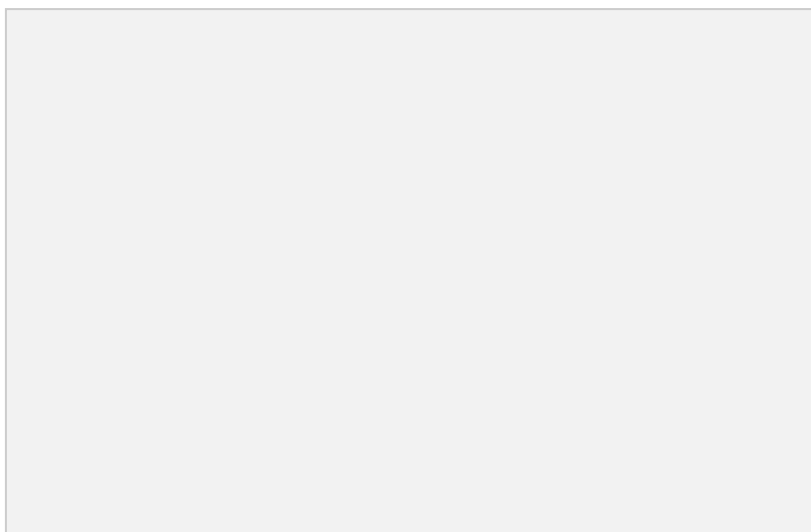
3.6. SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE MACAPÁ:

- Localização: Rua Tocantins, s/n, Rod. Norte-Sul, Infraero, Macapá-AP;
- Tipo: Abrigada / convencional;
- Transformador: a seco;
- Potência:
 - 500 kVA / 380-220V;
 - 500 kVA / 220-127V.
- Relé proteção: Pextron URP1439TU;
- Disjuntor MT: Schneider Electric – Evolis 25 kV 1250 A;



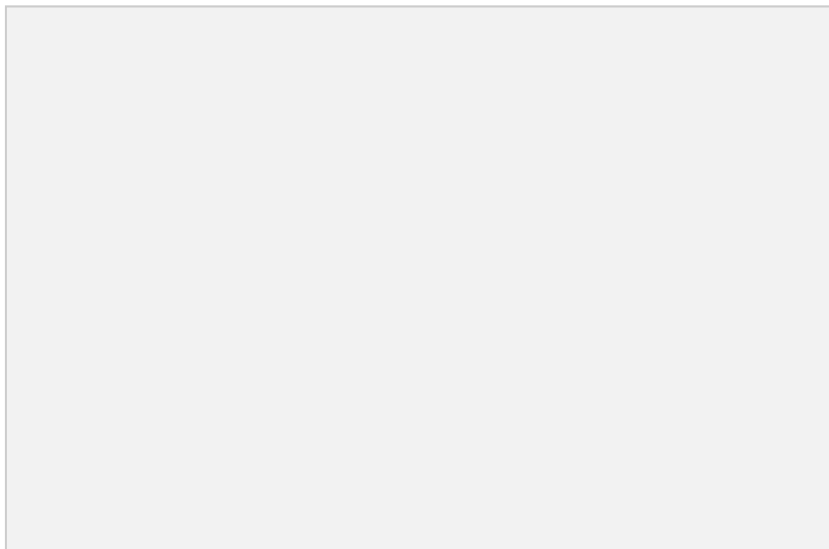
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- Disjuntor BT: Trafo 1 – 380/220 V = Steck 800 A;
- Trafo 2 – 220/127 V = Steck 1250 A
- Cabos BT: Trafo 1 – 380/220 V = 3x 4F#120mm² – N 3#120mm²;
- Trafo 2 – 220/127 V = 3x 4F#120mm² – N 4#120 mm².





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



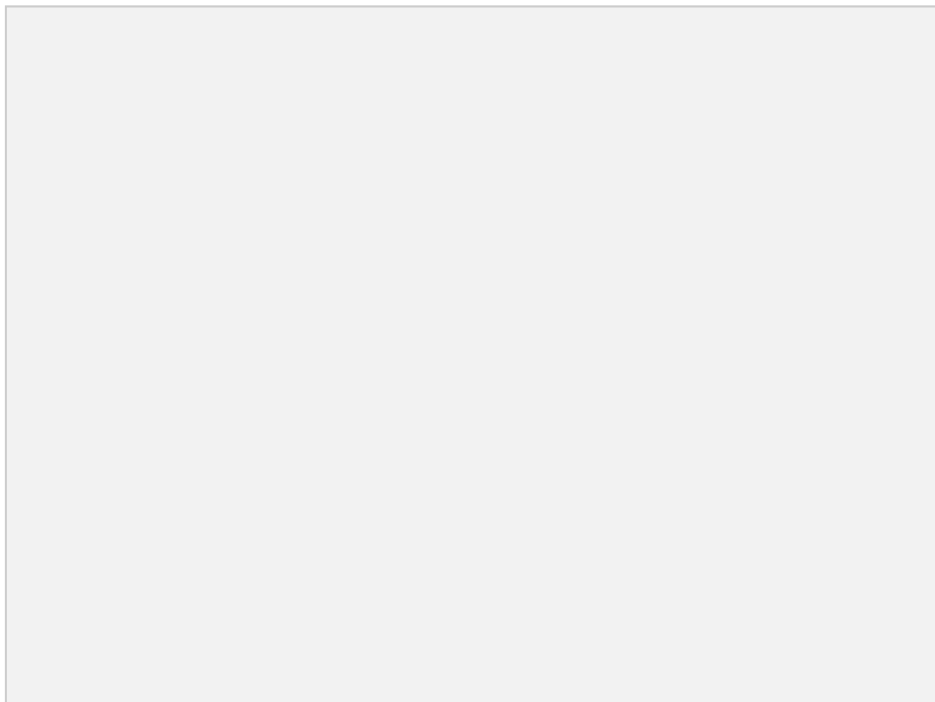
3.7. SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE MARABÁ:

- Localização: Folha - 31, Quadra 7, Lote 4 a 6- Bairro Nova Marabá;
- Tipo: Aérea;
- Transformador: a óleo;
- Potência: 150 kVA / 220-127 V;
- Disjuntor BT: STECK 315 A;
- Cabos BT: 1F#185mm² – 1N # 95mm².



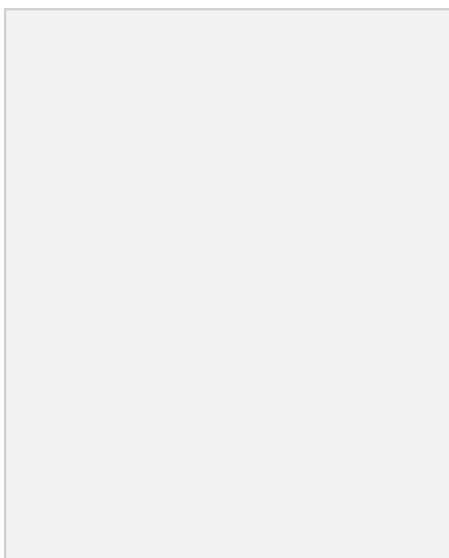
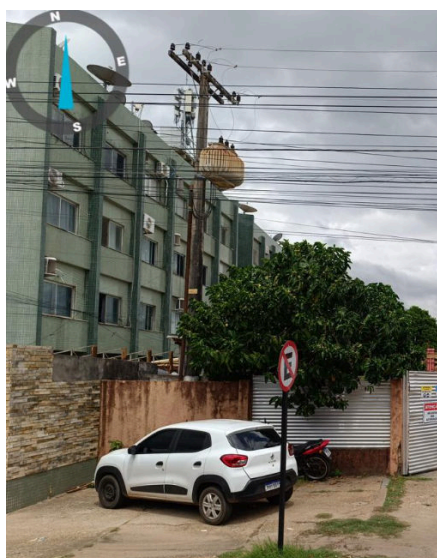


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



3.8. SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE SANTARÉM:

- Localização: Av. Mendonça Furtado, nº 3341, Aldeia, Santarém;
- Tipo: Aérea;
- Transformador: a óleo;
- Potência: 150 kVA / 220-127 V;
- Disjuntor BT: 400A;
- Cabos BT: 2x3F#70(1#70)50T.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL

- 4.1.1.** A Manutenção Preventiva nas Subestações de Energia em Poste e Abridadas, Quadros Gerais de Baixa Tensão (QGBT) e as Cabines de Proteção deverão ser realizadas no período de 12 (doze) meses em sua totalidade. A manutenção preventiva tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos nos equipamentos por quebra e deterioração, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive dos fabricantes.
- 4.1.2.** A CONTRATADA deverá realizar todas as inspeções e os serviços técnicos necessários para manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e segurança.
- 4.1.3.** Cada subestação passará por uma manutenção preventiva anual.
- 4.1.4.** A CONTRATADA deverá apresentar a planilha para controle das manutenções anuais à FISCALIZAÇÃO, respeitando o roteiro mínimo proposto:

1. AÇÕES GERAIS:

- a. Catalogar/registrar dados das plaquetas dos equipamentos: Patrimônio, Localidade, Marca, Modelo, Nº Série, Data de Fabricação, Tensão Nominal, Corrente Nominal, Nº Fases e Potência;
- b. Medir as tensões de entrada e saída da subestação;
- c. Registrar com câmera termográfica a temperatura dos componentes, tais como: cabos, bornes, conexões e corpo dos componentes, antes e após as intervenções;
- d. Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais;
- e. Aspirar gabinetes, dentro dos quadros, paredes, teto e o piso do recinto. Soprador, vassoura e congêneres que dispersam poeira no ambiente e demais partes internas do equipamento têm o uso contraindicado;

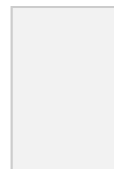


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- f. Inspeccionar com câmera termográfica as conexões, isoladores, equipamentos e condutores (cabos e barramentos), antes e após as intervenções;
- g. Reapertar as conexões;
- h. Verificar as condições da iluminação e substituir as lâmpadas queimadas;
- i. Verificar pontos de oxidação nos gabinetes, quadros, conectores e cabos;
- j. Verificar as condições físicas: infiltração, fechaduras, portas, pintura, gradil e alvenaria;
- k. Verificar janelas e ventilação, manter as passagens desobstruídas e limpas, bem como evitar o armazenamento ou a guarda de quaisquer objetos;
- l. Verificar o estado das faixas de sinalização e extintores;
- m. Procurar por pontos de oxidação nos equipamentos;
- n. Verificar a existência de sinalização de alarmes nos equipamentos;
- o. Inspeccionar e limpar detectores, sirene e acionadores do sistema de detecção e alarme de incêndio – SDAI;
- p. Simular falha de falta de energia e reenergização da subestação;
- q. Verificar a existência de aberturas nas grades que possibilitem a entrada de animais de pequeno porte dentro da subestação, e corrigir caso necessário;
- r. Todas as ações de verificação onde se observaram anormalidades, deverão ser corrigidas de imediato, inclusive com apresentação de relatório fotográfico com antes e depois.

2. ESTRUTURA DE ALIMENTAÇÃO EM MÉDIA TENSÃO AÉREA:

- a. Anotação das especificações técnicas;
- b. Inspeção visual;
- c. Verificar a ancoragem e a continuidade das conexões das partes aterradas;
- d. Reapertar cruzetas e demais componentes de fixação de estruturas em poste;
- e. Verificar as condições dos dispositivos de manobra;
- f. Seccionadora chave-fusível AT ou chave Mateus: examinar articulações, alinhamento dos contatos, pinos e travas, lubrificar partes móveis, revisar a conexão de aterramento, medir e anotar a resistência de isolamento e contato,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- verificar intertravamento (se houver), realizar limpeza;
- g. Averiguar a integridade dos para-raios poliméricos (corpo, disparador e terminais), medir e anotar a resistência de isolamento, realizar limpeza;
 - h. Verificar a integridade das muflas, realizar limpeza;
 - i. Vistoriar os isoladores e limpar a sujidade com pano umedecido em álcool isopropílico ou solventes recomendados pelos fabricantes;
 - j. Medir e anotar a resistência de isolamento do cabo de média tensão e verificar a necessidade de substituição;
 - k. Verificar a abertura de espaços nos eletrodutos do ramal de entrada e preencher com espuma expansível, caso necessário;
 - l. Verificar a existência de vibração, ruído ou centelha nas conexões;
 - m. Inspeção termográfica, antes e após as intervenções.

3. TRANSFORMADOR A ÓLEO:

- a. Anotação das especificações técnicas;
- b. Limpeza e inspeção visual geral (conexões primária e secundária, terminais, isoladores, suportes físicos, parafusos, aletas, carcaça, instrumentos, acessórios, conexões de aterramento e chave fusível de proteção associada ao transformador);
- c. Verificação do tap de operação;
- d. Verificação de existência de vazamentos de óleo em geral, juntas e trocadores de calor;
- e. Verificação do nível do óleo mineral isolante e recompletar o óleo mineral isolante em caso de necessidade (o óleo novo e com as mesmas características nominais do óleo a ser completado);
- f. Coleta de amostra de óleo mineral isolante para ensaios físico-química, conforme NBR 10576 (cor, rigidez dielétrica, tensão interfacial, índice de neutralização, teor de água, densidade, fator de potência, fator de potência) e cromatografia gasosa, conforme NBR 7070–7274, em laboratório para que seja posteriormente emitido o parecer do laboratório seguido do laudo técnico;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- g. Verificar se as saídas de ar e aletas trocadoras de calor estão livres;
- h. Limpar e revisar os isoladores das buchas (primário e secundário), verificando a existência de trincas e fissuras;
- i. Medir e anotar as respectivas relações de transformação, as resistências ôhmicas de isolamento entre AT/BT, AT/Terra e BT/Terra e resistências ôhmicas dos enrolamentos;
- j. Verificação do dimensionamento dos condutores do secundário em relação à corrente nominal do transformador;
- k. Verificação do dimensionamento dos condutores do secundário em relação à corrente nominal do transformador.
- l. Verificar a existência de vibração, ruído ou centelha nas conexões;
- m. Verificação do ajuste de aperto das conexões elétricas (primário e secundário);
- n. Medir e anotar o valor de tensão entre fases do secundário e corrente por fases do secundário;
- o. Inspeção termográfica nas conexões primária, secundária e chave fusível associada, antes e após as intervenções.

4. TRANSFORMADOR A SECO:

- a. Anotação das especificações técnicas;
- b. Limpeza e inspeção visual geral (conexões primária e secundária, terminais, isoladores, suportes físicos, parafusos, carcaça, instrumentos, acessórios, conexões de aterramento e chave fusível de proteção associada ao transformador);
- c. Verificação das fixações das bobinas;
- d. Verificação do tap de operação;
- e. Verificação da proteção térmica;
- f. Verificação dos ajustes da proteção térmica;
- g. Verificação da atuação de desligamento;
- h. Medir e anotar as respectivas relações de transformação, as resistências ôhmicas de isolamento entre AT/BT, AT/Terra e BT/Terra e resistências ôhmicas dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

enrolamentos;

- i. Verificação do dimensionamento dos condutores do secundário em relação à corrente nominal do
- j. transformador.
- k. Verificar a existência de vibração, ruído ou centelha nas conexões;
- l. Verificação do ajuste de aperto das conexões elétricas (primário e secundário);
- m. Medir e anotar o valor de tensão entre fases do secundário e corrente por fases do secundário;
- n. Inspeção termográfica nas conexões primária, secundária e chave fusível associada, antes e após as intervenções.

5. SPDA E ATERRAMENTO:

- a. Medir a resistência de aterramento;
- b. Verificar a continuidade elétrica dos cabos;
- c. Vistoriar sinais de deterioração ou corrosão no sistema de pára-raios, cabos de descidas, canalização, conexões e suportes;
- d. Reapertar os bornes que ligam as hastes aos cabos;
- e. Inspecionar ancoragem, alinhamento e conexões de aterramento das partes metálicas;
- f. Fazer o levantamento das características (anotação das especificações técnicas) e condições do sistema de aterramento da edificação, identificando eventuais falhas ou não conformidades que possam gerar acidentes ou danos patrimoniais;
- g. O profissional legalmente habilitado deverá elaborar documento técnico contendo o registro da vistoria e dos dados da inspeção, tais como: resistência de aterramento, característica da malha, condições do solo local, apontamento das inconformidades e riscos, fotografias, sugestões para adequações, metodologia (incluindo informações sobre as ligações das hastes de potencial e de retorno de corrente), laudo e parecer técnico. Também fazem parte integrante do laudo a ART ou RRT e o certificado de calibração do instrumento.

6. CUBÍCULOS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- a. Anotação das especificações técnicas;
- b. Limpar com aspirador e passar pano úmido;
- c. Vistoriar os isoladores e buchas de passagem, bem como limpar a sujeira com pano umedecido em álcool isopropílico ou solventes recomendados pelos fabricantes;
- d. Verificar as condições dos dispositivos de manobra;
- e. Seccionadora AT: examinar articulações, alinhamento dos contatos, pinos e travas, lubrificar partes móveis, revisar a conexão de aterramento e medir a resistência de isolamento, verificar e anotar a pressão do gás, caso a seccionadora seja isolada a SF6;
- f. Verificar pontos de corrosão;
- g. Averiguar a integridade dos para-raios poliméricos (corpo, disparador e terminais) e medir a resistência de isolamento;
- h. Verificar a integridade das muflas, realizar limpeza
- i. Medir e anotar resistência de isolamento e reapertar as conexões;
- j. Verificação do ajuste de aperto das conexões elétricas;
- k. Inspeção termográfica nas conexões, antes e após as intervenções.

7. DISJUNTOR DE MÉDIA TENSÃO:

- a. Anotação das especificações técnicas;
- b. Limpeza e inspeção visual;
- c. Efetuar a leitura de corrente, frequência e tensão no relé de proteção de média tensão;
- d. Verificar a existência de vibração, ruído ou centelha nas conexões;
- e. Medir e anotar a resistência de isolamento entre os contatos e resistência de contato;
- f. Verificar o número de operações;
- g. Verificar o estado de carregamento da mola, bem como testar o mecanismo de operação;
- h. Verificação do intertravamento elétrico;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- i. Testar operação manual e automática;
- j. Verificar e anotar registrar o funcionamento de relé e os flag de eventos. Se os flags persistirem ao resetar o relé, corrigir as falhas e anotar no prontuário da subestação;
- k. Verificar os sinaleiros e as botoeiras de alarmes no painel;
- l. Testar o circuito estabilizado de alimentação do relé de proteção;
- m. Verificar os status dos sinaleiros no painel sinótico;
- n. Verificar as conexões e os componentes elétricos do painel de controle;
- o. Verificar pontos de oxidação;
- p. Fazer inspeção termográfica das conexões, TCs, TPs e do corpo do disjuntor, antes e após as intervenções.

8. QUADROS E QGBT:

- a. Anotação das especificações técnicas;
- b. Efetuar a leitura de tensão, corrente e frequência;
- c. Aspirar as partes internas;
- d. Verificar as condições dos dispositivos de manobra;
- e. Reaperto das conexões e bornes;
- f. Verificar existência de corrosão;
- g. Verificar sinalização e identificação dos circuitos;
- h. Testar os dispositivos de proteção (disjuntores e fusíveis);
- i. Realizar inspeção termográfica e anexar imagens registradas em relatório, antes e após as intervenções;

9. BANCO DE CAPACITORES:

- a. Anotação das especificações técnicas;
- b. Vistoriar o corpo do componente em busca de deformações, pontos de oxidação e partes queimadas ou mudança de cor;
- c. Aspirar o armário;
- d. Verificar o funcionamento do controlador;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- e. Medir a capacitância dos elementos;
- f. Efetuar reaperto das conexões;
- g. Verificar atuação dos dispositivos de proteção;
- h. Verificar o funcionamento adequado dos contadores;
- i. Verificar a ventilação;
- j. Realizar inspeção termográfica, antes e após as intervenções;
- k. Medir as tensões e correntes;
- l. Verificar status do controlador de fator de potência e histórico de eventos caso esteja disponível.

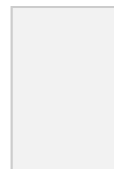
4.1.5. Cada instalação tem a sua peculiaridade, assim, a listagem descrita não é exaustiva, de forma que não exclui qualquer outra atividade que se mostre necessária incluir no plano de manutenção para o adequado funcionamento/operação das subestações.

4.1.6. A CONTRATADA deverá consultar os manuais dos fabricantes para adicionar procedimentos que se fizerem necessários, que não constem na lista de serviços de manutenção preventiva deste Apenso, e estejam previstos nos manuais dos fabricantes dos equipamentos, também deverão ser realizados e registrados.

4.1.7. Caso alguma atividade não possa ser executada, a CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO o motivo do descumprimento da obrigação contratual a fim de não incorrer em penalidade.

4.1.8. Havendo necessidade de maior prazo para a execução do serviço, a CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, justificando e propondo novo prazo, o qual será submetido à FISCALIZAÇÃO para análise e aprovação.

4.1.9. Na ocorrência de problemas, defeitos ou danos aos equipamentos, a CONTRATADA deverá eliminar a sua causa e restabelecer as condições normais de funcionamento. A depender da dificuldade e gravidade da situação, a correção poderá ser programada para momento oportuno. Devendo tal situação ser comunicada à FISCALIZAÇÃO contratual, para análise e deliberação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

4.1.10. A CONTRATADA cumprirá o cronograma de manutenção preventiva anual proposto pela mesma e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

4.1.11. Ao final do serviços, deverá ser apresentado relatório fotográfico de manutenção preventiva anual realizada, contendo no mínimo:

- a. Objetivo;
- b. Normas Aplicáveis;
- c. Localização e Características da Subestação
- d. Resumo das Atividades Realizadas (com registros fotográficos);
- e. Ensaio Elétricos (com registros fotográficos e tabelas demonstrativas);
- f. Considerações Finais;
- g. Conclusão;
- h. Data, assinatura do responsável técnico e número da ART vinculada.

4.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA

4.2.1. As manutenções corretivas nas Subestações em Poste e Abridadas, Redes de distribuição, Quadros Gerais de Baixa Tensão (QGBT) e as Cabines de Proteção deverão ocorrer sempre que houver a falha operacional do sistema, sendo para tal considerado uma atividade eventual, sendo efetivada somente com abertura de Ordem de Serviço para tal tarefa. É o conjunto de serviços mobilizados após a ocorrência de defeito no funcionamento de instalações, equipamentos e sistemas, ocasionado por falha, tem por objetivo restabelecer o equipamento às condições normais de funcionamento, eliminando o defeito mediante a execução de regulagens/configurações ou substituição de peças/equipamentos.

4.2.2. As manutenções corretivas deverão ser iniciadas o quanto antes a fim de remediar danos adicionais e prejuízos às atividades jurisdicionais. Os prejuízos decorrentes de falhas nas manutenções preventivas ou corretivas inadequadas poderão ser imputados à CONTRATADA após regular processo administrativo.

4.2.3. O atendimento deverá ser realizado on site nas dependências do TRT da 8ª Região, exceto caso precise recolher equipamentos ou materiais para ensaios em laboratório;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 4.2.4.** Os serviços de manutenção corretiva serão realizados, a qualquer tempo, sempre que o TRIBUNAL abrir um chamado, via OS, para a empresa CONTRATADA ou quando se detectar a necessidade durante a execução da manutenção preventiva anual, o qual deverá ser relatada a necessidade à fiscalização e oficializada em relatório de manutenção preventiva anual.
- 4.2.5.** Ao final do serviços de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá ser apresentado relatório fotográfico, contendo no mínimo com a descrição de todos os serviços executados e de todos os componentes substituídos ou reparados a fim de instruir os trâmites de pagamento mensal. O relatório fotográfico de manutenção corretiva realizada, contendo no mínimo:
1. Objetivo;
 2. Normas Aplicáveis;
 3. Localização e Características da Subestação;
 4. Resumo das Atividades Realizadas e Materiais Utilizados (com registros fotográficos);
 5. Ensaios Elétricos (com registros fotográficos e tabelas demonstrativas);
 6. Considerações Finais;
 7. Conclusão.
 8. Data, assinatura do responsável técnico e número da ART vinculada.
- 4.2.6.** A mão de obra envolvida no atendimento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nas Subestações de Energia Abrigadas e em Poste, Redes de distribuição, Cabines de Proteção e QGBT's, Banco de Capacitores, incluindo instrumentos, as trocas de peças, materiais e/ou equipamentos, ficarão a cargo da CONTRATADA.
- 4.2.7.** A verificação da necessidade de substituição, nas subestações, desses equipamentos e/ou materiais, que não se encontrem relacionados na planilha orçamentária, dar-se-á através da abertura de Ordem de Serviço de manutenção corretiva, na qual o Engenheiro responsável técnico da CONTRATADA apresentará as justificativas da necessidade do serviço ao fiscal do contrato. O processo de substituição dos equipamentos e/ou materiais danificados, que for autorizado pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

Fiscal do contrato, ficará sob supervisão do Engenheiro Eletricista responsável técnico da CONTRATADA, que encaminhará ao fiscal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, um relatório acompanhado de fotografias demonstrando a execução dos serviços.

4.3. DAS PEÇAS DE REPOSIÇÃO

4.3.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todas as peças necessárias para o bom funcionamento dos equipamentos.

4.3.2. Quando houver necessidade de serviços e/ou substituição de peças ou materiais excepcionais, não contemplados na Planilha de Equipamentos e Peças, a CONTRATADA deverá encaminhar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da detecção da falha do equipamento, o laudo técnico do problema, que deverá conter, no mínimo, os itens abaixo:

- a. as causas possíveis da falha (humanas, de operação automática, etc.);
- b. o tempo em que o equipamento ficou indisponível em virtude da falha;
- c. os danos ocorridos;
- d. prazo e serviços necessários ao completo reparo;
- e. a quantidade e especificação das peças necessárias para reparar o equipamento;
- f. boas práticas de operação e manutenções preventivas para se evitar a ocorrência da falha;
- g. orçamento da peça, componente ou serviço excepcional não contemplados na Planilha de Equipamentos e Peças, constante do ANEXO-I deste Termo de Referência.
- h. Laudo técnico que deverá ser assinado pelo responsável técnico da empresa de manutenção das Subestações/Cubículos de medição, com as seguintes informações: nome, registro CREA, assinatura, data e local.

4.3.3. A CONTRATADA deverá apresentar relatório com o histórico das peças substituídas.

4.3.4. A CONTRATADA deverá manter em estoque o quantitativo necessário das peças



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

essenciais e comumente utilizadas na manutenção corretiva, para assegurar o célere restabelecimento do sistema.

4.3.5. No caso de necessidade de instalação de novos equipamentos ou de reinstalação em local diferente do que hoje se encontram instalados, as substituições/complementações de peças, serão executadas pela CONTRATADA, mediante autorização expressa do CONTRATANTE, precedida de aprovação do orçamento correspondente.

4.4. IMPLANTAÇÃO DA NR-10

4.4.1. A CONTRATADA deverá adequar as subestações às exigências da NR 10, implementando medidas de controle e mitigação de riscos à saúde dos empregados.

4.4.2. Constituir prontuário das instalações elétricas com os seguintes documentos, no mínimo:

1. Conjunto de instruções/procedimentos técnicas e administrativas de segurança e saúde, tais como: procedimentos de desenergização e religamento, alerta de riscos existentes, etc;
2. Cópia do diagrama unifilar, plantas da instalação e manuais dos equipamentos;
3. Catalogar todos os equipamentos e as suas características;
4. Especificação dos EPIs, EPCs e ferramental aplicáveis à manutenção;
5. Resultados dos testes de isolamento elétrica realizados em equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC);
6. Laudo das condições do SPDA e aterramento elétrico;
7. Certificação dos equipamentos e materiais elétricos em áreas classificadas;
8. Documentação comprobatória da qualificação, habilitação, capacitação, autorização dos trabalhadores e dos treinamentos realizados;
9. Plano de ação para adequação das não conformidades;
10. Relatório técnico das inspeções atualizadas com recomendações e cronogramas de adequações.

4.4.3. A CONTRATADA deverá atualizar e digitalizar os projetos de acordo com o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

existente em software autocad ou revit.

- 4.4.4.** Nas subestações abrigadas, a CONTRATADA deverá fixar um quadro (painel) transparente tipo sanduíche com o diagrama unifilar da subestação, procedimentos para desenergização e energização da subestação tudo em formato A1 e um armário de parede com as chaves de manobra, ferramentas e EPIs em local de fácil visualização e acesso.
- 4.4.5.** Os referidos documentos constantes em painel fixado nas subestações, deverão ser atualizados anualmente.
- 4.4.6.** O prontuário deverá ser fixado em local de fácil acesso para os técnicos.
- 4.4.7.** Cada quadro deverá ter seus disjuntores identificados com etiquetas acrílicas e o diagrama trifilar fixado na face interna da porta.
- 4.4.8.** O custo dos materiais de pequena monta adquiridos para adequação das instalações (prontuários com os documentos, porta folhas, etiquetas e itens de pequena monta) ficarão a cargo da CONTRATADA, entendimento que se estende à mão de obra utilizada na implantação.
- 4.4.9.** Após a implantação, a CONTRATADA deverá manter as instalações em conformidade com a NR 10, até a extinção da vigência do contrato.
- 4.4.10.** Ao final dos serviços de Manutenção Preventiva ou Corretiva, a CONTRATADA deverá atualizar o prontuário da instalação com as tarefas executadas, ocorrências, providências, irregularidades detectadas, devidamente assinado pelos técnicos responsáveis pela manutenção.

5. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Só serão aceitos pela FISCALIZAÇÃO, serviços que utilizem os materiais com qualidade no mínimo semelhante aos usados no projeto original, cujas especificações são listadas à seguir:

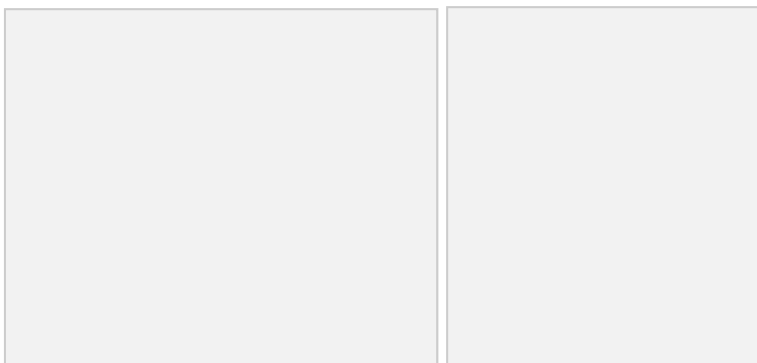
5.1. CHAVE SECCIONADORA TRIPOLAR 15 KV - 400A, COM PORTA FUSIVEL HH INCORPORADO

- Chave Seccionadora de média tensão, uso interno, tripolar, com abertura simultânea nas 03 fases, com base para fusíveis e operação sob carga.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- Contatos principais móveis tipo dupla faca, contatos fixos dispostos de forma a suportar esforços eletromecânicos resultantes das correntes de curto circuito.
- Atenda a Norma técnica: NBR IEC 62271-102
- Características:
 - Tensão nominal: 15kV;
 - Corrente nominal: 400A;
 - Tipo de fusível: HH (alta potência) de Dimensões: 45x325mm;
 - Punho de manobra com bloqueio Kirk.
 - Material:
 - Base: Polímero
 - Contatos: Cobre eletrolítico



5.2. FUSÍVEL HH PARA 40A/15KV

a. Características:

- Corrente nominal: 40A;
- Tensão nominal: 15kV;
- Tipo de fusível: HH (alta potência);
- Material:
 - Corpo: porcelana
 - Elemento fusível: Prata.
- Dimensões: 45x325mm
- Atenda a Norma técnica: ABNT NBR 7282

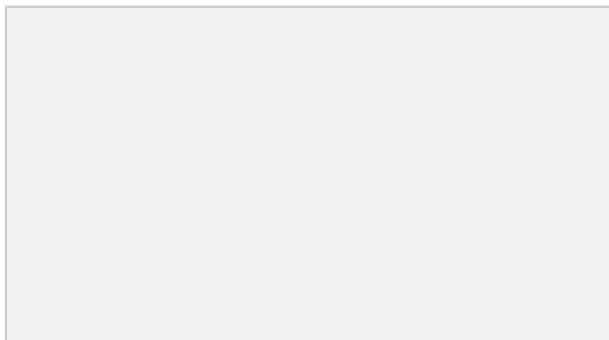


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



5.3. ISOLADOR SUPORTE PEDESTAL DE EPÓXI COM GUIA BARRA 15KV

- Tensão nominal de 15 kV;
- Material: resina epóxi;
- Atenda a Norma técnica: IEC-660.

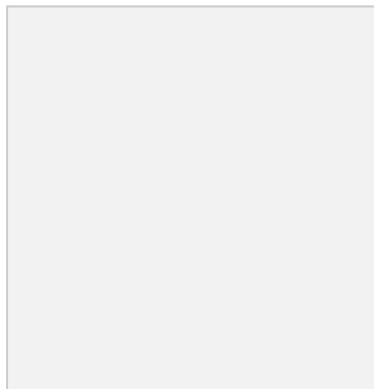


5.4. LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA C/ DOIS PROJETORES LED ALIMENTAÇÃO 127/220 DE 12V/55 AUTONOMIA DE 3 HORAS

- Tipo de lâmpada: LED;
- Número de cabeças de projetor: 2;
- Tensão de alimentação: 127/220V;
- Tensão da bateria: 12V;
- Capacidade da bateria: 55Ah;
- Autonomia: 3 horas
- Atenda a Norma técnica: ABNT NBR 10898.

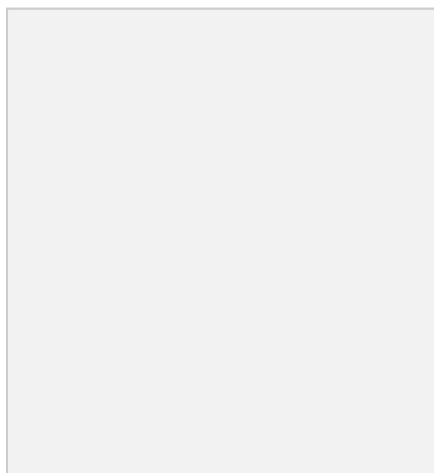


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



5.5. MUFLA PARA CABO 25/120MM² - 12/20 KV - INTERNO/EXTERNO.

- Tensão nominal: 12/20 kV;
- Seção transversal do cabo: 25/120mm²;
- Uso: interno/externo;
- Material do corpo: porcelana ou material polimérico;
- Selante: à base de borracha ou epóxi;
- Acessórios: terminais, conectores, luvas isolantes, etc.
- Atenda a Norma técnica: ABNT NBR 9314.



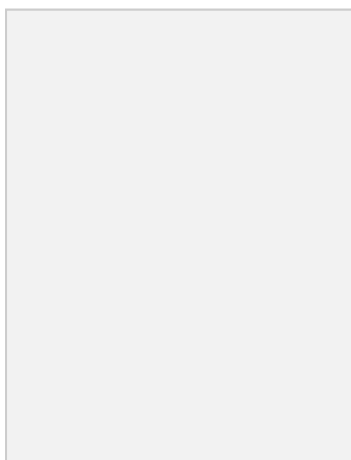
5.6. PARA-RAIOS DE DISTRIBUIÇÃO, TENSÃO NOMINAL 15 KV, CORRENTE NOMINAL DE DESCARGA 10 KA

- Tensão nominal: 15 kV;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- Corrente nominal de descarga: 10 kA
- Material:
 - Óxido de zinco polimérico.
 - Cobertura isolante (invólucro) polimérica, em geral fabricada em borracha de silicone.
- Atenda a Norma técnica: ABNT NBR 5419 e 16050.

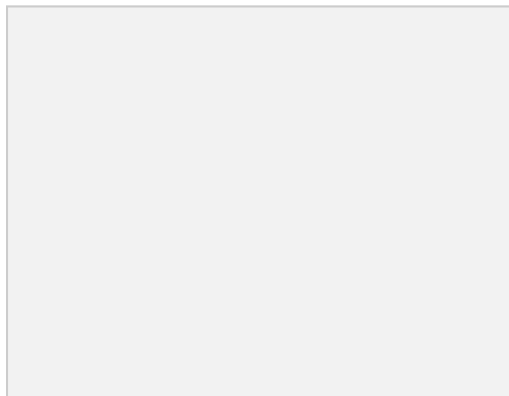


5.7. PLACA DE SINALIZAÇÃO DE PERIGO DE MORTE - ALTA TENSÃO -
DIMENSÕES 470X340MM

- Tamanho: 470mm de largura x 340mm de altura;
- Ter dimensões adequadas para alta visibilidade e legibilidade à distância segura.
- Material: Resistente à intempérie e à degradação (chuva, sol, vento);
- Opções comuns: Chapa de aço galvanizada; PVC rígido; Policarbonato; Alumínio; Vinil adesivo em placa rígida.

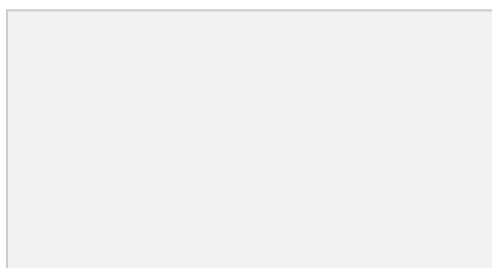


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



5.8. PROLONGADOR PARA CHAVE SECCIONADORA 1000 MM COM MANCAL CURTO/LONGO

- Comprimento: 1000mm (1 metro);
- Material:
 - Haste de fibra de vidro isolante, Mancal de alumínio ou aço, Garras de aço inoxidável;
- Tipos de mancal:
 - Curto: Ideal para espaços confinados,
 - Longo: Maior alcance para acionamento em locais de difícil acesso
- Atenda a Norma técnica: NBR IEC 62271-102



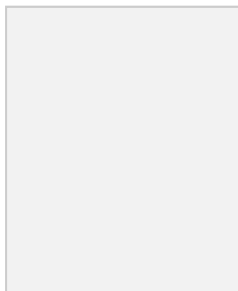
5.9. TRANSFORMADOR DE CORRENTE RELAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO 250-5A, TIPO SECO, CLASSE DE TENSÃO 15KV

- O transformador é encapsulado em material isolante epóxi;
- Classe de Tensão (U_{max}): 15 kV;
- Relação de transformação: 250A (primária) / 5A (secundária);
- Tipo seco: Resfriado por ar, ideal para uso interno em ambientes secos;
- Exatidão: 0,3C12,5;
- Frequência nominal: 60Hz;



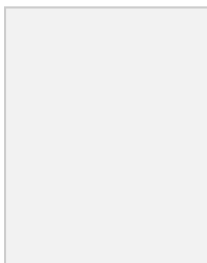
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- Atenda a Norma técnica: ABNT NBR 6856.



5.10. TRANSFORMADOR DE POTENCIAL A SECO 15 KV - 220 V - 1000 VA

- O transformador é encapsulado em material isolante epóxi;
- Classe de Tensão (U_{max}): 15 kV;
- Tensão Secundária: 127/220 V;
- Tipo seco: Resfriado por ar, ideal para uso interno em ambientes secos;
- Potência térmica: 1000 VA;
- Exatidão: 0,3P75;
- Frequência nominal: 60Hz;
- Atenda a Norma técnica: ABNT NBR 6855.



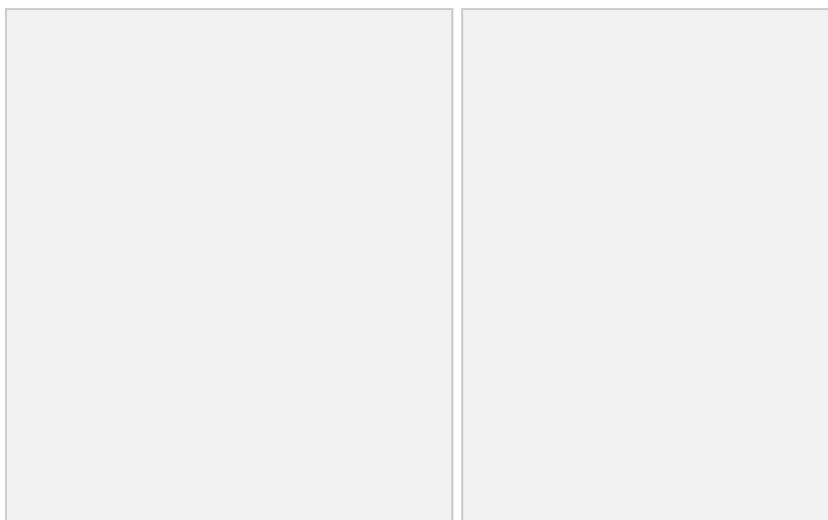
5.11. TRANSFORMADOR TRIFÁSICO DE DISTRIBUIÇÃO, POTÊNCIA DE 150 KVA, TENSÃO NOMINAL DE 15 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA DE 220/127V, EM ÓLEO ISOLANTE TIPO MINERAL

- Tipo: Transformador de distribuição trifásico
- Potência nominal: 150 kVA



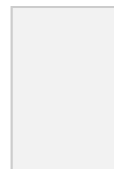
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- Tensão nominal primária: 15 kV
- Tensão nominal secundária: 220/127 V
- Tipo de óleo isolante: A
- Frequência: 60 Hz
- Ligação: Dyn1
- Conexões: Bornes ou cabos
- Montagem: Em poste
- Atenda a Norma técnica: ABNT NBR 5440.

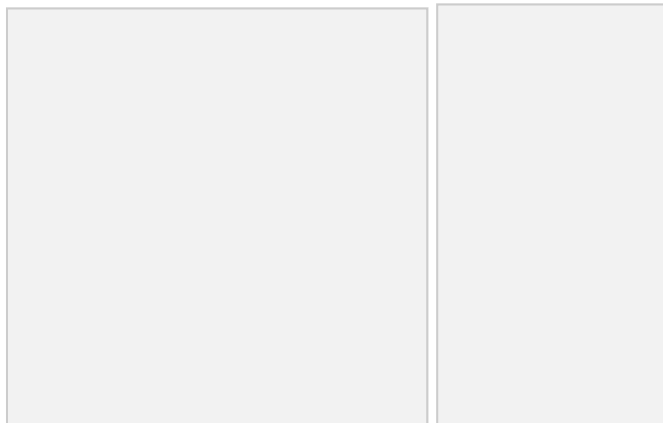


5.12. CHAPA EM POLICARBONATO, COR CRISTAL-INCOLOR 3MM 2,0X3,0M

- Policarbonato; Cor: Cristal-incolor (transparente);
- Espessura: 3mm;
- Dimensões: 2,0m de largura x 3,0m de comprimento;
- Propriedades: Resistência a impactos (200 vezes mais resistente que o vidro), Resistência a intempéries (raios UV, chuva, granizo), Leveza (menos da metade do peso do vidro), Flexibilidade (fácil de moldar), Facilidade de instalação (pode ser cortado, serrado e perfurado), Segurança (não estilhaça) e Durabilidade (vida útil estimada de 10 anos).
- Atenda a Norma técnica: ABNT NBR NBR 5410.

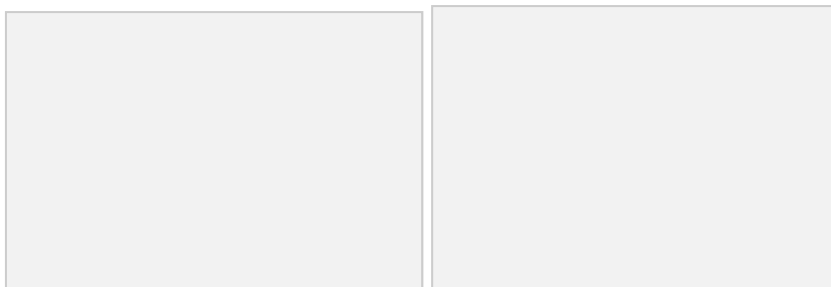


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



5.13. ESTRADO (TAPETE) DE BORRACHA ISOLANTE 15 KV - DIMENSÕES 1.000X1.000X25MM

- Material: Borracha natural ou sintética;
- Tensão nominal: 15 kV;
- Classe 2 - 20 kV;
- Dimensões: 1.000mm (comprimento) x 1.000mm (largura) x 25mm (espessura);
- Outras características: isolante elétrico, térmico, acústico, absorção de impactos, impermeável e antiderrapante
- Atenda a Norma técnica: ABNT NBR 14039.



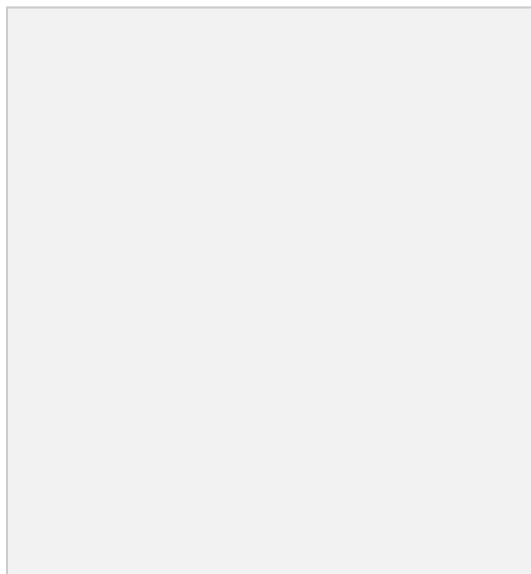
5.14. TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 13,8 / 13,2 / 12,6 KV - 220/127V 300, 500, 750 ou 1000 kVA - A SECO

- Tensão nominal primária: 13,8 kV
- Tensão secundária: 220/127 V (ligação estrela com neutro);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- Potência nominal: 300, 500, 750 ou 1000 kVA (a depender da localidade);
- Frequência nominal: 60 Hz;
- Classe de isolamento: F (155°C);
- Nível de ruído: < 72 dB;
- Tipo de resfriamento: A seco (resfriado por ar);
- Material do núcleo: Aço silício;
- Material do enrolamento: Cobre;
- Acessórios: Rodízios para movimentação, olhais de içamento, terminais para conexão de aterramento, relés de controle de temperatura.
- Atenda a Norma técnica: ABNT NBR 5356

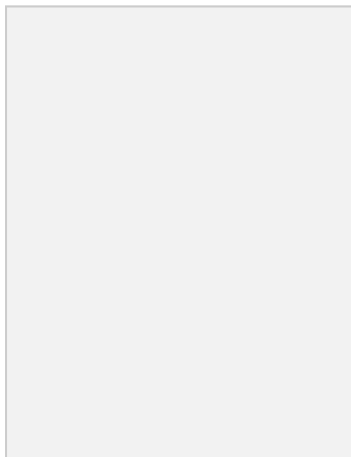


5.15. CHAVE FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 15KV

- Tensão nominal: 15kV;
- Corrente nominal da base: 300A;
- Tipo: C
- Material: Isolador da base em polímero.

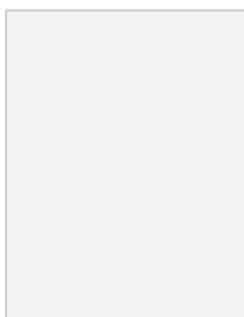


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

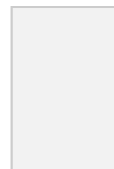


5.16. ELO FUSÍVEL DE ATÉ 6K (CONSULTAR NT 002)

- Corrente nominal: até 6A;
- Curva de atuação K;
- Tensão nominal: 13,8 kV;
- Material: liga de cobre e cordoalhas em cobre eletrolítico;
- Forma: Cilíndrica e Retangular;
- Atenda a Norma técnica: ABNT NBR 7282, Norma Técnica – NT 002 (consultar);

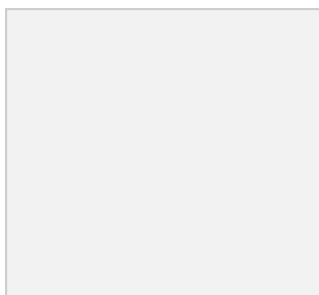


5.17. FORNECIMENTO DE CAIXA PARA EPI, PARA OPERAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE MÉDIA TENSÃO, CONTENDO UM PAR DE LUVAS DE TENSÃO DE TRABALHO DE 17000V, UM PAR DE LUVAS DE TENSÃO DE TRABALHO DE 500V E UM PAR DE LUVA DE COBERTURA EM VAQUETA, COM TIRA DE REFORÇO.

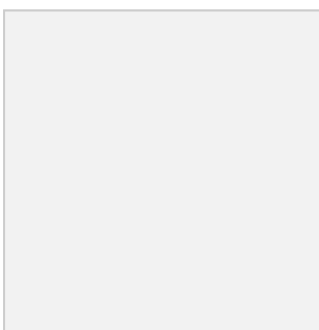


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 1 par de luvas de alta tensão (17.000 V):
 - Luva de segurança isolante de borracha
 - Classe 2, para alta tensão;
 - Tipo II;
 - Confeccionada em borracha na cor preta;
 - Tensão de ensaio: 20KV.
 - Tensão máxima de uso: 17KV.
 - Ensaios: De acordo com a norma ABNT NBR 16295.



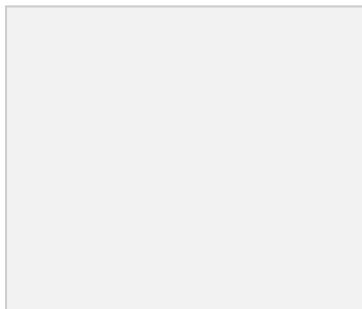
- 1 par de luvas de baixa tensão (500 V):
 - Luva de segurança isolante de borracha;
 - Classe 00;
 - Tipo II;
 - Confeccionada em borracha na cor preta;
 - Tensão de ensaio: 2,5KV;
 - Tensão máxima de uso: 0,5KV;
 - Ensaios: De acordo com a norma ABNT NBR 16295.



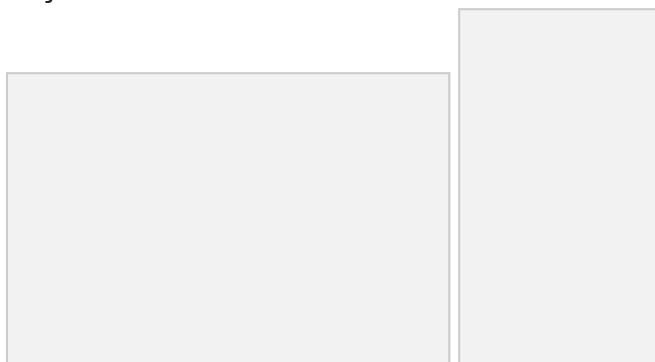
- 1 par de luva de sobreposição para luva isolante em couro de vaqueta:
 - Material: Couro vaqueta;
 - Comprimento: Aproximadamente 15 cm
 - Reforço: Tira de couro na palma da mão
 - Costuras: Reforçadas com fio de nylon.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS



- Porta Luvas de Madeira com Tampa:
 - Material: madeira;
 - Resistente a impactos e intempéries,
 - Dimensões aprox.: 480 x 220 x 180mm (C x L x A);
 - Fechamento: Porta com dobradiça;
 - Identificação: Placa com a descrição dos EPIs e Símbolos de segurança.



6. EMPREGO DE MATERIAIS

6.1. CONSIDERAÇÕES

- 6.1.1.** O emprego de qualquer material estará sujeito à aprovação da FISCALIZAÇÃO, que decidirá a utilização dos mesmos, face às normas da ABNT e a compatibilidade com o projeto e especificações técnicas.
- 6.1.2.** Todos os materiais e as peças utilizados deverão ser novos, de 1ª qualidade, não danificados e livres de falhas e vícios, fabricados e ensaiados conforme normas brasileiras ou, na falta destas, conforme normas internacionais, e, quando for o caso, certificados pelo INMETRO. Não serão aceitos materiais de consumo e peças reconcondicionadas e usadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 6.1.3.** Se as circunstâncias ou condições locais tornarem, de algum modo, aconselhável a substituição de alguns dos materiais especificados por outros equivalentes, esta só poderá ser efetuada mediante autorização, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.
- 6.1.4.** Todos os materiais e equipamentos especificados com marcas, modelo e tipos nas especificações deste documento, seus anexos e proposta vencedora poderão ser substituídos por outros similares ou superiores propostos pela CONTRATADA, desde que sejam previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.
- 6.1.5.** Os insumos utilizados pela contratada na execução dos serviços deverão ser de primeira linha e manter o padrão existente nas edificações, devendo as amostras serem submetidas à aprovação da FISCALIZAÇÃO antes de seu emprego.

7. EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA

7.1. CONSIDERAÇÕES

- 7.1.1.** Só será permitida a execução de serviços por empregados com documentação mínima comprobatória de ter recebido treinamento sobre segurança em instalações e serviços em eletricidade, com certificado NR 10 básico e SEP, dentro da validade.
- 7.1.2.** Não serão aceitos certificados emitidos pela própria empresa CONTRATADA, filiais ou empresas parceiras, caso não estejam aptas a emití-los. Nesta situação a documentação será considerada inválida.
- 7.1.3.** Todos os serviços só poderão ser executados por no mínimo 2 (dois) empregados autorizados, com pelo menos um deles legalmente habilitado, bem como formalmente apresentados com antecedência à FISCALIZAÇÃO, os que não obedecerem a esta condição ficam impedidos de frequentar as dependências do TRT 8ª Região e proximidades das áreas de manutenção.
- 7.1.4.** É obrigatório a implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), ambos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

a serem submetidos à FISCALIZAÇÃO. Tais despesas serão custeadas pela CONTRATADA, por se considerar itens obrigatórios de apresentação, consoante as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência.

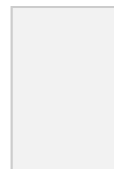
8. FISCALIZAÇÃO

8.1. CONSIDERAÇÕES

- 8.1.1.** Cabe ao Fiscal do TRT da 8ª Região, verificar o andamento dos serviços contratados obedecendo rigorosamente os prazos especificados no cronograma físico-financeiro, os projetos executivos e as respectivas especificações.
- 8.1.2.** Serão impugnados todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.
- 8.1.3.** A CONTRATADA deverá manter permanentemente no local da instalação um preposto que, na ausência do Responsável Técnico, será seu representante. Somente essas pessoas serão consideradas habilitadas a tratar com a FISCALIZAÇÃO.
- 8.1.4.** Os membros e representantes da FISCALIZAÇÃO e todos aqueles por ela autorizados terão livre acesso ao local de instalação e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e ou fabricados materiais e equipamentos relativos ao objeto deste Memorial Descritivo, ainda que nas dependências da CONTRATADA.
- 8.1.5.** A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, ou de seus subempreiteiros, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

9. DISCREPÂNCIAS, PRIORIDADES, INTERPRETAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Para efeito de interpretação de divergência entre documentos contratuais, fica estabelecido que:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- a. Em caso de divergência entre as especificações e os desenhos do projeto arquitetônico, prevalecerá sempre o segundo;
- b. Em caso de divergência entre as especificações e os desenhos dos projetos de Instalações e estruturais, prevalecerão sempre estes últimos;
- c. Em caso de divergência entre as cotas existentes no local e a dos desenhos e suas dimensões, medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras;
- d. Em caso de divergência entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala;
- e. Em caso de divergência entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes;
- f. Em caso de divergência entre as especificações e os itens da planilha orçamentária prevalecerá esta última.

10. SERVIÇOS GERAIS

10.1. TRANSPORTE DOS FUNCIONÁRIOS

A CONTRATADA deverá fornecer durante o período dos serviços transporte a todos os funcionários.

10.2. ALIMENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

A CONTRATADA deverá fornecer durante o período dos serviços alimentação a todos os funcionários.

10.3. FERRAMENTAS

- 10.3.1.** A CONTRATADA obriga-se a empregar todos os equipamentos e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços. Para a sua utilização, deverão ser observadas todas as recomendações com relação a “Segurança do Trabalho” contidas nas normas do Ministério do Trabalho, devendo ser considerado tal custo na proposta orçamentária;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

- 10.3.2.** A CONTRATADA deverá verificar periodicamente as condições de uso dos diversos equipamentos e ferramentas, não se admitindo alegações de atraso do cumprimento de etapas em função do mau funcionamento de quaisquer ferramentas.
- 10.3.3.** Caso seja necessário o uso de algum equipamento que não seja de propriedade da CONTRATADA, esta será obrigada a providenciá-lo imediatamente, visando não promover atraso na execução dos serviços.
- 10.3.4.** Os equipamentos e ferramentas serão empregados de acordo com as necessidades dos serviços e deverão ser operados por profissionais especializados, para evitar acidentes.

10.4. MATERIAIS DE PRIMEIROS SOCORROS

Visando um eventual atendimento emergencial de primeiros socorros, a CONTRATADA deverá possuir kit com medicamentos, tais como: ataduras, gazes hidrófilas, fita microporosa hipoalérgica para curativos, soro fisiológico, álcool iodado, algodão, mercúrio cromo, elixir paregórico, pomadas cicatrizantes, e demais medicamentos básicos para qualquer tipo de atendimento de emergência médica na obra, devendo ser considerado tal custo na proposta orçamentária.

10.5. EPI's

- 10.5.1.** Os serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva devem ser realizados em estrita concordância com a NR-10, principalmente no tocante à desenergização, seccionamento, impedimento de reenergização, constatação de ausência de tensão e aterramento temporário. Por tal razão, cabe à CONTRATADA disponibilizar aos seus colaboradores Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), demais equipamentos e materiais necessários tais como cadeados, vara de manobra, detector de alta tensão, luva isolantes para média tensão, capacete para eletricista com proteção facial, vestimenta com proteção contra arco elétrico, escadas, conjunto de aterramento,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

câmera termográfica, megômetro (Megger), terrômetro, dentre outros.

- 10.5.2.** Os EPIs e EPCs, deverão ser apropriados a cada caso, de acordo com as Normas e Portarias do Ministério do Trabalho e Previdência, visando a melhor segurança do operário, bem como o uso de uniforme personalizado com identificação da CONTRATADA para os trabalhadores relacionados para a obra.
- 10.5.3.** Serão de responsabilidade da CONTRATADA a utilização, treinamento e divulgação dos equipamentos de proteção individual (EPI) em todas as atividades, conforme a necessidade da tarefa, e por todo o pessoal ligado ao canteiro de obras, inclusive aos terceirizados, devendo ser considerado tal custo na proposta orçamentária.
- 10.5.4.** Todos os operários da CONTRATADA deverão estar com EPIs (botas, cintos de segurança, óculos, luvas, capacetes, roupa anti-chama, etc).

10.6. DANOS MATERIAIS

No caso em que a CONTRATADA venha, como resultado das suas operações, danificar áreas dentro do imóvel ou contíguas a ele, deverá recuperá-los às suas expensas, deixando-os em conformidade com o seu estado original.

10.7. TRABALHOS EM ALTURA

Antes do início dos serviços a Contratada deverá apresentar os certificados de treinamento em altura, conforme preconiza a NR-35 (trabalho em altura) e de forma complementar, a apresentação da Análise Preliminar de Risco - APR, necessários ao correto desenvolvimento dos trabalhos, devendo ser considerado tal custo na proposta orçamentária.

Belém-PA, 26 de maio de 2025.

[MATIAS RIBEIRO MAXIMO DE LAVOR](#)

Analista Judiciário - Engº Eletricista - DIOPE

APENSO IV - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

Obra	Bancos	B.D.I.	Encargos Sociais
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SUBESTAÇÕES COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS (SEM DESONERAÇÃO)	SINAPI - 09/2025 - Pará SBC - 10/2025 - Pará ORSE - 08/2025 - Sergipe SETOP - 07/2025 - Minas Gerais SIURB - 01/2025 - São Paulo CPOS/CDHU - 09/2025 - São Paulo FDE - 07/2025 - São Paulo AGETOP CIVIL - 06/2025 - Goiás	27,96%	Não Desonerado: Horista: 118,23% Mensalista: 71,76%

HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA
25/05/2026 13:41

TIAGO ALENCAR SILVA
25/05/2026 13:44

Orçamento Sintético								
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS 8 (OITO) SUBESTAÇÕES EM USO PELO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, LOCALIZADAS NOS ESTADOS DO PARÁ E DO AMAPÁ, ATENDIDAS EM 13,8 KV, DO TIPO ABRIGADAS E AÉREAS, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS, MÃO DE OBRA, MATERIAIS E DEMAIS INSUMOS.		1		140.713,93	140.713,93
1.1			SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA		1		83.482,09	83.482,09
1.1.1			SERVIÇOS PRELIMINARES		1		1.934,99	1.934,99
1.1.1.1	IN613	Próprio	TAXA DE EMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - EXERCÍCIO 2025 (ACIMA DE R\$ 15.000,01)	und	1	271,47	347,37	347,37
1.1.1.2	EST 639	Próprio	ELABORAÇÃO/APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE SERVIÇOS	und	1	1.240,72	1.587,62	1.587,62
1.1.2			MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SUBESTAÇÃO EDIFÍCIO SEDE - 1750 KVA - ABRIGADA		1		7.440,64	7.440,64
1.1.2.1	EST 640	Próprio	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL EM SUBESTAÇÃO ABRIGADA QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - TRT8 - BELÉM - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	und	1	3.372,68	4.315,68	4.315,68
1.1.2.2	EST 643	Próprio	LAUDO DE SPDA E ATERRAMENTO DO PRÉDIO COM EMISSÃO DO RELATÓRIO	und	1	2.442,14	3.124,96	3.124,96
1.1.3			MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SUBESTAÇÃO ANEXO IV - 500 KVA - ABRIGADA		1		7.440,64	7.440,64
1.1.3.1	EST 640	Próprio	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL EM SUBESTAÇÃO ABRIGADA QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - TRT8 - BELÉM - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	und	1	3.372,68	4.315,68	4.315,68
1.1.3.2	EST 643	Próprio	LAUDO DE SPDA E ATERRAMENTO DO PRÉDIO COM EMISSÃO DO RELATÓRIO	und	1	2.442,14	3.124,96	3.124,96
1.1.4			MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SUBESTAÇÃO ANEXO V - 750 KVA - ABRIGADA		1		7.440,64	7.440,64
1.1.4.1	EST 640	Próprio	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL EM SUBESTAÇÃO ABRIGADA QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - TRT8 - BELÉM - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	und	1	3.372,68	4.315,68	4.315,68
1.1.4.2	EST 643	Próprio	LAUDO DE SPDA E ATERRAMENTO DO PRÉDIO COM EMISSÃO DO RELATÓRIO	und	1	2.442,14	3.124,96	3.124,96
1.1.5			MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE ANANINDEUA - 300 KVA - ABRIGADA		1		7.567,32	7.567,32
1.1.5.1	EST 644	Próprio	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL EM SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE ANANINDEUA - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	3.471,68	4.442,36	4.442,36
1.1.5.2	EST 643	Próprio	LAUDO DE SPDA E ATERRAMENTO DO PRÉDIO COM EMISSÃO DO RELATÓRIO	und	1	2.442,14	3.124,96	3.124,96
1.1.6			MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE PARAUAPEBAS - 600 KVA - ABRIGADA		1		12.510,41	12.510,41
1.1.6.1	EST 645	Próprio	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL EM SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE PARAUAPEBAS - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	7.334,68	9.385,45	9.385,45
1.1.6.2	EST 643	Próprio	LAUDO DE SPDA E ATERRAMENTO DO PRÉDIO COM EMISSÃO DO RELATÓRIO	und	1	2.442,14	3.124,96	3.124,96
1.1.7			MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE MACAPÁ - 1000 KVA - ABRIGADA		1		13.107,34	13.107,34
1.1.7.1	EST 646	Próprio	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL EM SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE MACAPÁ - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	7.801,18	9.982,38	9.982,38
1.1.7.2	EST 643	Próprio	LAUDO DE SPDA E ATERRAMENTO DO PRÉDIO COM EMISSÃO DO RELATÓRIO	und	1	2.442,14	3.124,96	3.124,96
1.1.8			MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE MARABÁ - 150 KVA - AÉREA		1		11.445,19	11.445,19
1.1.8.1	EST 650	Próprio	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL EM SUBESTAÇÃO AÉREA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE MARABÁ - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	6.014,74	7.696,46	7.696,46
1.1.8.2	EST 643	Próprio	LAUDO DE SPDA E ATERRAMENTO DO PRÉDIO COM EMISSÃO DO RELATÓRIO	und	1	2.442,14	3.124,96	3.124,96
1.1.8.3	EST 658	Próprio	ANÁLISE DE ÓLEO DE TRANSFORMADOR DE 150 KVA COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO E PARECER DE LABORATÓRIO	un	1	487,48	623,77	623,77
1.1.9			MANUTENÇÃO PREVENTIVA - SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE SANTARÉM - 150 KVA - AÉREA		1		14.594,92	14.594,92
1.1.9.1	EST 651	Próprio	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL EM SUBESTAÇÃO AÉREA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE SANTARÉM - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	8.476,24	10.846,19	10.846,19
1.1.9.2	EST 643	Próprio	LAUDO DE SPDA E ATERRAMENTO DO PRÉDIO COM EMISSÃO DO RELATÓRIO	und	1	2.442,14	3.124,96	3.124,96
1.1.9.3	EST 658	Próprio	ANÁLISE DE ÓLEO DE TRANSFORMADOR DE 150 KVA COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO E PARECER DE LABORATÓRIO	un	1	487,48	623,77	623,77
1.2			SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (SOB DEMANDA)		1		57.231,84	57.231,84
1.2.1			SERVIÇOS TÉCNICOS ADICIONAIS (SOB DEMANDA)		1		22.392,35	22.392,35

1.2.1.1	20006018	SIURB	PARAMETRIZAÇÃO DO RELÉ DE PROTEÇÃO INDIRETA DE DISJUNTOR EM MÉDIA TENSÃO	Un	5	2.397,06	3.067,27	15.336,35
1.2.1.2	EST 652	Próprio	ATUALIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE PROJETOS EM .DWG (AUTOCAD) OU BIM-REVIT, POR SUBESTAÇÃO.	un	8	689,28	882,00	7.056,00
1.2.2			MANUTENÇÃO CORRETIVA - SUBESTAÇÃO EDIFÍCIO SEDE - 1750 KVA - ABRIGADA		1		1.967,76	1.967,76
1.2.2.1	EST 653	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - TRT8 - BELÉM - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	1.537,80	1.967,76	1.967,76
1.2.3			MANUTENÇÃO CORRETIVA - SUBESTAÇÃO ANEXO IV - 500 KVA - ABRIGADA		1		1.967,76	1.967,76
1.2.3.1	EST 653	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - TRT8 - BELÉM - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	1.537,80	1.967,76	1.967,76
1.2.4			MANUTENÇÃO CORRETIVA - SUBESTAÇÃO ANEXO V - 750 KVA - ABRIGADA		1		1.967,76	1.967,76
1.2.4.1	EST 653	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - TRT8 - BELÉM - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	1.537,80	1.967,76	1.967,76
1.2.5			MANUTENÇÃO CORRETIVA - SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE ANANINDEUA - 300 KVA - ABRIGADA		1		2.031,10	2.031,10
1.2.5.1	EST 654	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE ANANINDEUA - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	1.587,30	2.031,10	2.031,10
1.2.6			MANUTENÇÃO CORRETIVA - SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE PARAUAPEBAS - 600 KVA - ABRIGADA		1		6.047,13	6.047,13
1.2.6.1	EST 655	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE PARAUAPEBAS - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	4.725,80	6.047,13	6.047,13
1.2.7			MANUTENÇÃO CORRETIVA - SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE MACAPÁ - 1000 KVA - ABRIGADA		1		6.644,06	6.644,06
1.2.7.1	EST 656	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE MACAPÁ - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	5.192,30	6.644,06	6.644,06
1.2.8			MANUTENÇÃO CORRETIVA - SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE MARABÁ - 150 KVA - AÉREA		1		5.532,09	5.532,09
1.2.8.1	EST 648	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO AÉREA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE MARABÁ - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	4.323,30	5.532,09	5.532,09
1.2.9			MANUTENÇÃO CORRETIVA - SUBESTAÇÃO FÓRUM TRABALHISTA DE SANTARÉM - 150 KVA - AÉREA		1		8.681,83	8.681,83
1.2.9.1	EST 657	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO AÉREA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE SANTARÉM - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	un	1	6.784,80	8.681,83	8.681,83
2			AQUISIÇÃO DE PEÇAS NAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS (SOB DEMANDA)		1		150.685,21	150.685,21
2.1	11211	ORSE	Chave seccionadora tripolar 15kv - 400a, com porta fusível HH incorporado	un	2	2.349,00	2.679,26 (BDI 14,06%)	5.358,52
2.2	61029	SIURB	FUSÍVEL HH PARA 40A/15KV	Un	3	439,74	501,56 (BDI 14,06%)	1.504,68
2.3	P 19.000.0904	CPOS/CDHU	ISOLADOR SUPORTE PEDESTAL DE EPÓXI E/OU PORCELANA COM GUIA BARRA 15KV, COMPLETO - USO INTERNO	un	6	149,78	170,83 (BDI 14,06%)	1.024,98
2.4	13156	ORSE	Luminária de emergência c/ dois projetors LED alimentação 127/220 de 12v/55 autonomia de 3horas	un	5	259,80	296,32 (BDI 14,06%)	1.481,60
2.5	13756	ORSE	Mufa para cabo 25/120mm² - 12/20 kv - Interno/Externo	un	6	223,00	254,35 (BDI 14,06%)	1.526,10
2.6	045604	SBC	PARA-RAIO POLIMERICO DE DISTRIBUICAO 15KV 10KA	UN	6	278,20	317,31 (BDI 14,06%)	1.903,86
2.7	10693	ORSE	Placa de sinalização de perigo de morte - alta tensão - dimensões 470x340mm	un	20	99,60	113,60 (BDI 14,06%)	2.272,00
2.8	13571	ORSE	Prolongador para chave seccionadora 1.000mm com mancal curto/longo	un	2	115,35	131,56 (BDI 14,06%)	263,12
2.9	12391	ORSE	Transformador de corrente relação de transformação 200-5A, tipo seco, classe de tensão 15KV	un	2	1.468,80	1.675,31 (BDI 14,06%)	3.350,62
2.10	61103	SIURB	TRANSFORMADOR DE POTENCIAL A SECO 15 KV - 220 V - 1000 VA	Un	1	3.540,84	4.038,68 (BDI 14,06%)	4.038,68
2.11	00007614	SINAPI	TRANSFORMADOR TRIFASICO DE DISTRIBUICAO, POTENCIA DE 150 KVA, TENSÃO NOMINAL DE 15 KV, TENSÃO SECUNDARIA DE 220/127V, EM OLEO ISOLANTE TIPO MINERAL	UN	1	24.233,44	27.640,66 (BDI 14,06%)	27.640,66
2.12	13716	ORSE	Chapa em policarbonato, cor cristal-incolor 3mm 2,0x3,0m	m²	1	286,54	326,82 (BDI 14,06%)	326,82
2.13	13569	ORSE	Estrado (tapete) de borracha isolante 15 kv - dimensões 1.000x1.000x25mm	un	1	532,26	607,09 (BDI 14,06%)	607,09
2.14	56260	SIURB	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 13,8 / 13,2 / 12,6 KV - 220/127V 500KVA - A SECO	Un	1	84.983,85	96.932,57 (BDI 14,06%)	96.932,57
2.15	4.37.13	FDE	CHAVE FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO "DHC" 15KV CAP NOMINAL DA BASE 300 A CLASSE 2 TIPO C NBR 7282 E NBI: 95/110 KV	L	3	371,21	423,40 (BDI 14,06%)	1.270,20
2.16	3837	AGETOP CIVIL	ELO FUSÍVEL ATÉ 6 K	un	6	10,41	11,87 (BDI 14,06%)	71,22
2.17	EST 647	Próprio	FORNECIMENTO DE CAIXA PARA EPI, PARA OPERAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE MÉDIA TENSÃO, CONTENDO UM PAR DE LUVAS DE TENSÃO DE TRABALHO DE 17000V, UM PAR DE LUVAS DE TENSÃO DE TRABALHO DE 500V E UM PAR DE LUVA DE COBERTURA EM VAQUETA.	un	1	975,36	1.112,49 (BDI 14,06%)	1.112,49
Total sem BDI							242.078,05	
Total do BDI							49.321,09	
Total Geral							291.399,14	

APENSO V - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS

Composições Analíticas com Preço Unitário

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SUBESTAÇÕES COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS (SEM DESONERAÇÃO)

Bancos

SINAPI - 09/2025 - Pará
SBC - 10/2025 - Pará
ORSE - 08/2025 - Sergipe
SETOP - 07/2025 - Minas Gerais
SIURB - 01/2025 - São Paulo
CPOS/CDHU - 09/2025 - São Paulo
FDE - 07/2025 - São Paulo
AGETOP CIVIL - 06/2025 - Goiás

B.D.I.

27,96%

Encargos Sociais

Não Desonerado:
Horista: 118,23%
Mensalista: 71,76%

Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais								
1.1.1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	To
Composição	EST 639	Próprio	ELABORAÇÃO/APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE SERVIÇOS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	und	1,0000000	1.240,72	1.240,72
Composição Auxiliar	00000275	Próprio	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	8,0000000	155,09	1.240,72
					MO sem LS =>	558,67	LS =>	660,53
					Valor do BDI =>	346,90	Valor com BDI =>	1.219,20

Composição Auxiliar	EST 642	Próprio	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE (h)	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	8,0000000	40,41	323,28	
Composição Auxiliar	CO-24324	SETOP	DIÁRIA DE VIAGEM COM OU SEM PERNOITE, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO	CO-	un	9,0000000	258,00	2.322,00	
				MO sem LS =>	1.016,21	LS =>	1.201,47	MO com LS =>	2.217,68
				Valor do BDI =>	1.681,72	Valor com BDI =>			7.696,46
1.1.8.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	EST 658	Próprio	ANÁLISE DE ÓLEO DE TRANSFORMADOR DE 150 KVA COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO E PARECER DE LABORATÓRIO	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	487,48	487,48	
Insumo	IN615	Próprio	ANALISE FÍSICO-QUÍMICA COMPLETA EM FLUIDOS ISOLANTES - NBR 10576 - PARA TRANSFORMADOR A ÓLEO	Serviços	un	1,0000000	226,23	226,23	
Insumo	IN614	Próprio	ANALISE CROMATOGRAFICA GASOSA EM FLUIDOS ISOLANTES - NBR 7070-7274 - PARA TRANSFORMADOR A ÓLEO	Serviços	un	1,0000000	261,25	261,25	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	136,29	Valor com BDI =>			623,77
1.1.9.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	EST 651	Próprio	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL EM SUBESTAÇÃO AÉREA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE SANTARÉM - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	8.476,24	8.476,24	
Composição Auxiliar	EST 642	Próprio	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE (h)	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	8,0000000	40,41	323,28	
Composição Auxiliar	00000275	Próprio	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	12,0000000	155,09	1.861,08	
Composição Auxiliar	CO-27499	SETOP	DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL	CO-	km	2.340,0000000	1,25	2.925,00	
Composição Auxiliar	EST 641	Próprio	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	8,0000000	33,86	270,88	
Composição Auxiliar	CO-24324	SETOP	DIÁRIA DE VIAGEM COM OU SEM PERNOITE, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO	CO-	un	12,0000000	258,00	3.096,00	
				MO sem LS =>	1.016,21	LS =>	1.201,47	MO com LS =>	2.217,68
				Valor do BDI =>	2.369,95	Valor com BDI =>			10.846,19
1.2.1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	20006018	SIURB	PARAMETRIZAÇÃO DO RELÉ DE PROTEÇÃO INDIRETA DE DISJUNTOR EM MÊDIA TENSÃO	Edificação	Un	1,0000000	2.397,06	2.397,06	
Insumo	86084	SIURB	PARAMETRIZAÇÃO DO RELÉ DE PROTEÇÃO INDIRETA DE DISJUNTOR EM MÊDIA TENSÃO	Material	Un	1,0000000	2.397,06	2.397,06	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	670,21	Valor com BDI =>			3.067,27
1.2.1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	EST 652	Próprio	ATUALIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE PROJETOS EM .DWG (AUTOCAD) OU BIM-REVIT, POR SUBESTAÇÃO.	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	689,28	689,28	
Composição Auxiliar	90775	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	12,0000000	23,35	280,20	
Composição Auxiliar	88266	SINAPI	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	12,0000000	34,09	409,08	
				MO sem LS =>	248,93	LS =>	294,31	MO com LS =>	543,24
				Valor do BDI =>	192,72	Valor com BDI =>			882,00
1.2.2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	EST 653	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - TRT8 - BELEM - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	1.537,80	1.537,80	
Composição Auxiliar	00000275	Próprio	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	8,0000000	155,09	1.240,72	
Composição Auxiliar	EST 642	Próprio	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE (h)	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	40,41	161,64	
Composição Auxiliar	EST 641	Próprio	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	33,86	135,44	
				MO sem LS =>	647,77	LS =>	765,87	MO com LS =>	1.413,64
				Valor do BDI =>	429,96	Valor com BDI =>			1.967,76
1.2.5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	EST 654	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE ANANINDEUA - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	1.587,30	1.587,30	
Composição Auxiliar	EST 641	Próprio	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	33,86	135,44	
Composição Auxiliar	EST 642	Próprio	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE (h)	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	40,41	161,64	
Composição Auxiliar	CO-27499	SETOP	DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL	CO-	km	39,6000000	1,25	49,50	
Composição Auxiliar	00000275	Próprio	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	8,0000000	155,09	1.240,72	
				MO sem LS =>	647,77	LS =>	765,87	MO com LS =>	1.413,64
				Valor do BDI =>	443,80	Valor com BDI =>			2.031,10
1.2.6.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	EST 655	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE PARAUAPEBAS - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	4.725,80	4.725,80	
Composição Auxiliar	00000275	Próprio	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	8,0000000	155,09	1.240,72	
Composição Auxiliar	CO-27499	SETOP	DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL	CO-	km	1.312,0000000	1,25	1.640,00	
Composição Auxiliar	EST 641	Próprio	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	33,86	135,44	
Composição Auxiliar	EST 642	Próprio	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE (h)	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	40,41	161,64	
Composição Auxiliar	CO-24324	SETOP	DIÁRIA DE VIAGEM COM OU SEM PERNOITE, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO	CO-	un	6,0000000	258,00	1.548,00	
				MO sem LS =>	647,77	LS =>	765,87	MO com LS =>	1.413,64
				Valor do BDI =>	1.321,33	Valor com BDI =>			6.047,13
1.2.7.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	EST 656	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO ABRIGADA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE MACAPÁ - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	5.192,30	5.192,30	
Composição Auxiliar	CO-24324	SETOP	DIÁRIA DE VIAGEM COM OU SEM PERNOITE, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO	CO-	un	9,0000000	258,00	2.322,00	

Composição Auxiliar	EST 641	Próprio	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	33,86	135,44
Composição Auxiliar	00000275	Próprio	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	8,0000000	155,09	1.240,72
Composição Auxiliar	EST 642	Próprio	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE (h)	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	40,41	161,64
Composição Auxiliar	CO-27499	SETOP	DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL	CO-	km	1.066,0000000	1,25	1.332,50
					MO sem LS =>	647,77	LS =>	765,87
					Valor do BDI =>	1.451,76	MO com LS =>	1.413,64
							Valor com BDI =>	6.644,06

1.2.8.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	EST 648	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO AÉREA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE MARABÁ - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	4.323,30	4.323,30
Composição Auxiliar	00000275	Próprio	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	8,0000000	155,09	1.240,72
Composição Auxiliar	EST 642	Próprio	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE (h)	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	40,41	161,64
Composição Auxiliar	CO-27499	SETOP	DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL	CO-	km	990,0000000	1,25	1.237,50
Composição Auxiliar	CO-24324	SETOP	DIÁRIA DE VIAGEM COM OU SEM PERNOITE, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO	CO-	un	6,0000000	258,00	1.548,00
Composição Auxiliar	EST 641	Próprio	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	33,86	135,44
					MO sem LS =>	647,77	LS =>	765,87
					Valor do BDI =>	1.208,79	MO com LS =>	1.413,64
							Valor com BDI =>	5.532,09

1.2.9.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	EST 657	Próprio	MEIO EXPEDIENTE DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE SUBESTAÇÃO AÉREA, QGBT E DEMAIS EQUIPAMENTOS LISTADOS NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - FÓRUM TRABALHISTA DE SANTARÉM - COM EMISSÃO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DOS SERVIÇOS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	un	1,0000000	6.784,80	6.784,80
Composição Auxiliar	CO-27499	SETOP	DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL	CO-	km	2.340,0000000	1,25	2.925,00
Composição Auxiliar	EST 641	Próprio	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	33,86	135,44
Composição Auxiliar	CO-24324	SETOP	DIÁRIA DE VIAGEM COM OU SEM PERNOITE, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO	CO-	un	9,0000000	258,00	2.322,00
Composição Auxiliar	00000275	Próprio	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	8,0000000	155,09	1.240,72
Composição Auxiliar	EST 642	Próprio	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE (h)	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	4,0000000	40,41	161,64
					MO sem LS =>	647,77	LS =>	765,87
					Valor do BDI =>	1.897,03	MO com LS =>	1.413,64
							Valor com BDI =>	8.681,83

2.17	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	EST 647	Próprio	FORNECIMENTO DE CAIXA PARA EPI, PARA OPERAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE MÉDIA TENSÃO, CONTENDO UM PAR DE LUVAS DE TENSÃO DE TRABALHO DE 17000V, UM PAR DE LUVAS DE TENSÃO DE TRABALHO DE 500V E UM PAR DE LUVA DE COBERTURA EM VAQUETA.	FOMA - FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	un	1,0000000	975,36	975,36
Insumo	61084	SIURB	CAIXA DE MADEIRA PARAARMAZENAMENTO DE LUVA ISOLANTE	Material	Un	1,0000000	67,59	67,59
Insumo	61042	SIURB	LUVA DE SOBREPOSIÇÃO PARA LUVA ISOLANTE EM COURO DE VAQUETA	Material	Par	1,0000000	38,81	38,81
Insumo	00036147/SIN	ORSE	Luva de borracha isolante para alta tensao, resistente a ozonio, tensao de ensaio 2,5 kv (par)	Material	par	1,0000000	257,27	257,27
Insumo	07.000.049767	B. CPOS/CDH U	Luva isolante de borracha, acima de 10 até 20kV	Material	PAR	1,0000000	611,69	611,69
					MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00
					Valor do BDI =>	137,13	MO com LS =>	0,00
							Valor com BDI =>	1.112,49

Composições Auxiliares								
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	26,05	26,05
Composição Auxiliar	95316	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,58	0,58
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00043460	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,86	0,86
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	5,24	5,24
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,00	1,00
Insumo	00043484	SINAPI	EPI - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	1,26	1,26
Insumo	00000247	SINAPI	AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	15,60	15,60
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43
					MO sem LS =>	7,41	LS =>	8,77
					Valor do BDI =>	7,28	MO com LS =>	16,18
							Valor com BDI =>	33,33

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	EST 641	Próprio	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	1,0000000	33,86	33,86
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,3000000	26,05	33,86
					MO sem LS =>	9,63	LS =>	11,40
					Valor do BDI =>	9,46	MO com LS =>	21,03
							Valor com BDI =>	43,32

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95316	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR DE ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,58	0,58
Insumo	00000247	SINAPI	AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0373200	15,60	0,58
					MO sem LS =>	0,26	LS =>	0,32
					Valor do BDI =>	0,16	MO com LS =>	0,58
							Valor com BDI =>	0,74

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	95400	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA DESENHISTA PROJETISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,10	0,10
Insumo	00002358	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0050900	20,95	0,10

				MO sem LS =>	0,04	LS =>	0,06	MO com LS =>	0,10
				Valor do BDI =>	0,02	Valor com BDI =>			0,12
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95332	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,76	0,76	
Insumo	00002436	SINAPI	ELETRICISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0373200	20,46	0,76	
				MO sem LS =>	0,34	LS =>	0,42	MO com LS =>	0,76
				Valor do BDI =>	0,21	Valor com BDI =>			0,97
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95334	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETROTÉCNICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,72	0,72	
Insumo	00002438	SINAPI	ELETROTECNICO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0308700	23,50	0,72	
				MO sem LS =>	0,32	LS =>	0,40	MO com LS =>	0,72
				Valor do BDI =>	0,20	Valor com BDI =>			0,92
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95402	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	1,88	1,88	
Insumo	00002706	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0147600	127,99	1,88	
				MO sem LS =>	0,86	LS =>	1,02	MO com LS =>	1,88
				Valor do BDI =>	0,52	Valor com BDI =>			2,40
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	90775	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	23,35	23,35	
Composição Auxiliar	95400	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA DESENHISTA PROJETISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,10	0,10	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08	
Insumo	00043469	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,05	0,05	
Insumo	00002358	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	20,95	20,95	
Insumo	00043493	SINAPI	EPI - FAMÍLIA TOPOGRAFO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,74	0,74	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43	
				MO sem LS =>	9,64	LS =>	11,41	MO com LS =>	21,05
				Valor do BDI =>	6,52	Valor com BDI =>			29,87
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CO-27499	SETOP	DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL	CO-	km	1,0000000	1,25	1,25	
Custo Horário da Execução (A) + (B) + (C)									0
(D) Produção de Equipe									1
(E) Custo Unitário da Execução [(A) + (B) + (C)] / (D)									0
F	Código	Banco	Materiais	Quantidade	Unidade	Preço Unitário			Custo Horário
Insumo	MATCO-26950	SETOP	CUSTO VARIÁVEL - VEÍCULO TIPO MINIVAN, COM CAPACIDADE PARA SETE (7) LUGARES, OBEDECIDOS OS SEGUINTEs REQUISITOS MÍNIMOS: TER NO MÁXIMO UM (1) ANO DE USO, ATÉ 20.000KM RODADOS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 110CV, DIREÇÃO ASSISTIDA, AR CONDICIONADO, DESEMBACADOR DE VIDROS, RÁDIO AM/FM, EMLPACADO, COM SEGURO TOTAL, INCLUSIVE MANUTENÇÃO E COMBUSTÍVEL	1,0000000	km			1,25	1,25
(F)Total:									1,2489
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,34	Valor com BDI =>			1,59
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	CO-24324	SETOP	DIÁRIA DE VIAGEM COM OU SEM PERNOITE, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO	CO-	un	1,0000000	258,00	258,00	
Custo Horário da Execução (A) + (B) + (C)									0
(D) Produção de Equipe									1
(E) Custo Unitário da Execução [(A) + (B) + (C)] / (D)									0
F	Código	Banco	Materiais	Quantidade	Unidade	Preço Unitário			Custo Horário
Insumo	MATCO-24347	SETOP	DIÁRIA DE VIAGEM COM OU SEM PERNOITE, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO	1,0000000	un			258,00	258,00
(F)Total:									258
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	72,13	Valor com BDI =>			330,13
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	31,09	31,09	
Composição Auxiliar	95332	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,76	0,76	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	5,24	5,24	
Insumo	00043460	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,86	0,86	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,00	1,00	
Insumo	00002436	SINAPI	ELETRICISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	20,46	20,46	
Insumo	00043484	SINAPI	EPI - FAMÍLIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	1,26	1,26	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43	
				MO sem LS =>	9,72	LS =>	11,50	MO com LS =>	21,22
				Valor do BDI =>	8,69	Valor com BDI =>			39,78
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	EST 642	Próprio	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES + 30% PERICULOSIDADE (h)	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	1,0000000	40,41	40,41	
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,3000000	31,09	40,41	
				MO sem LS =>	12,63	LS =>	14,95	MO com LS =>	27,58
				Valor do BDI =>	11,29	Valor com BDI =>			51,70
	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	

Composição	88266	SINAPI	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	34,09	34,09
Composição Auxiliar	95334	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETROTÉCNICO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,72	0,72
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00043484	SINAPI	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	1,26	1,26
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	5,24	5,24
Insumo	00002438	SINAPI	ELETROTECNICO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	23,50	23,50
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,00	1,00
Insumo	00043460	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,86	0,86

MO sem LS =>	11,09	LS =>	13,13	MO com LS =>	24,22
Valor do BDI =>	9,53			Valor com BDI =>	43,62

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	132,16	132,16
Composição Auxiliar	95402	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	1,88	1,88
Insumo	00043486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,77	0,77
Insumo	00043462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1,0000000	0,01	0,01
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00002706	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	127,99	127,99

MO sem LS =>	59,51	LS =>	70,36	MO com LS =>	129,87
Valor do BDI =>	36,95			Valor com BDI =>	169,11

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	00000275	Próprio	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	H	1,0000000	155,09	155,09
Composição Auxiliar	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,1735181	132,16	155,09

MO sem LS =>	69,83	LS =>	82,57	MO com LS =>	152,40
Valor do BDI =>	43,36			Valor com BDI =>	198,45

						Total sem BDI	242.078,05
						Total do BDI	49.321,09
						Total Geral	291.399,14

APENSO VI - COMPOSIÇÃO DO BDI

MANUTENÇÃO SUBESTAÇÕES - SEM DESONERAÇÃO

GRUPO A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	6,85%
AC	Administração Central	5,29%
R	Taxa Representativa dos Riscos	1,00%
S + G	Taxa Representativa do Seguro e Garantias	0,56%
GRUPO B	DESPESAS FINANCEIRAS	1,01%
DF	Despesas Financeiras	1,01%
GRUPO C	TAXA REPRESENTATIVA DE LUCRO	8,31%
L	Lucro	8,31%
GRUPO D	TAXA REPRESENTATIVA DE IMPOSTOS	8,65%
T1	PIS	0,65%
T2	COFINS	3,00%
T3	ISSQN	5,00%
T4	CPRB	0,00%

FÓRMULA

$$\frac{((1 + (AC + R + S + G)) * (1 + DF)) * (1 + L)}{(1 - T)} - 1, \text{ onde } T = T1 + T2 + T3 + T4$$

BDI **27,96%**

APENSO VI - COMPOSIÇÃO DO BDI

MANUTENÇÃO SUBESTAÇÕES - DIFERENCIADO SEM DESONERAÇÃO

GRUPO A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4,78%
AC	Administração Central	3,45%
R	Taxa Representativa dos Riscos	0,85%
S + G	Taxa Representativa do Seguro e Garantias	0,48%
GRUPO B	DESPESAS FINANCEIRAS	0,85%
DF	Despesas Financeiras	0,85%
GRUPO B	TAXA REPRESENTATIVA DE LUCRO	4,00%
L	Lucro	4,00%
GRUPO C	TAXA REPRESENTATIVA DE IMPOSTOS	3,65%
T1	PIS	0,65%
T2	COFINS	3,00%
T3	ISSQN	0,00%
T4	CPRB	0,00%

FÓRMULA

$$\frac{((1 + (AC + R + S + G)) * (1 + DF)) * (1 + L)}{(1 - T)} - 1, \text{ onde } T = T1 + T2 + T3 + T4$$

BDI **14,06%**

Serviço
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS 8 (OITO) SUBESTAÇÕES EM USO PELO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, LOCALIZADAS NOS ESTADOS DO PARÁ E DO AMAPÁ, ATENDIDAS EM 13,8 KV, DO TIPO ABRIGADAS E AÉREAS, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS, MATERIAIS E DEMAIS INSUMOS.

APENSO VI - COMPOSIÇÃO DO BDI

MANUTENÇÃO SUBESTAÇÕES - COM DESONERAÇÃO (NÃO UTILIZADO)

GRUPO A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	6,85%
AC	Administração Central	5,29%
R	Taxa Representativa dos Riscos	1,00%
S + G	Taxa Representativa do Seguro e Garantias	0,56%
GRUPO B	DESPESAS FINANCEIRAS	1,01%
DF	Despesas Financeiras	1,01%
GRUPO C	TAXA REPRESENTATIVA DE LUCRO	8,31%
L	Lucro	8,31%
GRUPO T	TAXA REPRESENTATIVA DE IMPOSTOS	12,25%
T1	PIS	0,65%
T2	COFINS	3,00%
T3	ISSQN	5,00%
T4	CPRB	3,60%

FÓRMULA

$$\frac{((1 + (AC + R + S + G)) * (1 + DF) * (1 + L))}{(1 - T)} - 1, \text{ onde } T = T1 + T2 + T3 + T4$$

BDI **33,21%**

APENSO VI - COMPOSIÇÃO DO BDI

MANUTENÇÃO SUBESTAÇÕES - DIFERENCIADO - COM DESONERAÇÃO (NÃO UTILIZADO)

GRUPO A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4,78%
AC	Administração Central	3,45%
R	Taxa Representativa dos Riscos	0,85%
S + G	Taxa Representativa do Seguro e Garantias	0,48%
GRUPO B	DESPESAS FINANCEIRAS	0,85%
DF	Despesas Financeiras	0,85%
GRUPO B	TAXA REPRESENTATIVA DE LUCRO	4,00%
L	Lucro	4,00%
GRUPO C	TAXA REPRESENTATIVA DE IMPOSTOS	7,25%
T1	PIS	0,65%
T2	COFINS	3,00%
T3	ISSQN	0,00%
T4	CPRB	3,60%

FÓRMULA

$$\frac{((1 + (AC + R + S + G)) * (1 + DF)) * (1 + L)}{(1 - T)} - 1, \text{ onde } T = T1 + T2 + T3 + T4$$

BDI **18,48%**

APENSO VII - ENCARGOS SOCIAIS

Apêndice 14 – Encargos Sociais – Pará


 HERLON
CARLOS
RIBEIRO
PEREIRA
30/05/2025 08:15


 MATIAS
RIBEIRO
MAXIMO
DE LAVOR
30/05/2025 09:21

PARÁ	VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2025
------	------------------------------

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	5,00%	5,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	21,80%	21,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,13%	Não incide	18,13%	Não incide
B2	Feriados	4,16%	Não incide	4,16%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,65%	0,87%	0,65%
B4	13º Salário	11,22%	8,33%	11,22%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,75%	0,56%	0,75%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,83%	Não incide	2,83%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	12,82%	9,53%	12,82%	9,53%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	50,98%	19,22%	50,98%	19,22%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,81%	4,32%	5,81%	4,32%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	0,10%	0,14%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	1,77%	1,31%	1,77%	1,31%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,96%	2,20%	2,96%	2,20%
C5	Indenização Adicional	0,49%	0,36%	0,49%	0,36%
C	Total	11,17%	8,29%	11,17%	8,29%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INNS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	10,55%	3,77%	18,76%	7,07%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,50%	0,37%	0,52%	0,38%
D	Total	11,05%	4,14%	19,28%	7,45%
TOTAL(A+B+C+D)		95,00%	53,45%	118,23%	71,76%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

HERLON
CARLOS
RIBEIRO
PEREIRA
30/05/2025 08:15

MATIAS
RIBEIRO
MAXIMO
DE LAOURA
30/05/2025 09:21

APENSO VIII - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

OBJETO:	Contratação de empresa especializada para prestar serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos.
----------------	--

FATO 1 - EXECUTAR OU REFAZER SERVIÇO DE ACORDO COM A DETERMINAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS		
1	ITEM	DESCRIÇÃO
1.1	FINALIDADE	Garantir a execução com boa técnica e de acordo com as descrições dos serviços
1.2	META A CUMPRIR	100% dos serviços de acordo com as especificações contratadas e com a boa técnica
1.3	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registro de ocorrência de IMR
1.4	FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Conformidade de documento, preventiva ou corretiva.
1.5	PERIODICIDADE	Por serviço
1.6	MECANISMO DE CÁLCULO	Cada serviço será verificado e valorado individualmente
1.7	INÍCIO DE VIGÊNCIA	Data de assinatura do contrato
1.8	FAIXAS DE AJUSTE DO PAGAMENTO	Pontuação obtida no Formulário de Acompanhamento de Serviços, sendo "X" a quantidade de reprovações de serviços a ser aferida: X = 0 = 100% do valor do serviço; 1 ≤ X ≤ 3 = 98% do valor do serviço; X > 3 = 97% do valor da serviço; Obs: para X ≥ 1, os serviços somente serão pagos após o seu refazimento de acordo com as especificações técnicas, sendo aplicado o IMR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

		após verificação de serviço inicialmente não realizado conforme as especificações e orientações da Fiscalização.
--	--	--

FATO 2 - PRAZO DE ATENDIMENTO DAS ORDENS DE SERVIÇO		
2	ITEM	DESCRIÇÃO
2.1	FINALIDADE	Garantir um atendimento célere às demandas do Tribunal
2.2	META A CUMPRIR	100% dos serviços atendidos no prazo estabelecido em cronograma
2.3	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registro de ocorrência de IMR
2.4	FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Checagem dos prazo de envio de documentos, prazo de preventiva conforme cronograma ou OS corretiva conforme o prazo estabelecido inicialmente.
2.5	PERIODICIDADE	Por serviço
2.6	MECANISMO DE CÁLCULO	Cada serviço será verificado e valorado individualmente
2.7	INÍCIO DE VIGÊNCIA	Data de assinatura do contrato
2.8	FAIXAS DE AJUSTE DO PAGAMENTO	Prazo de execução igual ou inferior ao prazo do serviço - 100% do valor do serviço
		Prazo de execução até 10 (dez) dias acima ao prazo do serviço - 99% do valor do serviço
		Prazo de execução 11 (onze) dias acima ao do prazo do serviço - 97% do valor do serviço



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

**HERLON
CARLOS
RIBEIRO
PEREIRA**
30/05/2025 08:15

**MATIAS
RIBEIRO
MAXIMO
DE LAVOR**
30/05/2025 09:21

APENSO IX - PROJETO BÁSICO

COMAP- nº03/2025

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos.

2. PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO EM ESCALA ADEQUADA PARA SUA AVALIAÇÃO

- 2.1. Não se demonstra necessária tendo em vista o serviço se tratar de manutenção preventiva de sistema existente.

3. ELEMENTOS GRÁFICOS DE ENGENHARIA (DESENHOS DE PROJETOS)

- 3.1. Elementos que permitam a caracterização da intervenção e a conclusão sobre sua viabilidade técnica, devidamente aprovados, em escala adequada para sua avaliação, com identificação e assinatura dos autores:
- 3.1.1. Não se demonstra necessária tendo em vista o serviço se tratar de manutenção preventiva de sistema existente.

4. ESTUDOS TOPOGRÁFICOS, GEOLÓGICOS E/OU GEOTÉCNICOS, ACOMPANHADOS DE ANOTAÇÃO/REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART/ RRT)

- 4.1. Não aplicável, visto se tratar de intervenção interna em subestações existentes.

5. MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA/SERVIÇO

- 5.1. Detalhamento, no mínimo, dos elementos constituintes, unidades de medidas, detalhes construtivos e respectivos materiais a serem empregados e níveis mínimos de qualidade, atendido, no caso, conforme:
- 5.1.1. Memorial Descritivo e Especificações Técnicas, APENSO III - MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do Termo de Referência;
- 5.1.2. Planilha Orçamentária, APENSO IV - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS do Termo de Referência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

6. CADERNO CONTENDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E/OU EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS

- 6.1. Conforme Memorial Descritivo e Especificações Técnicas, APENSO III - MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do Termo de Referência.

7. ORÇAMENTO

7.1. Planilhas orçamentárias - sintética/resumida (planilha orçamentária) e analítica (composição de custos unitários)

- 7.1.1. Conforme APENSO IV - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS (sintética/resumida) e APENSO V - COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS (analítica) do Termo de Referência.

7.2. Manifestação formal do setor competente contendo a análise e justificativas acerca da metodologia de obtenção dos custos global e unitários referência da licitação

- 7.2.1. A metodologia de obtenção dos custos global e unitários de referência da contratação, conforme APENSO II - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS e APENSO IV - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS, fundamentou-se em conformidade com os parâmetros definidos no art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME Nº 91/2023.
- 7.2.2. Nesse sentido, certifica-se que foi observada a ordem de prioridade delimitada no § 2º, do art. 23, da Lei nº 14.133/2021, cabendo mencionar que nos sistemas de orçamento utilizados neste Tribunal, a sistemática adotada sempre indica para a delimitação de preços de determinado item/serviço, a opção do SINAPI/SICRO, somente adotando-se as outras metodologias quando não se apresenta disponível parâmetro de custos do SINAPI/SICRO.
- 7.2.3. A planilha orçamentária na presente contratação, seguindo a sistemática indicada acima, foi elaborada pelos servidores [MATIAS RIBEIRO MAXIMO DE LAVOR](#), engenheiro eletricista.

7.3. Curva ABC de serviços e insumos

- 7.3.1. Não se demonstra necessária tendo em vista a natureza dos serviços continuados de manutenção preventiva.

7.4. Demonstrativo analítico de encargos sociais utilizados para mão de obra horista e mensalista, se o caso

- 7.4.1. Conforme APENSO VII - ENCARGOS SOCIAIS do Termo de Referência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

7.5. Demonstrativo analítico das taxas de Bonificações e Despesas Indiretas – BDI utilizadas;

- 7.5.1. Conforme APENSO II - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS e APENSO VI - COMPOSIÇÃO DO BDI do Termo de Referência.

7.6. Demonstrativo de vantajosidade ou não do regime Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta

- 7.6.1. Conforme item 10 do APENSO II - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS do Termo de Referência.

8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO OU EVENTOGRAMA

- 8.1. A execução ocorrerá dentro do prazo de vigência, de acordo com programação a ser definida conforme Termo de Referência, dos Prazos e Programação para Início dos Serviços - Ordens de Serviços..

9. JUNTADA DE ART, RRT OU TRT (CONFORME O CASO) RELATIVOS AOS ELEMENTOS E/OU PEÇAS TÉCNICAS QUE INSTRUEM OS AUTOS, INCLUSIVE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As anotações de responsabilidade técnica relativas às peças técnicas devem ser juntadas aos autos.

10. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

- 10.1. O presente documento foi desenvolvido pelo servidor [MATIAS RIBEIRO MAXIMO DE LAVOR](#), Analista Judiciário - Engenheiro Eletricista.

11. DA APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

- 11.1. Considerando que as informações constantes deste Projeto Básico, que possibilitam que a Coordenadoria de Manutenção e Projetos recomende a declaração da viabilidade da contratação, registra-se, então, a APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO.

Belém, 26 de maio de 2025

[MATIAS RIBEIRO MAXIMO DE LAVOR](#)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

Analista Judiciário - Eng. Eletricista - DIOPE

(assinado pelo PROAD)

[HERLON CARLOS RIBEIRO PEREIRA](#)

Titular da Unidade Demandante

Coordenador de Manutenção e Projetos

(assinado pelo PROAD)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

HERLON
CARLOS
RIBEIRO
PEREIRA
30/05/2025 08:15

MATIAS
RIBEIRO
MAXIMO
DE LAVOR
30/05/2025 09:22

APENSO X - MODELO DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS ITENS DO EDITAL E VINCULAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos.

2. DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS ITENS DO EDITAL

- 2.1. Declaro, para os devidos fins, que tenho ciência dos termos constantes no edital de licitação, em especial:
- 2.1.1. do item **7.1.28** do Termo de Referência, que estabelece ser obrigatória, no momento da contratação ou na apresentação da ART/RRT do Profissional Responsável Técnico durante a execução contratual, a comprovação de que a empresa contratada possui sede, filial, escritório ou estrutura mínima de representação localizada no município de Belém/PA ou em localidade estrategicamente posicionada, de modo a assegurar o atendimento eficiente aos prazos e às demandas operacionais previstas no escopo da contratação;
- 2.1.2. do item **6.4.3.1** do Termo de Referência, que determina que a planilha de preços unitários e totais de serviços e peças, aplicando-se o desconto linear ofertado, deverá observar os subitens constantes da planilha orçamentária inserida no APENSO IV do referido Termo de Referência;
- 2.1.3. do item **7.1.6** do Termo de Referência, que dispõe que todos os serviços contratados deverão ser executados com a presença obrigatória do Profissional Responsável Técnico, legalmente habilitado, com qualificação técnica comprovada nos termos dos critérios de capacidade técnico-operacional exigidos no instrumento convocatório.

3. VINCULAÇÃO DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA AOS SERVIÇOS

3.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

SERVIÇO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SUBESTAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA DE MÉDIA TENSÃO - POTÊNCIA INSTALADA: 1.000 kVA												
Nº CAT	Nº Atestado	Profissio nal	Registro Profissional	Formação	Descrição do Serviço Executado	Atividade Técnica	Contratante	Contratada	Início da Execução	Fim da Execução	Quantitativo de Serviço Realizado	Itens da Planilha do Atestado (Caso Aplicável)

3.2. Os atestados apresentados deverão demonstrar que o licitante tenha executado os referidos serviços em períodos sucessivos de no mínimo 12 meses.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA ESCRITA

Prezados Senhores,

A Empresa....., situada à.....(endereço completo), inscrita no CNPJ CONTA CORRENTE:..... BANCO(COD):..... AGÊNCIA(COD):....., e telefones/fax para contatos:, por intermédio de seu representante legal, nome, estado civil, profissão, cargo na empresa, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail, para os fins do **Pregão Eletrônico nº. 90007/2026**, e após examinar todas as cláusulas e condições, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seu(s) anexo(s)/apenso(s).

Declaramos concordar com os prazos previstos, como também, com as demais condições previstas no **Anexo I - Termo de Referência** do edital.

Declaramos que estão inclusos nos preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados, com a finalidade de otimização e redução de custos e as despesas decorrentes da execução do objeto.

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de (mínimo de 60 dias), contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

Declaramos que o item abaixo será prestado de acordo com suas respectivas especificações técnicas detalhadas no ANEXO I - Termo de referência.

Declaramos que o valor UNITÁRIO e GLOBAL de nossa proposta está detalhado conforme tabela abaixo:

PROPOSTA DE PREÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SUBESTAÇÕES COM FORNECIMENTO DE PEÇAS COM BDI (conforme APENSO V DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA)	VALOR DO DESCONTO LINEAR SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR GLOBAL ANUAL APÓS A APLICAÇÃO DO DESCONTO LINEAR - COM BDI (conforme APENSO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA)
1	Serviços de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá,	R\$ 291.399,14	XX,XX%	

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

	atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos.			
Intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances: 0,5% (cinco décimos por cento)				

....., de..... de 2026.

Responsável da Empresa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO TRT Nº XXX/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS 8 (OITO) SUBESTAÇÕES EM USO PELO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, LOCALIZADAS NOS ESTADOS DO PARÁ E DO AMAPÁ, ATENDIDAS EM 13,8 KV, DO TIPO ABRIGADAS E AÉREAS, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS, MATERIAIS E DEMAIS INSUMOS, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

CONTRATANTES: A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO**, inscrito no Ministério da Fazenda, sob o nº 01.547.343/0001-33, com sede na Trav. D. Pedro I, nº 746, Bairro: Umarizal, Belém-Pará, CEP: 66.050-100, e a **Empresa** xxxxxxxx, doravante denominados, respectivamente, **TRIBUNAL** e **CONTRATADA**.

REPRESENTANTES: O(A) Sr(a). xxxxxxxxx, RG: xxxxxxxx SEGUP/PA , CPF nº xxxxxxxxxxxx **Presidente(a) do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**, representa a **UNIÃO**, e o(a) Sr(a). xxxxxxxx, C.P.F. Nº xxxxxxxx, residente e domiciliado(a) à xxxxxxxx, representa a **CONTRATADA**.

SEDE E REGISTRO DA CONTRATADA: A **CONTRATADA** é estabelecida na cidade de xxxxxxxx, Estado do xxxxxxxx, na Rua xxxxxxxx e está inscrita no Ministério da Fazenda, sob o nº xxxxxxxx, Inscrição Estadual nº xxxxxxxx.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO DO CONTRATO.

1.1. Este Contrato decorre da Licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 90007/2026**, **Processo T.R.T. Nº 3729/2025**, nos termos da **Lei nº. 14.133/2021**, **IN SEGES/ME Nº 73/2022**, **Decreto nº 11.246/2022**, da **Lei Complementar nº 123/2006**, e da **Lei nº 8.078/1990**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO.

2.1. Contratação de empresa especializada para prestar serviço de natureza continuada de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos, conforme condições e exigências estabelecidas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS APENSOS.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR.

3.1. O valor total deste Contrato é de R\$ xxxxxx (xxxxxxx), conforme discriminado na tabela abaixo:

PROPOSTA DE PREÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SUBESTAÇÕES COM FORNECIMENTO DE PEÇAS COM BDI (conforme APENSO V DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA)	VALOR DO DESCONTO LINEAR SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR GLOBAL ANUAL APÓS A APLICAÇÃO DO DESCONTO LINEAR - COM BDI (conforme APENSO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA)
1	Serviços de manutenção preventiva e corretiva das 8 (oito) subestações em uso pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, localizadas nos Estados do Pará e do Amapá, atendidas em 13,8 kV, do tipo abrigadas e aéreas, com fornecimento de serviços, materiais e demais insumos.	R\$	XX,XX%	
Intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances: 0,5% (cinco décimos por cento)				



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

3.2. As especificações técnicas do item contratado estão detalhadas em suas respectivas descrições no **ANEXO I - Termo de referência e apensos** que integra este contrato, independentemente de transcrição.

3.3. Nos valores acima consignados já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato e seu(s) anexo(s)/apenso(s).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas da presente licitação estão classificadas como:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA(ORÇAMENTO, FINANÇAS E PAGAMENTOS) - SEADM
ADEQUAÇÃO DE DESPESA 0800032026AD000192
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A.REGIAO

Exercício Orçamentário	2026	
Processo Administrativo	3729/2025	
Programa	259865	Reforma e Conservação de Ativos da União - Pequeno Porte
Fonte	1000000000	
Elemento de Despesa	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
Descrição	FAVORECIDO: A DEFINIR CNPJ: A DEFINIR OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS 8 (OITO) SUBESTAÇÕES EM USO PELO TRT8 EMPENHO: ESTIMATIVO	
Valor	R\$ 138.128,10	
Saldo		

Itens da Adequação					
Núm.	Descrição	Subitem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	AQUISIÇÃO DE PEÇAS NAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS - EMPENHO: ESTIMATIVO	25	11,00	R\$ 12.557,10	R\$ 138.128,10

BELÉM,26/01/2026

CLÁUSULA QUINTA - DOS LOCAIS, PROCEDIMENTOS E PRAZOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO.

5.1. Os locais, procedimentos e prazos de execução do objeto deverão ocorrer conforme estabelecido no **ANEXO I - Termo de Referência nos (sub)item(ns) 3.4, 7.2, 7.4, 7.5 e no seu APENSO I, no item 10 e APENSO III-MEMORIAL DESCRITIVO**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

6.1. a vigência deste contrato será de **5 (cinco) anos, prorrogável até 10 (dez) anos**, contados a partir do recebimento definitivo do serviço, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1. A contagem do prazo de vigência tem eficácia, após a publicação do seu extrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) que é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (Inc. I, Art. 94, Lei nº 14.133/2021).**

6.1.2. A vigência decenal ocorrerá desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - ENCARGOS DO TRIBUNAL (CONTRATANTE).

7.1. A contratante atenderá as obrigações previstas no **ANEXO I - Termo de Referência** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA OITAVA - ENCARGOS DA CONTRATADA.

8.1. A contratada atenderá as obrigações previstas no **ANEXO I - Termo de Referência** que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS, FISCAIS E GERAIS.

9.1. À CONTRATADA caberá, ainda:

9.1.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRIBUNAL;

9.1.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação do objeto ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do TRIBUNAL;

9.1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

9.1.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do presente Contrato.

9.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste item contratual, não transfere à Administração do TRIBUNAL a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o TRIBUNAL.

9.3. **É expressamente proibida a contratação** de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal durante a vigência deste Contrato.

9.4. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Tribunal.

9.5. O Tribunal **ADMITIRÁ a subcontratação parcial** na presente licitação, sob



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

as seguintes condições e justificativas técnicas:

9.5.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

9.5.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto licitatório, no que diz respeito às análises do líquido isolante (físico-químico e cromatográfico) dos transformadores à óleo.

9.6. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da Resolução n°. 07/2005 do CNJ. A vedação contida na Resolução n°. 07/2005 do CNJ não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, nos termos da Resolução n°. 229/2016 do CNJ.

9.7. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do Art. 1º e 2º da Resolução n°. 156/2012 do CNJ.

9.8. A CONTRATADA deverá realizar seu cadastro no Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT (<https://portal.sigeo.jt.jus.br>) como fato condicionante ao pagamento.

9.9. A CONTRATADA deverá apresentar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, através do Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT, os documentos fiscais da própria empresa através do Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT para ateste da prestação do objeto e pagamento.

9.9.1. As notas fiscais referentes aos serviços deverão ser enviadas mensalmente pela Contratada, por meio do sistema SIGEO, para fins de processamento e pagamento. O pagamento será efetuado em parcelas mensais, conforme as faturas apresentadas e dentro dos prazos estabelecidos no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

10.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado (Art. 89 c/c Inc. III, Art. 92 ambos da Lei 14.133/2021)

10.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas nele avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial; outrossim, observando-se rigorosamente as especificações e exigências nele definidas e no Anexo I - Termo de Referência.

10.3. Quaisquer alterações contratuais somente poderão ser aqui introduzidas com observância no que for compatível ao objeto deste contrato.

10.4. Os atrasos na execução do objeto deste Contrato somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior conforme

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

disposições contidas no Código Civil Brasileiro, ou por força de fatos relacionados com o TRIBUNAL.

10.4.1. Na ocorrência de tais fatos, os **pedidos de prorrogação** deverão ser encaminhados a FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento.**

10.5. Contratante e contratada ficam obrigados a cumprirem o disposto na **Portaria PRESI nº 279/2022** (a qual estabelece as normas de conduta ética, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho - TRT8, a serem seguidas por magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores) contida no link: <https://www.trt8.jus.br/comissao-de-etica/codigo-de-conduta-norelacionamento-com-colaboradores-prestadores-de-servicos-e>.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente **formalmente designados pela CONTRATANTE** conforme requisitos estabelecidos no **art. 7º da Lei nº 14.133/2021**, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, aos quais compete **acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar** a prestação do objeto, bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem;

11.2. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao objeto;

11.3. Durante a execução do objeto deste contrato, fica reservada à Equipe de Gerenciamento do Contrato a autonomia para decidir sobre quaisquer casos que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital do Pregão Eletrônico nº 90007/2026**, ou, ainda, nas disposições deste decorrente Instrumento Contratual;

11.3.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da FISCALIZAÇÃO deverão ser encaminhadas a seus superiores hierárquicos em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

11.4. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá, a seu critério, realizar inspeções periódicas com o fim de verificar o cumprimento das especificações constantes do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital do Pregão Eletrônico nº 90007/2026**;

11.5. A fiscalização e o acompanhamento do objeto deste contrato não reduz nem exime as responsabilidades da empresa CONTRATADA perante o TRT8 ou terceiros quanto aos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

11.6. Qualquer tolerância por parte da Equipe de Gerenciamento do Contrato em relação ao estabelecido no contrato não implicará em alteração de cláusulas ou condições pactuadas;

11.7. A Equipe de Gerenciamento do Contrato poderá exigir que a CONTRATADA estabeleça novos procedimentos administrativos, visando aprimoramento de controles e melhoria da rotina e da qualidade da prestação do objeto;

11.8. A FISCALIZAÇÃO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário à regularidade das faltas ou defeitos observados.

11.9. A FISCALIZAÇÃO poderá sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que esta medida se tornar



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

necessária.

11.10. O Gestor do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Tribunal, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual (§ 3º, Art. 117, Lei 14.133/2021).

11.11. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

11.12. Na hipótese de ocorrência de **caso fortuito ou de força maior** que tenha o condão de motivar o atraso na prestação do objeto no prazo previsto neste Instrumento, deve a CONTRATADA submeter os fatos, por escrito, à FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a execução do objeto do Contrato.

11.13. A Fiscalização contratual atuará com base no modelo de gestão definido no Manual de Gestão e fiscalização de Contratos Administrativos, constante no endereço: https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/governanca/manual_com_portaria.pdf

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO.

12.1. O recebimento do objeto deste contrato se dará em duas etapas, e nos termos do subitem 9.2 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital do Pregão Eletrônico n° 90007/2026, como a seguir:

12.1.1. O Recebimento Provisório do objeto será emitido por membros da Equipe de Gestão da Contratação (EGC) de acordo com o definido no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos do TRT da 8ª Região (Portaria PRESI n° 636/2018), em até 05 (cinco) dias corridos após a entrega do objeto, compreendendo dentre outras listadas no Manual, as seguintes verificações, no que couber:

12.1.1.1. Os serviços serão submetidos à avaliação e homologação pela equipe técnica da CONTRATANTE, com auxílio da CONTRATADA, para garantir o pleno atendimento às especificações.

12.1.1.2. Apresentação do relatório técnico com a descrição dos serviços executados.

12.1.2. O Recebimento Definitivo do objeto será emitido por membros da Equipe de Gestão da Contratação (EGC) de acordo com o definido no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos do TRT da 8ª Região (Portaria PRESI n° 636/2018), em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) marca o início da execução contratual e deve conter os dados referentes à Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço do primeiro mês. O TRD deve conter dentre outras listadas no Manual, as seguintes condições, no que couber:

12.1.2.1. Conferência da compatibilidade dos serviços entregues com as especificações exigidas neste documento e constantes da proposta da empresa fornecedora.

12.1.2.2. Realização de testes, quando previstos neste documento ou caso a equipe técnica entenda necessário.

12.1.2.3. Apresentação de conformidade do documento fiscal quanto à

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

identificação do comprador (Tribunal), descrição dos produtos e/ou serviços entregues, quantidade, preços unitário e total.

12.1.3. Competirá à CONTRATADA arcar com ônus da retirada dos materiais e/ou executar novamente os serviços cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório. Neste caso, não será interrompida a contagem do prazo de entrega, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente do atraso.

12.1.4. Os serviços poderão ser recusados, no todo ou em parte, caso não estejam em conformidade com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência e na proposta. Nesse caso, a contratada será notificada para corrigir as inconsistências no prazo de 5 (cinco) dias, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei no 14.133.

12.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente **prorrogado**, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.6. No caso de **controvérsia sobre a execução do objeto**, quanto à **dimensão, qualidade e quantidade**, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, **não será computado para os fins do recebimento definitivo**.

12.2. Na hipótese de ocorrência de **caso fortuito ou de força maior** que tenha o condão de motivar o **atraso na prestação do objeto** nos prazos previstos neste Contrato, deve, a CONTRATADA submeter os fatos, por escrito, à FISCALIZAÇÃO do Tribunal, com as **justificativas** correspondentes, acompanhadas da **comprovação** devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega do objeto.

12.3. Na hipótese de ser verificada a **impropriedade** do objeto no ato da entrega, o mesmo será **imediatamente rejeitado**, no **todo ou em parte**, a critério da FISCALIZAÇÃO responsável pelo seu recebimento, sendo a contratada notificada a proceder às correções necessárias no prazo a ser assinado pela FISCALIZAÇÃO.

12.3.1. A não substituição do objeto/serviço no prazo estipulado pela FISCALIZAÇÃO ou a não retirada do mesmo no prazo previsto no subitem anterior, sujeitará a CONTRATADA em mora, cujo atraso computar-se-á desde o primeiro dia do vencimento do prazo.

12.4. O recebimento provisório e/ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e eficácia do suporte técnico prestado, nem exime a contratada das responsabilidades legais e contratuais relacionadas à execução do objeto.

12.5. A **atestação** de que trata a Cláusula Décima terceira deste Contrato será **realizada logo após o recebimento definitivo** de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ATESTAÇÃO.

13.1. A **atestação** do objeto do Contrato caberá ao **servidor designado pelo(a) Diretor(a)-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**, para **acompanhar, orientar e fiscalizar** a execução contratual, denominado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

FISCALIZAÇÃO.

13.2. A FISCALIZAÇÃO anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.3. A execução do objeto deste contrato será gerenciada pela Contratada, que fará o acompanhamento diário de sua qualidade.

13.4. As especificações técnicas dos serviços estão detalhadas no **APENSO III – MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LIQUIDAÇÃO.

14.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

14.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

14.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

14.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

14.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO.

15.1. O pagamento será efetuado por ordem bancária em **PARCELAS MENSAIS**, após o ateste da nota fiscal pela Equipe de Gestão da Contratação (EGC), mediante crédito em conta corrente da contratada, **no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme item anterior deste contrato, nos termos da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022**, observando-se o que reza o **art. 141 da Lei nº 14.133/2021**, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e cumpridos os seguintes requisitos:

a.1) Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso);

a.2) Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

b) A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido na Nota de Empenho poderá ser devolvida ao fornecedor, sendo garantido o pagamento da parcela incontroversa, sem prejuízo do reinício do prazo de pagamento a partir da regularização da parcela apresentada em desconformidade.

c) O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto, mediante ateste da nota fiscal, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

d) Caso ocorra atraso no pagamento da fatura, por estas estarem em desacordo com as exigências contratadas, o prazo começará a contar a partir da regularização da mesma.

e) As faturas que apresentarem outras despesas relativas a serviços que não sejam o objeto contratado, serão devolvidas para fins de regularização, interrompendo, portanto, o prazo **de 10 (dez) dias**.

f) O Tribunal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas e indenizações devidas pela contratada.

g) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento pelo contratante, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização e compensação financeira devida pelo Tribunal, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM: $I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

I= $(TX/100)/365$ I= 0,0001644

TX = Percentual da taxa anual= %

g.1) A atualização e compensação de que trata esse subitem será devida no momento do pagamento;

h) A contratada que eventualmente receber valor a maior, ao qual não lhe era devido, deverá devolver integralmente o montante recebido em excesso;

i) A contratada deverá realizar seu cadastro no **Sistema de Gestão**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT;

i.1) As notas fiscais e certidões de regularidade fiscal deverão ser encaminhadas pelo contratado por meio do **Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT**, para fins de processamento e pagamento.

j) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

l) Quando dos pagamentos, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

m) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

n) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.2. Será exigido do contratado, manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

16.1. Este Instrumento poderá ser alterado na forma como disciplina os **arts. 124 e seguintes da Lei n° 14.133, de 2021**, que remete ao **Capítulo VII da Lei n° 14.133/2021**, observando-se o que for compatível ao objeto deste contrato.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n° 14.133, de 2021.

16.2. Registra-se que o presente serviço observa as condições e procedimentos semelhantes às do setor privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO/EXTINÇÃO.

17.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

17.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o TRIBUNAL, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato (anualidade), desde que haja a notificação do contratado nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

17.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.3. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser **formalmente motivada nos autos do processo**, assegurados o **contraditório e a ampla defesa**, as seguintes situações que forem aplicáveis ao objeto deste

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

contrato, previstas no **Art. 137 da Lei nº 14.133/2021**:

- I** - não cumprimento ou cumprimento irregular de **normas editalícias** ou de **cláusulas contratuais**, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para **acompanhar e fiscalizar** sua execução ou por autoridade superior;
- III** - **alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa** que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV** - decretação de **falência** ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V** - caso **fortuito ou força maior**, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI** - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII** - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII** - **razões de interesse público**, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX** - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para **pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz**.

17.4. O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º do **Art. 137 da Lei nº 14.133/2021** que forem compatíveis ao objeto deste contrato.

17.5. A extinção do contrato poderá ocorrer sob as seguintes formas, conforme consta do **Art. 138 da Lei nº 14.133/2021**:

17.5.1. Determinada por **ato unilateral e escrito da Administração**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta; ou

17.5.2. **Amigável/Consensual**, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração do TRIBUNAL;

17.5.3. Determinada por **decisão judicial**.

17.6. A extinção determinada por **ato unilateral da Administração** e a **extinção Amigável/Consensual** deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PENALIDADES.

18.1. Pelo descumprimento das condições previstas neste instrumento, cumprimento do objeto de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções previstas no Edital:

18.1.1. ADVERTÊNCIA

18.1.1.1. A CONTRATADA será notificada formalmente pelo CONTRATANTE em caso de descumprimento de obrigação contratual e terá que apresentar as devidas justificativas em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação.

18.1.1.2. Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou o Tribunal entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, a CONTRATADA será



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

advertida.

18.1.1.3. Esta penalidade será aplicada a empresa contratada, conforme previsto no § 2º, Art. 156 c/c o Inc. I, Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.1.2. MULTA:

18.1.2.1. Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos requisitos temporais previstos no **subitem 6.7/ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do edital do Pregão Eletrônico nº 90007/2026**, será cobrada multa no valor de 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia corrido de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso.

18.1.2.2. Em caso de inexecução parcial do contrato, com a aceitação pela Administração, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.1.2.3. Esta sanção será também aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, no que couber em face do objeto deste instrumento contratual.

18.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União, e, ainda, descredenciamento no SICAF e no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as seguintes condutas previstas no incisos II a VII do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando da prática de condutas mencionadas no subitem anterior, que justifiquem neste caso a imposição de penalidade mais grave, além das seguintes:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. A multa de que trata o **subitem 18.1.2** será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas à União mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida através do site www.stn.fazenda.gov.br/siafi, LINK: Guia de Recolhimento da União > Impressão - GRU > UG: 080003; GESTÃO: 00001; RECOLHIMENTO CÓDIGO: 18831-0, ou cobradas judicialmente.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

18.2.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.3. As sanções de **advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa**, facultada a defesa prévia do interessado, nos seguintes prazos e moldes extraídos da **Lei nº 14.133/2021**:

a) A aplicação das **sanções acima descritas** não exclui, em hipótese alguma, a **obrigação de reparação integral do dano** causado à Administração Pública.

b) Na aplicação da sanção de **advertência, multa e impedimento de licitar e contratar**, será facultada a **defesa do interessado/recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, devendo ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.**

c) Da aplicação da sanção de **declaração de inidoneidade para licitar e contratar** que se encontra prevista no inciso IV do caput do art. 156 da **Lei nº 14.133/2021**, caberá **apenas pedido de reconsideração**, que deverá ser **apresentado** no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e **decidido** no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

d) tanto o **recurso** e o **pedido de reconsideração** terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, que será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

e) A aplicação das sanções previstas nos subitens **18.1.2.2 e 18.1.2.3** acima observarão, dentre outras normas, o que reza o **Art. 158, Lei nº 14.133/2021**.

f) É admitida a **reabilitação do licitante ou contratado** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade nos moldes previstos no **Art. 163, Lei nº 14.133/2021**.

18.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.5. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste Termo de Contrato serão obrigatoriamente **registradas no SICAF e precedida de regular processo administrativo**, onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na **Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999**.

18.5.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessária à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

18.5.1.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, **seguirão seu rito normal na unidade administrativa.**

18.5.1.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.6. O **Contratante** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de **publicidade** no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. **(Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).**

18.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.8. Os débitos do contratado para com o TRIBUNAL, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo TRIBUNAL decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com este TRIBUNAL, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DO CONTRATO.

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da **data do orçamento estimado.**

19.2. Após o interregno de um ano, e desde que haja pedido do CONTRATADO, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo TRIBUNAL, do **Índice de Custo da Construção Civil**, ou outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal, **exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.**

19.3. Nos **reajustes subsequentes ao primeiro**, o interregno mínimo de um ano será contado **a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.**

19.4. No caso de **atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento**, o TRIBUNAL pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela **última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).**

19.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

19.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.7. Na **ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial**, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por **apostilamento**.

19.9. Recebido o requerimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deste contrato, a autoridade competente deste Tribunal decidirá, motivadamente em 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

20.1. Será exigida da CONTRATADA a apresentação à **Secretaria Administrativa, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato**, mediante a opção por uma das seguintes modalidades, conforme estabelecido no § 1º, Artigo 96, da Lei nº 14.133, de 2021:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

20.1.1. No caso de **opção pelo seguro-garantia**, na forma da **Circular SUSEP n. 251/2004**, será conferido ao CONTRATADO o **prazo máximo de 17 (dezesete) dias corridos**, sendo **um dia** contabilizado para a entrega do termo de contrato assinado pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, **15 (quinze dias)** reservado à manifestação da proposta pela sociedade seguradora e **1 (um dia)** para a comprovação e entrega do seguro-garantia perante o CONTRATANTE, com a devida apresentação à **Secretaria Administrativa**.

20.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá conter as seguintes cláusulas:

1. Ter validade durante a execução do contrato e por mais **90 (noventa) dias** após o término da vigência contratual, para verificação do total adimplemento do contratado e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas, conforme estabelecido no art. 97, da Lei nº 14.133/2021;

2. Contemplar expressamente os seguintes riscos mínimos:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos diretos causados ao TRT8 ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) Multas contratuais aplicadas pelo TRT8 à CONTRATADA;

d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

3. Contemplar, expressamente, e-mail da seguradora para envio de mensagem eletrônica como forma de comunicação para aviso de expectativa e reclamação de sinistro;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

4. Definição clara de prazos para envio do aviso de expectativa e reclamação de sinistro;

5. Definição expressa do tratamento de conflito de interesses das partes.

20.2.1. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

20.2.2. Não será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, salvo se mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, conforme consta do **parágrafo único do Art. 97 da Lei nº 14.133/2021.**

20.2.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro, até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração, conforme consta do **§ 2º do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021.**

20.3. Ainda no Caso da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do **art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.**

20.4. Caso utilizada outra modalidade de garantia diferente do seguro-garantia, somente será liberada ou restituída, após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

20.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30(trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada, de modo que volte a corresponder a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

20.5.1. No caso de **opção pelo seguro-garantia**, será observada a regra disposta nos **subitens 20.1.1, 20.2 e 20.3.**

20.5.2. Em caso de descumprimento dos prazos estipulados no **subitem 20.1 ou no subitem 20.1.1**, o CONTRATANTE aplicará sobre o CONTRATADO multa no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, até a devida integralização da garantia, limitado ao percentual de 15% (quinze por cento), o que configurará inexecução total do contrato administrativo.

20.6. A **garantia** assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) **prejuízos** advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) **multas moratórias e punitivas** aplicadas pela Administração à contratada.

20.7. A garantia de execução contratual será liberada em até 30 (trinta) dias após a data do vencimento deste contrato, desde que cumpridos estejam todos os termos, cláusulas e condições e deduzidos todos os prejuízos financeiros provocados pela CONTRATADA e não liquidados.

20.8. A **garantia em dinheiro** deverá ser **efetuada em favor do Contratante**, em

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 90007/2026

conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, conforme disposição decorrente do **art. 1º, inciso IV, do Decreto-Lei 1.737, de 1979.**

20.9. Caso a opção seja por utilizar **títulos da dívida pública,** estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.10. No caso de garantia na modalidade de **fiança bancária,** deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do **artigo 827 do Código Civil.**

20.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a **garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada,** seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.13. Caso haja necessidade de acionamento da garantia, recomenda-se promover a notificação do contratado e da seguradora ou da entidade bancária dentro do prazo de vigência da garantia, sem prejuízo da cobrança dentro do prazo prescricional.

20.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.15. O CONTRATADO deverá autorizar o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

20.16. A perda da garantia em favor do TRIBUNAL, por inadimplemento das obrigações contratuais, dar-se-á de **pleno direito,** independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

20.16.1. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

20.17. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021. (§ 5º, Art. 59 da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1. A CONTRATADA declara conhecer e cumprir todas as leis vigentes envolvendo proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, comprometendo-se, assim, a limitar a utilização dos dados pessoais a que tiver acesso apenas para execução dos serviços deste Contrato, abstando-se de utilizá-los em proveito próprio ou alheio, para fins comerciais ou quaisquer outros.

21.2. O TRT8 e a CONTRATADA reconhecem que, como parte da execução do Contrato, armazenam, coletam, tratam ou de qualquer outra forma processam dados pessoais na categoria de Controlador para Operador no sentido dado pela



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

legislação vigente aplicável, sendo o TRT8 considerado "Controlador de Dados", e a CONTRATADA "Operadora", e ambos se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 os quais submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pelo Contratante e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo TRT8, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

21.3. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRT8-Resolução TRT nº 55/2022, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

21.4. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato

21.5. O "Encarregado" ou "DPO" da CONTRATADA fica ciente do dever de manter contato formal com o Encarregado do TRT8, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes

21.6. A critério do Encarregado de Dados do TRT8, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

21.7. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

21.8. A contratada, além de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, deverão:

a) assinar contrato ou termo de compromisso com cláusulas específicas sobre proteção de dados pessoais;

b) - seguir fielmente as diretrizes e instruções emitidas pelo TRT8;

c) - manter os registros das operações de tratamentos de dados pessoais que

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

realizar;

- d)** - quando demandado, apresentar garantias e evidências suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação e em normas do TRT8, inclusive contratuais;
- e)** - permitir a realização de auditorias e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
- f)** - auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante os titulares de dados pessoais e autoridades competentes;
- g)** - comunicar formalmente e de imediato ao Encarregado do TRT8, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança da informação relacionado à proteção de dados pessoais;
- h)** - eliminar ou devolver para o TRT8, todos os dados pessoais relacionados à execução contratual e as cópias existentes, após o término contratual;
- i)** - facultar acesso a dados pessoais somente ao pessoal autorizado que tenha estrita necessidade, treinamento adequado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança dos dados pessoais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA NULIDADE DOS CONTRATOS

22.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos, previstos no **CAPÍTULO XI da Lei nº 14.133/2021**:

- I** - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- II** - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrente do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- III** - motivação social e ambiental do contrato;
- IV** - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- V** - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços/objetos já executados/fornecidos;
- VI** - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- VII** - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
- VIII** - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
- IX** - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
- X** - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
- XI** - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

22.1.1. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

22.2. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei Nº 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

22.2.1. Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

22.2.2. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

22.3. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

22.4. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO.

23.1. Ficam vinculados a este Instrumento todos os termos do **Pregão Eletrônico nº 90007/2026** e seu(s) anexo(s)/apenso(s), além da proposta vencedora apresentada no certame pelo contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.

24.1. Quaisquer discrepâncias, omissões e/ou erros encontrados, bem como transgressões às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor deverão ser imediatamente comunicados por escrito ao T.R.T. 8ª Região, de forma a serem sanadas.

24.2. As controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato, assim como os casos omissos, serão decididos pelo TRIBUNAL, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

24.3. É vedada a intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

24.4. O CONTRATADO, através do **endereço de e-mail válido**, fornecido no ato da contratação, compromete-se a receber todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO.

25.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro de Belém, Capital do Estado do Pará.

25.2. Assim, para firmeza e validade do que foi avençado, foi o presente Contrato lavrado no Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, o qual depois de lido e achado de acordo, vai assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 90007/2026

Belém (PA), XX de XXXXXXX de 2026

PRESIDENTE(A) TRT 8ª REGIÃO

CONTRATADA